



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA COGNITIVA

MARIA ALINE RODRIGUES DE MOURA

**RELAÇÕES ENTRE EMPATIA, APEGO, COMPORTAMENTO, JULGAMENTO E
DESENGAJAMENTO MORAL NA INFÂNCIA**

Recife
2020

MARIA ALINE RODRIGUES MOURA

**RELAÇÕES ENTRE EMPATIA, APEGO, COMPORTAMENTO, JULGAMENTO E
DESENGAJAMENTO MORAL NA INFÂNCIA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia Cognitiva da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE como requisito para a obtenção do título de Doutora.

Área de concentração: Psicologia Cognitiva

Orientador: Prof. Dr. Antonio Roazzi

Coorientador: Prof. Dr. Leonardo Rodrigues Sampaio

Recife
2020

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

- M929r Moura, Maria Aline Rodrigues de.
 Relações entre empatia, apego, comportamento, julgamento e desengajamento moral na infância / Maria Aline Rodrigues de Moura. – 2020.
 146 f. : il. ; 30 cm.
- Orientador: Prof. Dr. Antonio Roazzi.
 Coorientador: Prof. Dr. Leonardo Rodrigues Sampaio.
 Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Cognitiva, Recife, 2020.
 Inclui referências, apêndices e anexo.
1. Psicologia cognitiva. 2. Empatia. 3. Comportamento de apego em crianças. 4. Julgamento (Ética). 5. Infância. I. Roazzi, Antonio (Orientadora). II. Sampaio, Leonardo Rodrigues (Coorientador). III. Título.

153 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2020-196)

MARIA ALINE RODRIGUES DE MOURA

**RELAÇÕES ENTRE EMPATIA, APEGO, COMPORTAMENTO, JULGAMENTO E
DESENGAJAMENTO MORAL NA INFÂNCIA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Cognitiva da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Psicologia Cognitiva.

Aprovado em 12/05/2020

BANCA EXAMINADORA

POR VÍDEOCONFERÊNCIA

Profa. Dra. Ana Karina Moutinho Lima (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

POR VÍDEOCONFERÊNCIA

Prof. Dr. Bruno Campello de Souza (Examinador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco

POR VÍDEOCONFERÊNCIA

Profa. Dra. Maria Luisa Mendes Teixeira (Examinadora Externa)
Universidade Presbiteriana Mackenzie

POR VÍDEOCONFERÊNCIA

Profa. Dra. Sandra Patrícia Ataíde Ferreira (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

POR VÍDEOCONFERÊNCIA

Profa. Dra. Monica Gomes Teixeira Campello de Souza (Examinadora Externa)
Faculdade do Recife

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, ao meu Amado e Bondoso **Deus** que guiou todos os meus passos rumo à conclusão dessa etapa tão importante da minha vida, bem como por ter me protegido de todos os males, principalmente na etapa da coleta de dados.

Ao meu pai, **Manoel Rodrigues de Moura**, que me apoiou em todos os sentidos em prol do meu êxito e da minha formação acadêmica. E de maneira mais que especial, a minha mãe **Izabel Dovirgens de Moura** (*In memoriam*), que mesmo com pouca escolaridade, me ensinou desde cedo à importância da educação para uma vida repleta de conquistas.

A **criança** (*In memoriam*) que consegui carregar por nove semanas em meu ventre, justamente na reta final desse doutorado. Apesar do pouco tempo que estivemos juntas, você me mostrou a importância do amor materno e me fez acreditar novamente no valor da vida. Obrigada por ter me proporcionado sentimentos positivos que me motivaram na conclusão deste trabalho.

Aos meus **irmãos e sobrinhos**, pela compreensão e paciência nos momentos de angústia, e por estarem ao meu lado nesse e em tantos outros momentos da minha vida.

Ao meu amado esposo **Francisco Walker**, por ter me fornecido o suporte emocional necessário para a conclusão deste trabalho, mostrando-me sempre que, mesmo nas dificuldades da perda, a vida deve continuar.

As minhas amigas, **Laila Santana, Pâmela Bagano e Franciela Monte**, que além de terem me ajudado nas várias etapas de elaboração desse trabalho, estiveram comigo nos momentos mais importantes da minha vida.

Aos pesquisadores **Guilherme Cabral e Michelle Pires**, que dedicaram parte do seu tempo para me auxiliar nas análises dos dados.

Ao meu querido e amado orientador, **Antonio Roazzi**, que me auxiliou em todas as etapas da pesquisa, além de ter sido paciente e compreensível nas dificuldades enfrentadas ao longo do desenvolvimento deste trabalho.

Ao meu primeiro e eterno orientador, **Leonardo Sampaio**, que sempre incentivou minha trajetória acadêmica e ensinou-me a ser muito mais que pesquisadora.

Aos **professores, colegas e funcionários** da Pós-graduação em Psicologia Cognitiva da UFPE, bem como aos **membros** do Laboratório de Desenvolvimento, Aprendizagem e Processos Psicossociais da UNIVASF pelo apoio e incentivo;

Aos professores, diretores, zeladores e coordenadores da **Escola Municipal Nossa Senhora Rainha dos Anjos**, da **Escola Estadual De Aplicação Professora Vande de Souza Ferreira** e da **Escola Municipal Professora Eliete Araújo de Souza** que não hesitaram em um só momento em contribuir para que a coleta de dados ocorresse da melhor forma possível.

A todas as **crianças e adolescentes** que pacientemente responderam aos meus instrumentos de pesquisa, contribuindo assim para a realização de meu trabalho.

A **Universidade de Pernambuco**, meu local de trabalho, por permitir que me afastasse de minhas funções por seis meses para a conclusão desse trabalho.

A **todos** que estiveram envolvidos direta ou indiretamente na minha caminhada rumo ao título de doutora;

Meus eternos agradecimentos.

RESUMO

A capacidade humana de julgar os acontecimentos do cotidiano vem sendo associada a componentes afetivos como a empatia e o apego. No entanto, ainda não foram identificados indícios dessa relação quando as crianças desengajam moralmente, bem como, sobre a congruência entre os níveis comportamental e hipotético da moralidade. Neste sentido, o objetivo geral da presente tese foi avaliar as relações entre o nível de empatia, os estilos de apego, o julgamento, o comportamento e o desengajamento moral em crianças. Foram elaborados quatro artigos, sendo que o primeiro visou adaptar a escala *Mechanisms of Moral Disengagement* a partir de desenhos ilustrativos para uso em crianças brasileiras. Esse estudo contou com a participação de 244 crianças, dos sexos masculino e feminino, com idades entre 7 e 12 anos, estudantes de escolas públicas da cidade de Petrolina-PE. Para fins de coleta de dados, foi utilizada a escala *Mechanisms of Moral Disengagement*, a Escala de Empatia para Crianças e Adolescentes e um questionário sociodemográfico. Os resultados revelaram que a versão traduzida da escala possui uma estrutura multidimensional organizada em três fatores. O segundo estudo apresentou os procedimentos de adaptação da Escala de Relações Afetivas de Amizade para crianças, também a partir de desenhos ilustrativos. A amostra utilizada foi a mesma apresentada no primeiro artigo, porém as crianças responderam a Escala de Relações Afetivas de Amizade para Crianças (ERAC), ao invés da escala de desengajamento moral. Os resultados apontaram uma estrutura bidimensional da ERAC, sendo um fator denominado Ansiedade e o outro Evitamento, o que é compatível com os instrumentos que originaram a ERAC. Já o terceiro artigo objetivou verificar a congruência entre o comportamento e o julgamento moral de crianças em situações de cola, trapaça e distribuição de bens. 100 meninos e meninas, com idades entre 7 e 13 anos, participaram desse estudo. A coleta de dados ocorreu a partir de quatro dilemas morais que retratavam situações de seus cotidianos, acompanhados de roteiros de entrevistas semiestruturados, duas tarefas que avaliavam o comportamento moral através de um jogo e do sorteio de cartelas de adesivos, além de um questionário sociodemográfico. Os resultados indicaram que o julgamento moral empregado em situações hipotéticas difere do comportamento moral vivenciado pelas crianças em situações reais. Por fim, o quarto, e último, artigo buscou verificar as relações entre empatia, apego, julgamento, comportamento e desengajamento moral na infância. A amostra utilizada foi a mesma apresentada no estudo III. A coleta de dados utilizou como instrumentos a Escala de Empatia para Crianças e Adolescentes, a Escala de Relações Afetivas de Amizade para Crianças, a

Escala de desengajamento Moral para Crianças, quatro dilemas morais que retratavam situações do cotidiano escolar, duas tarefas que avaliavam o comportamento moral, questionário sociodemográfico. Como resultados, observou-se que os sujeitos autônomos apresentaram maiores índices de empatia e apego do tipo seguro. Além disso, o desengajamento moral foi uma variável importante na compreensão de sujeitos pouco empáticos, com apego do tipo inseguro e na distribuição hipotética de bens adquiridos sem esforço pessoal.

Palavras-Chave: Empatia. Apego. Desengajamento Moral. Julgamento Moral. Comportamento Moral.

ABSTRACT

The human capacity to judge everyday events has been associated with affective components such as empathy and attachment. However, no evidence of this relationship has yet been identified when children disengage morally as well as about the congruence between the behavioral and hypothetical levels of morality. Thus, the general objective of this thesis was to assess the relationship between the level of empathy, attachment styles, judgment, behavior and moral disengagement in children. Four articles were prepared, the first of which aimed to adapt the Mechanisms of Moral Disengagement scale from illustrative drawings for use in Brazilian children. This study had the participation of 244 children, male and female, aged between 7 and 12 years old, students from public schools in Petrolina city-PE. For data collection purposes, the Mechanisms of Moral Disengagement scale, the Empathy Scale for Children and Adolescents as well a socio-demographic questionnaire were used. The results revealed that the translated version of the scale has a multidimensional structure organized in three factors. The second study presented the adaptation procedures of the Scale of Affective Relationships of Friendship for children, also from illustrative drawings. The sample used was the same as the one presented in the first article, but the children answered the Scale of Affective Relationships of Friendship for Children (ERAC), instead of the scale of moral disengagement. The results showed a two-dimensional structure of ERAC, one factor being called Anxiety and the other Avoidance, which is compatible with the instruments that originated ERAC. The third article aimed to verify the congruence between the behavior and the moral judgment of children in situations of cheating and distribution of goods. 100 boys and girls, aged 7 to 13, participated in this study. Data collection took place based on four moral dilemmas that portrayed everyday situations, accompanied by semi-structured interview scripts, two tasks that assessed moral behavior through a game and the raffle of stickers, in addition to a socio-demographic questionnaire. The results indicated that the moral judgment used in hypothetical situations differs from the moral behavior experienced by children in real situations. Finally, the fourth and last article, sought to verify the relationships between empathy, attachment, judgment, behavior and moral disengagement in childhood. The sample used was the same presented in study III. The data collection used as instruments the Empathy Scale for Children and Adolescents, the Affective Relationships Scale of Friendship for Children, the Moral Disengagement Scale for Children, four moral dilemmas that portrayed everyday school situations, two tasks that assessed moral behavior, socio-demographic questionnaire. As a

result, it was observed that the autonomous subjects had higher rates of empathy and insurance type attachment. In addition, moral disengagement was an important variable in understanding poorly empathic subjects, with insecure attachment and in the hypothetical distribution of goods acquired without personal effort.

Key-words: Empathy. Attachment. Moral Disengagement. Moral Judgment. Moral Behavior.

LISTA DE FIGURAS

Artigo 1

- Figura 1 - *Smile face* que indicam as opções de respostas da escala *Likert*31
- Figura 2 - Análise da Estrutura de Similaridade (SSA) da EDMC40

Artigo 2

- Figura 1 - *Smile face* que indicam as opções de respostas da escala *Likert*58
- Figura 2 - Análise da Estrutura de Similaridade (SSA) da ERAC64

Artigo 4

- Figura 2 - Análise da Estrutura de Similaridade (Projeção 1x2 da dimensionalidade 2D) das dimensões da escala de DM (3: Comparação Vantajosa e atribuição de culpa, Desengajamento por proteção e minimização do ato transgressor.), Apego (2: Evitamento e Ansiedade) e Empatia, tendo Congruência (2: Congruente e Incongruente) com variável externa 112

LISTA DE TABELAS

Artigo 1

Tabela 1 - Análise fatorial exploratória dos 32 itens da EDMC36

Tabela 2 - Correlações entre os fatores da EDMC e a Escala de Empatia38

Artigo 2

Tabela 1 - Análise Fatorial da Escala de Relações Afetivas de Amizade61

Artigo 3

Tabela 1 - Percentuais médios de bens doados e divididos (desvios-padrão em parênteses) por cada faixa etária e análise de comparação das médias.....86

Tabela 2 - Frequência do tipo de justiça distributiva em função da idade87

Artigo 4

Tabela 1 - Frequência das respostas dos participantes quanto ao julgamento moral em função da idade..... 106

Tabela 2 - Frequência das respostas dos participantes quanto à justiça retributiva em função da idade e do sexo 107

Tabela 3 - Correlação ponto-bisserial (r_{pb}) entre as dimensões das escalas ERA e os fatores de Desengajamento Moral..... 108

Tabela 4 - Análise de Regressão Múltipla com ordem fixa tendo como variável dependente Comparação Vantajosa e Atribuição de culpa e como independentes o apego e a empatia 109

Tabela 5 - Correlação de Spearman das variáveis empatia, apego, idade, série com a quantidade de bens doadas da tarefa do sorteio e do jogo 110

Tabela 6 - Regressão Logística para a congruência entre o julgamento e comportamento moral de trapaça (Variável Dependente)..... 111

LISTA DE SIGLAS

AF	Análise Fatorial
AFE	Análise Fatorial Exploratória
ASS	Attachment Security Scale
CCMDS	Collective moral disengagement
EAA	Escala de Apego Adulto
EASMB	Escala de Avaliação e Sensibilidade Moral face ao Bullying
ECR	Experiences in Close Relationships
ECR- S	Experiences in Close Relationships Short
ECR-12	Experiences in Close Relationships - versão reduzida com 12 itens
ECR-R	Experiences in Close Relationships - versão reduzida
ECR-R-Brasil	Experiences in Close Relationship Scale – Reduzida
ECR-RC	Experiences in Close Relationships Scale-Revised
ECR–RS	Experiences in Close Relationships–Relationship Structures questionnaire
EDMC	Escala de Desengajamento Moral para Crianças
EECA	Escala de Empatia para Crianças e Adolescentes
EJM	Escala de Justificativas de Motoristas
ERA	Escala de Relações Afetivas de Amizade
ERAC	Escala de Relações Afetivas de Amizade para Crianças
KMO	Kaiser-Meyer-Olkin
MAI	Maternal Attachment Inventory
MDPE	The Moral Disengagement in Physical Education Scale
MDS	Mechanisms of Moral Disengagement
PA	Análises Paralelas

PACQ	Preoccupied and Avoidance Coping Questionnaire
RQ	Relationship Questionnaire
SAT	Separation Anxiety Test
SAT- B	Separation Anxiety Test - Versão brasileira
SPSS	Statistical Package for Social Science
SSA	Análise da Estrutura de Similaridade
TCLE	Termo de Consentimento Livre Esclarecido
TCT	Teoria Clássica dos Testes
TRI	Teoria de Resposta ao Item
VI	Variáveis Independentes

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	OBJETIVOS	21
2.1	OBJETIVO GERAL.....	21
2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	21
3	ARTIGO 1: Adaptação da Escala <i>Mechanisms of Moral Disengagement</i> a partir de desenhos ilustrativos para uso em crianças brasileiras	22
4	ARTIGO 2: Adaptação da Escala de Relações Afetivas de Amizade (ERA) a partir de desenhos ilustrativos para uso em crianças brasileiras	50
5	ARTIGO 3: O que as crianças dizem corresponde ao que elas realmente fazem? As relações entre julgamento e comportamento moral em crianças	74
6	ARTIGO 4: Relações entre empatia, apego, julgamento, comportamento e desengajamento moral na infância	95
7	CONCLUSÕES GERAIS	123
	REFERÊNCIAS.....	128
	APÊNDICE A - Versão Feminina da Escala de Desengajamento Moral para crianças.....	131
	APÊNDICE B - Versão Masculina da Escala de Relações Afetivas de Amizade para Crianças.....	133
	APÊNDICE C - Imagens da tela do jogo Quem Sabe Mais?.....	136
	APÊNDICE D - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	139
	APÊNDICE E - Termo de Assentimento Livre e Esclarecido	142
	ANEXO A - Escala de empatia para crianças e adolescentes (AECA, Bryant, 1982) e questionário sociodemográfico	145

1 INTRODUÇÃO

A capacidade humana de julgar moralmente os acontecimentos do cotidiano é um elemento importante para a vida em sociedade. Discernir sobre as regras sociais que apontam para a concepção de certo ou de errado, embora seja uma habilidade comum a espécie humana, depende primordialmente das relações interpessoais estabelecidas durante todo ciclo vital, fato que explica o porquê de a moralidade possuir etapas distintas de desenvolvimento (Robinson, Joel & Plaks, 2015).

Um dos primeiros teóricos a compreender o desenvolvimento moral foi Jean Piaget, através da obra “O juízo moral da Criança” (1932/1994). Por meio do método clínico, Piaget foi capaz de descrever o percurso do raciocínio moral, afirmando que a superação do egocentrismo, o surgimento de habilidades como a capacidade de tomar a perspectiva do outro, a reciprocidade e o respeito mútuo, são elementos essenciais para a consolidação de uma moralidade com características autônomas (Piaget, 1932/1994).

Além de ter afirmado que a cognição possui um papel primordial no julgamento moral do sujeito, Piaget (1932/1994) também destacou a importância da afetividade e das experiências sociais que são vivenciadas ao longo da vida. Nesta mesma direção, Hoffman (2000), discorreu que para atuar moralmente, o indivíduo precisa ser mobilizado pela afetividade, dando-se um destaque especial à capacidade humana de empatizar.

A empatia seria uma resposta emocional vicária fundamentada na imagem mental que um indivíduo tem dos infortúnios ocorridos aos outros (Hoffman, 2000), sendo influenciada tanto pelo desenvolvimento cognitivo quanto afetivo do sujeito. Este construto tem natureza multidimensional e é investigado por algumas vertentes da Psicologia, que consideram seus aspectos afetivos, comportamentais e cognitivos (Davis, 1983).

As experiências empáticas influenciam significativamente no raciocínio moral, de modo que indivíduos que conseguem tomar a perspectiva do outro analisam melhor os contextos de distribuição de bens para que a divisão seja mais justa (Sampaio, Monte, Camino & Roazzi, 2008). Ademais, crianças que se autodeclaram mais empática são mais generosas ao partilhar bens (Sampaio & Camino, 2017) e menos adeptas ao racismo (Bezerra, Santos & Fernandes, 2018), pois utilizam o cuidado com o outro como princípio mobilizador do raciocínio moral.

Além da empatia, outro componente afetivo que também influencia no desenvolvimento moral é o apego (Teymoori & Shahrazad, 2012). John Bowlby criou, em 1958, o conceito de *attachment* para descrever a vinculação emocional entre mães e filhos durante a infância (Oliveira & Marques 2015). De maneira geral, as crianças já nascem com uma tendência evolutiva a responder estímulos sociais e, como consequência, vinculam-se a algumas pessoas afetivamente através do apego (Bowlby, 2002).

Esse vínculo pode ser do tipo seguro ou inseguro, sendo este último subdividido em evitativo e ambivalente/ansioso (Bowlby, 2002; Ainsworth, 1978). Os sujeitos com apego seguro são mais propensos a confiarem nos outros, apresentam uma boa autoestima, buscam ajuda quando necessário e conseguem exibir um equilíbrio emocional em situações que envolvem estresse e ansiedade (Francischetto & Soares, 2014; Abreu, 2010).

Já os indivíduos que possuem um apego do tipo evitativo, evitam intimidades e geralmente apresentam certo desconforto quando aproximam-se de alguém pouco familiar. Por fim, os sujeitos com apego do tipo Ambivalente/ansioso costumam se preocupar em receber apoio social, tem medo de ser abandonado ou rejeitado por pessoas próximas, além de estarem o tempo todo sob vigilância (Brenning, Soenens, Braet & Bosmans, 2011).

Dados da literatura indicam que o apego é importante, não apenas para a moralidade, mas para o desenvolvimento da própria empatia, uma vez que a capacidade de empatizar será mobilizada pelo estilo de apego desenvolvido pelo sujeito, principalmente durante a primeira infância (Williams, Brown, McKenna, Beovich & Etherington, 2017; Panfile & Laible, 2012). Neste sentido, presume-se que sujeitos com apego inseguro são menos afetados empaticamente e utilizam princípios mais hedonistas e autocentrados em situações do cotidiano.

Estudos apontam que sujeitos adultos com perfil de apego inseguro evitante e inseguro ambivalente, quando realizam julgamento moral envolvendo dilemas utilitários, tendem a ser pouco empáticos com o indivíduo que precisa morrer para salvar um grupo de pessoas (Koleva, Selterman, Iyer, Ditto & Graham, 2014). Em contrapartida, uma investigação feita por Robinson, Joel e Plaks (2015) nos Estados Unidos, concluiu que, no caso dos sujeitos adultos com um tipo de apego inseguro ambivalente, a decisão de salvar o grupo é proveniente da necessidade de aprovação social e não da pouca empatia para com a vítima, o que coloca em questão os resultados de estudos que apontam o apego inseguro como preditor da pouca empatia, já que o foco da análise estava apenas na vítima.

Além disso, especialmente sobre o julgamento moral, alguns autores têm apontado que nem sempre os julgamentos formulados em situações hipotéticas são congruentes com os comportamentos morais emitidos por eles em situações do cotidiano, sendo essas distorções denominadas de hipocrisia moral (Batson, Thompson, Seuferling, Whitney & Strongman, 1999). Logo, as investigações que medem apenas o julgamento moral não necessariamente representam o comportamento moral propriamente dito do sujeito, sendo necessário analisar esses resultados com bastante cautela.

Uma variável que pode explicar a hipocrisia moral, assim como a baixa empatia é o desengajamento moral, que para Bandura (1986) seria a capacidade humana de se desprender dos seus padrões morais para dirigir ações danosas a outros (conduta não moral), sem sentir culpa por isso (Azzi, 2011). São oito os mecanismos que explicam o desengajamento moral, sendo eles: Justificativa moral; Comparação vantajosa; Linguagem eufemística; Distorção das consequências; Desumanização; Atribuição de culpa; Deslocamento da responsabilidade; Difusão de responsabilidade (Bandura, Azzi & Tognetta, 2015).

A Justificativa moral está relacionada ao fato de as pessoas desengajarem suas condutas após se autoconvencerem da moralidade de suas ações, transformando seu comportamento em algo moralmente aceito por ser socialmente válido. A Linguagem Eufemística é um tipo de desengajamento baseado na premissa de que a linguagem é um elemento que modela o pensamento e que, por sua vez, fundamenta a ação. Ela é usada para transformar o comportamento danoso em algo aceitável, além de minimizar o sentimento de responsabilidade pela ação (Bandura, Azzi & Tognetta, 2015).

A Comparação vantajosa é baseada no princípio do contraste, uma vez que, ao comparar um evento danoso com algo positivo, tal comportamento tende a ser aceitável moralmente. Logo, está relacionada aos atos culpáveis que possuem consequências consideradas pequenas quando comparadas a atos mais graves. No Deslocamento da responsabilidade, os sujeitos concebem suas ações como aceitáveis à medida que a ordem para executá-las são provenientes de uma autoridade legítima que irá assumir toda a responsabilidade de tal ação (Bandura, Azzi & Tognetta, 2015).

A Difusão da responsabilidade diz respeito à divisão da responsabilidade da ação entre membros do grupo. Neste caso, quando o sujeito realiza um comportamento danoso, o mesmo parece moralmente aceito já que a responsabilidade por sua consequência será de todos os membros do grupo, não apenas de um. Já o Desprezo ou distorção das consequências é um tipo de desengajamento no qual o sujeito não se autocensura por ter cometido uma ação danosa pelo

fato de as consequências de sua ação serem ignoradas ou minimizadas socialmente (Bandura, Azzi & Tognetta, 2015)

A Desumanização diz respeito ao desengajamento da autocensura moral mediante a retirada das qualidades humanas de um sujeito. Logo, os danos ao outro passam a ser aceitáveis moralmente quando este outro é visto como alguém com qualidades inferiores a espécie humana. Por fim, a Atribuição de culpa está relacionada ao fato de o sujeito atribuir a culpa pelo seu comportamento transgressor a uma situação específica ou ao comportamento emitido por alguém que desencadeou a ação danosa (Bandura, Azzi & Tognetta, 2015).

Salienta-se que embora esses oito mecanismos de desengajamento moral tenham sido citados aqui separadamente, no cotidiano das pessoas eles atuam de maneira conjunta dentro de um contexto sociocultural específico. Logo, seria esta ação conjunta a responsável pela “produção” da desumanidade (Bandura, Azzi & Tognetta, 2015).

Entre os adolescentes, o desengajamento moral tem sido considerado um elemento mediador na associação entre as variáveis apego e comportamentos delinquentes (Bao, Zhang, Lai, Sun & Wang, 2015). Ademais, a manutenção dos padrões morais, ou seja, desengajar menos moralmente, pode ser fomentada pela mobilização afetivamente desenvolvida em decorrência da situação do outro (Bussey, Quinn & Dobson, 2015).

Assim, as proposições descritas até aqui permitem compreender que o apego e a empatia são construtos que, de alguma forma, influenciam o raciocínio moral dos sujeitos. Embora essa relação venha sendo testada empiricamente há algum tempo, essas investigações tem utilizado metodologias que expõe situações pouco prováveis de acontecer no cotidiano das pessoas.

Com exceção dos estudos que avaliam o comportamento moral através de procedimentos quase experimentais, a mensuração da moralidade tem ocorrido por meio de instrumento psicométrico, ou através de dilemas morais tradicionais (e.g., Galvão, 2010; Gusmão, 2009; Robinson, Joel & Plaks, 2015; Koleva, Selterman, Iyer, Ditto & Graham, 2014). Esse tipo de mensuração pode induzir as pessoas a relatarem coisas que seriam moralmente aceitas, apenas pelo fato de suas decisões não terem nenhuma consequência real para si ou para as pessoas próximas.

Desta forma, existe uma lacuna teórico-empírico no campo de estudos sobre a moralidade, tendo em vista a limitação dos resultados que apontam para existência de correlações entre os estilos de apego e baixos níveis de empatia e moralidade (You Lee, Lee & Kim, 2015; Anastácio, 2013; Gusmão, 2009). Ademais, a maioria dessas pesquisas utiliza

adolescentes ou adultos como amostra principal de investigação, o que limita a compreensão de relação entre empatia, apego e moralidade na infância especificamente.

Sendo assim, considerando que o estilo de apego seguro tem um papel importante para a construção de relações interpessoais baseadas na confiança, questiona-se se crianças com esse estilo de apego tenderiam a maiores níveis de comprometimento com princípios morais que enfatizam o cuidado para com o bem estar do próximo? Além disso, será que, durante a infância, essa influência sofre algum efeito da empatia? Seriam as crianças capazes de emitir comportamentos morais distintos do julgamento moral? Qual o papel exercido pelo desengajamento moral na relação entre afetividade e moralidade? Tais questionamentos deram margem para a construção da presente tese, a qual investigou as relações entre os níveis de empatia, os estilos de apego, o julgamento, o comportamento e o desengajamento moral na infância.

Em suma, e considerando os argumentos expostos anteriormente, a lacuna teórico-empírica verificada na literatura acadêmica que fundamentou a elaboração da presente tese, estaria associada à: ausência de estudos que avaliem, ao mesmo tempo, as variáveis empatia, apego, desengajamento, comportamento e julgamento moral na infância; ausência de metodologias que observem a congruência entre o julgamento e o comportamento moral a partir de procedimentos que se aproximem dos acontecimentos do cotidiano da criança; e por fim, ausência de escalas psicométricas que disponibilizem desenhos ilustrativos para auxiliar na semântica dos itens.

Diante do exposto, presume-se que os resultados encontrados nesse estudo são relevantes para a psicologia cognitiva, por possibilitar maiores conhecimentos acerca dos aspectos cognitivos e afetivos que perpassam as tomadas de decisões associadas ao julgamento e comportamento moral. Neste sentido, essa tese contribui para o progresso do campo de estudo Desenvolvimento Humano, por propor um estudo que buscou compreender conjuntamente aspectos ligados à socialização, a cognição e a afetividade ao longo da infância. Ademais, a adaptação de instrumentos que utilizam desenhos ilustrativos para tornar a compreensão semântica dos itens mais acessível na infância, auxilia no desenvolvimento do campo de estudo Avaliação Psicológica.

No que se refere a estrutura, a presente tese foi elaborada no formato de artigos científicos que seguiram a sexta edição das Normas de elaboração de trabalhos científicos da *American Psychological Association* (APA). Serão apresentados os quatro artigos reportando os estudos empíricos que constituem a tese, sendo os dois primeiros relacionados às validações

de duas escalas psicométricas e os dois últimos visando relacionar e comparar as variáveis do presente estudo. Mais especificamente, o primeiro artigo, intitulado “Adaptação da Escala *Mechanisms of Moral Disengagement* a partir de desenhos ilustrativos para uso em crianças brasileiras”, tem como objetivo apresentar as principais propriedades psicométricas de uma versão traduzida e adaptada da escala de desengajamento moral para crianças para uso no Brasil.

O segundo artigo, “Adaptação da Escala de Relações Afetivas de Amizade (ERA) a partir de desenhos ilustrativos para uso em crianças brasileiras”, também expõe as propriedades psicométricas de um instrumento traduzido e adaptado no contexto brasileiro, mas que avalia o apego em crianças a partir do tipo de relação afetiva que ela estabelece com os amigos.

O terceiro artigo, intitulado “O que as crianças dizem corresponde ao que elas realmente fazem? As Relações entre julgamento e comportamento moral em crianças”, teve como objetivo verificar a congruência entre o comportamento e o julgamento moral de crianças em situações de cola, trapaça e distribuição de bens.

Por fim, o quarto artigo, “Relações entre empatia, apego, julgamento, comportamento e desengajamento moral na infância”, como sugerido pelo próprio título, objetivou verificar as relações entre os componentes afetivos empatia e apego e as variáveis julgamento, comportamento e o desengajamento moral em crianças.

Após a apresentação dos quatro artigos, serão propostas conclusões gerais, que buscam integrar os principais achados empíricos relatados e as limitações desse trabalho. Em seguida, serão elencadas as referências que foram utilizadas em todas as seções gerais da presente tese (Introdução geral e Conclusões gerais).

2 OBJETIVOS

2.1 GERAL

Investigar as relações entre os níveis de empatia, os estilos de apego, o julgamento, o comportamento e o desengajamento moral na infância.

2.2 ESPECÍFICOS

- Adaptar e testar as propriedades Psicométricas da Escala *Mechanisms of Moral Disengagement*, a partir de desenhos ilustrativos, para uso em crianças. (Artigo I);
- Adaptar e testar as propriedades Psicométricas da Escala de Relações Afetivas de Amizade, a partir de desenhos ilustrativos, para uso em crianças. (Artigo II);
- Verificar a congruência entre o julgamento e o comportamento moral de crianças no contexto de cola, trapaça e distribuição de bens. (Artigo III);
- Compreender as relações entre o nível de empatia, o estilo de apego, o julgamento, o comportamento e o desengajamento moral nas crianças. (Artigo IV);
- Verificar a influência das variáveis: sexo, idade e escolaridade sobre os níveis de empatia, o estilo de apego, julgamento, comportamento e desengajamento moral. (Artigos III e IV).

3 ARTIGO 1

Adaptação da Escala *Mechanisms of Moral Disengagement* a partir de desenhos ilustrativos para uso em crianças brasileiras

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo adaptar e testar as propriedades psicométricas da escala *Mechanisms of Moral Disengagement*, aplicada através de desenhos ilustrativos em crianças brasileiras. Participaram dessa pesquisa 244 crianças, dos sexos masculino e feminino, com idades entre 7 e 12 anos, estudantes de escolas públicas da cidade de Petrolina-PE. Para fins de coleta de dados foi utilizada a escala *Mechanisms of Moral Disengagement*, a Escala de Empatia para Crianças e Adolescentes e um questionário sociodemográfico. Os resultados revelaram que a versão traduzida da escala possui uma estrutura multidimensional organizada em três fatores, aspecto este discordante dos estudos de validação originais, porém congruentes com os achados nacionais quanto à validação de tal instrumento para jovens e adultos. De maneira geral, a versão brasileira da Escala de Desengajamento Moral para crianças mostrou-se apropriada para uso em estudos futuros.

Palavras-chave: desengajamento moral, escala, adaptação, crianças.

ABSTRACT

The present study aimed to adapt and test the psychometric properties from the *Mechanisms of Moral Disengagement* scale, applied through illustrative drawings in Brazilian children. 244 female and male children participated in this research, with ages between 7 and 12 years old, students from public schools in Petrolina-PE. For data collection purposes, the *Mechanisms of Moral Disengagement* scale, the Empathy Scale for Children and Adolescents and a socio-demographic questionnaire were used. The results revealed that the translated version of the scale has a multidimensional structure organized in three factors, this aspect disagrees with the original validation studies, congruent with the national findings regarding the validation of this instrument for young people and adults. In general, the Brazilian version of the *Moral Disengagement Scale* for children proved to be appropriate for use in future studies.

Key-words: moral disengagement; scale; adaptation; children.

O raciocínio moral é um elemento que se desenvolve ao longo da infância e da adolescência a partir da relação dialética do indivíduo com o meio social, bem como, por meio

da afetividade e do próprio desenvolvimento cognitivo (Piaget, 1932/1994). A capacidade de manter uma congruência entre esses padrões morais que foram desenvolvidos e os comportamentos emitidos diariamente, ocasiona o surgimento de sentimentos de satisfação, ao passo que, uma possível inconsistência entre o julgamento e a ação moral impulsiona um desconforto psicológico que pode propiciar a manifestação de sentimentos de culpa e autocondenação (Posada, Florez & Espinel, 2018; Egan, Hughes & Palmer, 2015).

Mesmo diante desse desconforto, as pessoas são capazes de utilizar argumentos que podem modificar as representações internas construídas acerca de seus próprios atos, transformando comportamentos considerados imorais em ações socialmente aceitáveis, o que minimiza o uso de autossanções (Posada, Florez & Espinel, 2018; Bandura, Azzi & Tognetta, 2015). Esse mecanismo cognitivo que impulsiona o sujeito a encontrar justificativas que tornem aceitável emitir comportamentos inadequados, foi denominado por Bandura (1986) como Desengajamento Moral.

O desengajamento moral possibilita que o sujeito se liberte dos seus padrões morais para dirigir ações poucos morais ao outro, sem que se sinta culpado por isso (Bandura, Azzi & Tognetta, 2015). Tal construto apresenta uma possível explicação para o fato de alguns indivíduos realizarem atos que causam sofrimento ao outro, porém não se autocondenarem por essas ações.

Para Bandura (1986), existem oito mecanismos que explicam o desengajamento moral, como as formas pelas quais o sujeito reavalia suas ações para que não seja compreendida como imoral (Justificativa Moral); minimiza a intenção da pessoa que causou o mal (Linguagem Eufemística); ignora as consequências das ações nocivas por achar que foram menos graves em comparação com outras (Comparação Vantajosa); distorce as consequências provenientes de um ato danoso (Distorção das Consequências); distribui a responsabilidade do ato com um grupo (Difusão da Responsabilidade); terceiriza a responsabilidade pela ação danosa (Deslocamento da Responsabilidade); culpa a própria vítima pelo ato danoso (Atribuição de Culpa); atribui características não humanas a vítima para justificar a ação imoral (Desumanização) (Bandura, Azzi & Tognetta, 2015). É importante destacar que o desengajamento moral não deve ser compreendido como um traço de personalidade estável e sim como um estado mental temporário influenciado pelas diversas situações vivenciadas pelo indivíduo (Nair & Kamalanabhan, 2011).

Os mecanismos de desengajamento moral podem ser observados em todas as etapas do desenvolvimento humano (Bandura, Azzi & Tognetta, 2015). Especificamente, entre os

adultos, é possível identificar a utilização desses mecanismos nos mais variados contextos, como por exemplo, na infração de trânsito (Mognon, Dos santos, 2014), ações terroristas (Posada, Florez & Espinel, 2018; Bandura, 2004), danos ao meio ambiente (Bandura, 2007), infrações no esporte (Shields, Christopher & Bredemeier, 2015; Tsai, Wang & Lo, 2014), Crimes corporativos (Medeiros, Silveira & Oliveira, 2018; Nair & Kamalanabhan, 2011) dentre outros.

Entre crianças e adolescentes, o desengajamento moral também está relacionado fortemente com a emissão de comportamentos agressivos (Gierczyk, Fullard & Dobosz, 2017; Araújo, 2016; Gini, Pozzoli & Hymel, 2014). Especificamente entre os adolescentes, é possível encontrar correlações positivas entre o desengajamento e julgamentos a favor do *bullying* (Tognetta, Avilés, Rosário & Alonso, 2015), com comportamentos agressivos em redes sociais (Araújo, 2016) e com o mau comportamento nas aulas de educação física (Hsu & Pan, 2018).

No que se refere à compreensão do desengajamento moral em crianças, a nível mundial, os estudos são extremamente escassos (Posada, Florez & Espinel, 2018), de modo que, no Brasil, não foram identificadas investigações que objetivassem compreender a influência do desengajamento moral nos infantes (Albertoni, 2018). No entanto, essa pouca investigação vem apontado que, de maneira geral, crianças entre 6 e 10 anos tendem a usar mais os mecanismos de desengajamento moral quando as mesmas realizam falsas alegações e negações sobre fatos observados. Logo, compreende-se que o desengajamento moral exerce um importante papel quando as crianças mentem (Doyle & Bussey, 2017).

O modo como as relações são estabelecidas no ambiente familiar pode favorecer o uso do desengajamento moral nas tarefas do cotidiano da criança. Por exemplo, pais que costumam explicar constantemente o porquê das condutas adotadas pelos filhos serem pouco aceitáveis socialmente acabam favorecendo a tendência das crianças compararem suas ações com as de outras pessoas, utilizando assim o mecanismo de desengajamento moral denominado comparação vantajosa (Martínez-González; Robles-Haydar; Amar-Amar & Crespo-Romero, 2016).

Embora se tenha identificado a presença do desengajamento moral nas etapas evolutivas citadas acima, a compreensão de como ocorre o desenvolvimento desse construto no decorrer da vida do sujeito foi pouco testada empiricamente (Caravita et al, 2013; Hymel & Bonanno, 2014), principalmente, no que se refere aos estudos de delineamento longitudinal. Especificamente, na adolescência, durante um ano de observação, Obermann (2013) não identificou um aumento no nível de desengajamento moral de jovens que estavam na faixa

etária de 12 a 14 anos. Em contrapartida, Shulman et al. (2011) verificaram a prevalência de um declínio do desengajamento moral entre adolescentes infratores, com idade entre 14 e 17 anos, fato corroborado por Paciello et al. (2008) que observaram a diminuição do nível de desengajamento moral ao longo do tempo, entre 12 e 20 anos.

Sobre o desenvolvimento do desengajamento moral na infância, Caravita et al. (2013) sugeriram que as crianças na infância tardia diminuem o nível de desengajamento moral, enquanto os adolescentes precoces aumentam. Para eles, essa diferença estaria relacionada ao fato de que as crianças são mais abertas as influências dos adultos enquanto os adolescentes são mais susceptíveis a influência dos pares.

Essa escassez de estudos sobre o desenvolvimento do desengajamento moral, somada a pouca coerência entre os resultados encontrados nos estudos longitudinais, dificulta a compreensão sobre “se” e “como” ocorre a mudança desse construto entre a infância e início da adolescência. Neste sentido, dispor de instrumentos psicométricos que mensuram o desengajamento moral nestas etapas poderá auxiliar no preenchimento desta lacuna no campo teórico.

Assim, no que se refere à mensuração do desengajamento moral enquanto construto psicológico, observa-se mundialmente o uso de metodologias como análise de conteúdo dedutivo (Posada, Florez & Espinel, 2018) ou uso de jogos que evidenciem simulações de conflitos, como o *Juego de rol Leyendas de Almar*, utilizado por Martínez-González, Robles-Haydar, Amar-Amar e Crespo-Romero (2016) em seus estudos.

Além disso, existem alguns instrumentos com características psicométricas que são utilizados para avaliar comportamentos e atitudes consideradas antissociais, mas que acabam mensurando o desengajamento moral indiretamente. Como exemplo, pode-se citar a Escala de Avaliação e Sensibilidade Moral face ao *Bullying* – EASMB. Esse instrumento foi criado com o objetivo de identificar os fatores que podem ou não impulsionar observadores a intervir em situação de *bullying* em crianças e adolescentes portugueses de 9 a 16 anos (Melo & Pereira, 2017). A versão portuguesa da EASMB contemplou 21 itens, de modo que dentre esses, apenas 7 destinados a avaliar o desengajamento moral propriamente dito.

DeSmet et al (2018) também construíram um questionário que objetivava medir o comportamento do espectador mediante o *cyberbullying* entre adolescentes. Aspectos relacionados à avaliação do desengajamento moral estão presentes apenas em uma subescala do instrumento, denominada Atitudes de desengajamento moral, composta por três itens.

Outro instrumento destinado à mensuração do desengajamento moral é a *Collective moral disengagement: Initial validation of a scale for adolescents* (CCMDS) desenvolvida por Gini, Pozzoli e Bussey, em 2013. Tal instrumento visa avaliar o desengajamento moral a partir de parâmetros coletivos, ou seja, a partir das crenças compartilhadas por um grupo, que justificam moralmente determinada ação danosa. Também é possível identificar instrumentos específicos para a mensuração do desengajamento moral no contexto esportivo, como *The Moral Disengagement in Physical Education Scale* (MDPE) elaborada por Pan e Hsu, (2017).

Especificamente, no Brasil, os instrumentos psicométricos para avaliar o desengajamento moral estão restritos a alguns contextos. No trânsito, o desengajamento moral pode ser mensurado através da Escala de Justificativas de Motoristas – EJM, elaborada por Iglesias (2002) e adaptada para o contexto brasileiro por Luiza Neto (2009). Tal instrumento é composto por 28 itens distribuídos em três fatores: Reconstrução da conduta, Jeitinho e Distorção do agente da ação.

Sendo assim, todos os instrumentos citados anteriormente, embora mensurem o desengajamento moral de alguma forma, seja especificamente em um contexto ou a partir de uma dimensão, não verificam o construto a partir dos oito mecanismos, como proposto por Bandura. Ademais, tais instrumentos não foram adaptados e testados na população infantil propriamente dita.

A mensuração mais completa pode ser obtida através da escala *Mechanisms of Moral Disengagement*, desenvolvido por Bandura, Barbaranelli, Caprara e Pastorelli (1996). Em sua versão original, esse instrumento é composto por 32 itens que se agruparam em um único fator que explicava 16% da variância, com o alfa de 0,82. No entanto, os itens retratam os oito mecanismos do desengajamento moral apontados por Bandura.

Pelton, Gound, Forehand e Brody (2004) encontraram consistências internas e correlações similares à estrutura original da MDS quando adaptaram-na para o uso em crianças afroamericanas que pertenciam a famílias de baixa renda e monoparentais residentes nas zonas rural e urbana dos Estados Unidos. Neste sentido, para fins de investigação, os autores eliminaram os quatro itens da escala que avaliavam o desengajamento moral através da linguagem eufemística, uma vez que, no estudo piloto, as crianças tiveram dificuldade de compreender a semântica dos itens. Ademais, com o intuito de adaptar culturalmente o instrumento, alguns itens foram modificados para que ficassem o mais próximo possível das características culturais norte-americanas.

Para fins de análises estatísticas, Pelton, Gound, Forehand e Brody (2004) utilizaram a análise fatorial com rotação Varimax, conforme modelo utilizado por Bandura no processo de validação da MDS, assim como o Alfa de Cronbach do instrumento. A análise dos componentes principais com rotação Varimax apontou a existência de um fator explicando 5% da variância. O Alfa de Cronbach encontrado foi de 0,82.

Detert e Treviño (2008) também investigaram a estrutural fatorial da MDS, porém em estudantes universitários. Critérios estatísticos como o *scree test* e *eigenvalues* indicaram que 8 fatores seriam mais adequados para a escala. No entanto, diversos itens não apresentaram carga fatorial igual ou superior a 0.30, fato que direcionou os pesquisadores a utilizarem o critério da parcimônia e selecionarem os 3 melhores itens mais adequados de cada subcomponete do desengajamento moral. Assim, restaram 24 itens com carga fatorial maior que 0,40. Salienta-se que os itens excluídos foram 4, 8 11, 14, 18, 21, 25, 32.

Em seguida, os pesquisadores realizaram a análise fatorial confirmatória estimando um modelo com os 24 itens organizados em 8 fatores. No entanto, foi encontrado um modelo unifatorial semelhante ao indicado por Bandura com os 24 itens restantes, sendo criada uma medida geral de desengajamento moral (média de todas as respostas) que apresentou um alfa de 0,87.

Já Paciello, Fida, Tramontano, Lupinetti e Caprara (2008) verificaram a estrutura psicométrica da MDS em um estudo com características longitudinais. Assim, os adolescentes foram avaliados a partir da MDS em cinco momentos diferentes, especificamente quando atingiram as idades de 12, 14, 16, 18 e 20 anos de idade. A análise de *eigenvalues* sugeriu a estrutural unifatorial como mais adequada ao longo das cinco mensurações, apresentando um Alfa de Crombach que variou de 0,87 a 0,93 entre as medidas.

Obermann (2010) propôs uma versão dinamarquesa do MDS aplicando o instrumento em questão em crianças com média de idade de 12,6 anos. Os resultados da análise fatorial confirmatória apontam para uma estrutura unidimensional. Já Newton, Stapinski, Champion, Teesson e Bussey (2016) exploraram as propriedades psicométricas do MDS em estudantes australianos (com média de idade de 12,79 anos), apresentando uma versão modificada da escala, incluindo itens específicos sobre conduta antissocial e criminal de crianças australianas. Assim, a escala em questão foi composta por 39 itens, sendo 31 advindos do estudo original de Bandura.

A análise de componentes principais com rotação Varimax sugeriu 8 fatores com *eigenvalues* superior a 1. No entanto, uma análise considerando o *scree plot* sugeriu como mais adequado um modelo considerando 1 ou 4 fatores, de modo que esses 4 fatores explicavam 32.5%, 7.7%, 5.0% e 4.8% a variância.

Assim, a versão final da MDS modificada foi constituída por 22 itens distribuídos em quatro fatores: *reconstructing the conduct*; *obscuring personal causal agency*; *misrepresenting or disregarding the injurious consequences of one's actions* (todos com 5 itens) e *blaming and devaluating recipients of behaviour* (com sete itens).

Rubio-Garay, Amor e Carrasco (2017) também realizaram estudos para analisar as propriedades psicométricas ao adaptarem o MDS para uso em populações de adolescentes, jovens e adultos na Espanha (com idade entre 15 e 25 anos). A análise fatorial confirmatória apontou o modelo com um fator de primeira ordem mais três fatores de segunda ordem como sendo o mais adequado. Assim o fator I foi denominado desengajamento por despersonalização, o segundo, como desengajamento por irresponsabilidade e o terceiro, como desengajamento pela racionalização.

No Brasil, o *The Moral Disengagement Scale* também passou pelo processo de validação nos estudos de Albertoni (2018), utilizando na amostra estudantes do 5º ano do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio. A análise de componentes principais com rotação Promax indicou a existência de 11 fatores. No entanto, considerando o gráfico de sedimentação, quatro fatores foram retidos pelos pesquisadores, explicando 33% da variância total. O fator 1 foi denominado desumanização e responsabilização das vítimas, o fator 2, como reconstrução cognitiva do comportamento imoral, fator 3, como obscurecimento da responsabilidade e o fator 4, como Negligência ou minimização das consequências prejudiciais.

A versão Brasileira do MDS apresentou Alfas de Cronbach de 0,81. No entanto, os Alfas dos quatros fatores apontados pela ACP foram respectivamente 0.71, 0.64, 0.59, 0.55. Assim, embora a consistência interna da escala tenha sido satisfatória de maneira geral, o mesmo não pode ser observado nos quatro fatores.

Diante do exposto, compreende-se que a *The Moral Disengagement Scale* vem apresentando boas propriedades psicométricas quando adaptadas para diversas culturas a nível mundial. No entanto, nenhum dos estudos citados acima objetivou investigar as propriedades psicométricas da MDS em crianças especificamente.

Assim, compreende-se que a escassez de estudos que visem avaliar o desengajamento moral em crianças pode estar associada à falta de instrumentos psicométricos confiáveis que avaliem esse construto na infância (Albertoni, 2018). Logo, essa escassez justifica a realização de pesquisas futuras que compreendam a manifestação desses mecanismos nos anos iniciais, bem como, na construção de instrumentos com boas propriedades psicométricas voltados para esta população.

Ressalta-se ainda a necessidade de serem desenvolvidas estratégias que facilitem a compreensão dos itens que compõem as escalas psicométricas quando os infantes forem a população alvo. Evidências empíricas apontam que as escalas gráficas são mais eficientes nas avaliações dos construtos psicológicos em crianças do que as escalas convencionais (Gomes, 2015). Assim, o objetivo deste estudo foi adaptar a escala *Mechanisms of Moral Disengagement* através de desenhos ilustrativos para uso em crianças brasileiras, testando suas propriedades psicométricas. Através desse estudo, será possível verificar se o uso de auxílio gráfico contribui para obtenção de indicadores psicométricos satisfatórios, aumento da consistência interna, bem como, avaliar a estrutura dimensional do desengajamento moral em crianças brasileiras, por meio da comparação com o estudo de Albertoni (2018).

MÉTODO

Amostra

Participaram do presente estudo 244 crianças, sendo 99 do sexo masculino e 145 do sexo feminino, com idades entre 7 e 12 anos ($M = 10,3$; $D.P. = 1,3$). Todos eram estudantes de três escolas públicas da cidade de Petrolina-PE, sendo duas localizadas na região central da cidade (local onde o nível socioeconômico é maior) e a outra na região periférica (local onde o nível socioeconômico é menor). A amostra foi do tipo não-probabilística, uma vez que participaram apenas aqueles que aceitarem de maneira voluntária.

Instrumentos

A escala utilizada no presente estudo foi o *Mechanisms of Moral Disengagement*, desenvolvida por Bandura, Barbaranelli, Caprara e Pastorelli (1996) e composta por 32 itens que se agruparam em um único fator (Alpha de Combach de 0,82). No entanto, os itens retratam aspectos distintos do desengajamento moral, sendo eles: *Moral justification* (Itens 1,9, 17,25); *Euphemistic language* (Itens 2,10, 18,26); *Advantageous comparison* (Itens 3,11, 19,27); *Displacement of responsibility* (Itens 5, 13,21,29); *Diffusion of responsibility* (Itens 4, 12, 20,28); *Distorting consequences* (Itens 6, 14,22,30); *Attribution of blame* (Itens 8, 16, 24, 32) e *Dehumanization* (Itens 7, 15,23,31) (Bandura, Barbaranelli, Caprara & Pastorelli, 1996).

Para a realização da validação divergente, foi utilizada a versão traduzida e adaptada por Koller, Camino e Ribeiro (2001) da Escala de Empatia para Crianças e Adolescentes (EECA), denominada originalmente de *Index of Empathy for Children and Adolescent* (Bryant, 1982). Esse instrumento é composto por 22 itens, sendo que dentre eles, onze (11) são do tipo invertidos (02; 03; 09; 10; 15; 16; 17; 18; 20; 21; 22), os quais devem ser respondidos de forma dicotômica (Sim; Não), ou por meio de uma escala do tipo *likert* de três graus (1 = discordo totalmente; 3 = concordo totalmente).

A EECA (ANEXO 1) é considerada ideal para a realização da validade divergente, pois a literatura tem demonstrado associações negativas entre a empatia e o desengajamento moral (Ouvrein, De Backer & Vandebosch, 2018; Albertoni, 2018; Chowdhury & Fernando, 2014). Além disso, mesmo sendo uma escala psicométrica no formato textual, a EECA é um instrumento que vem apresentando bons resultados nos estudos que visam avaliar a empatia em crianças (Sampaio & Camino, 2017; Kirst-Conceição & Martinelli, 2014), o que habilita o uso desse instrumento no presente estudo.

Foi utilizado ainda um instrumento para captar as respostas dos participantes de maneira menos subjetiva do que a escala do tipo *Likert* que dispunha o instrumento original. Para tanto, foram utilizadas três *smile face* que ilustravam as afirmações Concordo Totalmente, Nem concordo Nem discordo, Discordo Totalmente, conforme ilustra a figura 1. Salienta-se que a eficácia desse instrumento foi testada e descrita por Moura, Roazzi e Sampaio no artigo intitulado “Adaptação da Escala de Relações de Amizade (ERA) a partir de desenhos ilustrativos para uso em crianças brasileiras” (Artigo II).

Figura 1- *Smile face* que indicam as opções de respostas 1= concordo totalmente, 2= nem concordo nem discordo, 3= discordo totalmente



Fonte: Google imagens (2019)

Para fins de coleta de dados no presente estudo, foi utilizado ainda um conjunto de imagens que retratavam cada um dos itens que compunham a versão traduzida do *Mechanisms of Moral Disengagement*, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido, bem como, um questionário sociodemográfico com questões como sexo, idade, escolaridade, dentre outras.

Procedimentos

Adaptação para o contexto brasileiro do Mechanisms of Moral Disengagement

O *Mechanisms of Moral Disengagement* (MDS) foi traduzido do inglês para o português por um docente especialista na língua de origem do instrumento. Posteriormente, os itens foram analisados por um juiz independente, mestre em Psicologia, que comparou as afirmativas traduzidas à versão final da MDS proposta por Albertoni (2018), respeitando-se a adequação da linguagem para a população alvo do presente estudo, bem como as características culturais.

Após a adequação da tradução com base nos achados de Albertoni (2018), os itens foram encaminhados para um profissional em *designer* gráfico o qual elaborou desenhos com traços infantis que representavam a semântica dos itens da versão traduzida da MDS. Neste sentido, cada item recebeu uma representação gráfica monocromática, sendo uma versão para meninos e outra para meninas. O uso de imagens se fez necessária, pois serviu de suporte para compreensão da descrição verbal do item.

As 32 imagens foram submetidas à análise de três juízes (sendo dois doutores e um mestre em Psicologia), os quais indicaram o quanto as imagens desenvolvidas de fato representavam os construtos indicados nos itens. Após as análises, foram solicitadas alterações nas imagens que variaram desde a disposição gráfica dos personagens a expressões faciais mais precisas.

Essas considerações foram encaminhadas novamente para o profissional em designer que realizou todas as alterações. A nova versão do instrumento foi aplicada em uma criança de 12 anos, do sexo feminino, para que fossem identificados problemas semânticos na escala. No entanto, o sujeito em questão não apontou problemas no instrumento quanto à dificuldade de compreensão dos itens e relatou que as imagens utilizadas facilitaram as respostas dadas.

Coleta de dados

Com posse das autorizações dadas pelos responsáveis legais dos participantes, através da assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE- ANEXO 2), bem como, do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE- ANEXO 3) devidamente assinado pelos participantes, a coleta de dados foi iniciada nas escolas. As escalas foram aplicadas individualmente, de modo que o pesquisador lia em voz alta os itens e os participantes indicavam, por meio do uso dos *smile faces*, a resposta ideal nas suas concepções.

No caso da escala de desengajamento moral, especificamente, ao mesmo tempo em que o pesquisador lia os itens ele mostrava a imagem correspondente para que a criança compreendesse melhor a semântica dos itens. O próprio pesquisador registrava as respostas dadas pelos participantes em um protocolo impresso, na presença do participante.

Essa investigação foi submetida e aprovada pelo comitê de ética em Pesquisa da Universidade Federal de Pernambuco, através do CAEE número 96346918.5.0000.5208 e parecer de número 3.007.880

Análise de dados

Os dados coletados foram analisados quantitativamente, com recurso dos *softwares* estatísticos SPSS (*Statistical Package for Social Science*) e o *Factor Analysis* (Lorenzo-Seva & Ferrando, 2006). Neste sentido, com o intuito de verificar a qualidade psicométrica das escalas supracitadas, foi realizada a Análise Fatorial Exploratória, Análises Paralelas (PA), a partir da Análise de componente principal e a análises dos índices de consistência interna (Alfa de Cronbach) da escala como um todo e de cada um dos fatores encontrados. Medidas correlacionais também foram utilizadas para a realização da validação divergente entre as escalas.

Sobre a PA, este é um método estatístico baseado na simulação Monte-Carlo, no qual um conjunto hipotético de matrizes de correlação de variáveis se constitui aleatoriamente a partir do mesmo número de variáveis e de sujeitos que representam o conjunto de dados reais. Essa técnica vem ganhando bastante destaque no âmbito internacional por ser baseada em amostras e não na população, de modo que o tamanho dessa amostra, assim como a carga fatorial dos itens, pouco influenciam no método. Esse tipo de análise superestima menos o número de fatores que devem ser extraídos de um instrumento, por utilizarem a comparação entre os valores *eigenvalue* reais e aleatórios, sendo mais sofisticada do que os critérios *Scree Plot* e Kaiser-Guttman (Damásio, 2012).

Para aprofundar a investigação a respeito da estrutura fatorial dos instrumentos, foi realizada ainda a Análise da Estrutura de Similaridade (SSA), um tipo de escalonamento multidimensional, que tem como princípio a proximidade entre as variáveis (Roazzi, Federicci & Wilson, 2001). Neste sentido, quanto mais próximo os pontos que representam as variáveis estiverem no diagrama espacial, maior será a relação entre eles.

A SSA passou a ser usada na determinação dos fatores de escalas psicométricas (ver Roazzi, Pacheco & Souza, 2017; Roazzi; Souza & Bilsky, 2015; Sambiase, et al. 2014) a partir dos estudos de Guttman (1954), que demonstraram algumas limitações da análise fatorial (AF) para esse tipo de tratamento dos dados. Para este autor, as vantagens da SSA sobre a AF estariam relacionadas à flexibilização no estabelecimento das relações entre as variáveis, o coeficiente de similaridade não é ajustado, os resultados são facilmente representados a partir de um formato geométrico, dentre outros aspectos (Rabenu, Elizur & Yaniv, 2015).

RESULTADOS

Evidências de validade com base na análise fatorial

A Escala de Desengajamento moral para crianças (EDMC- APENDICE 1) foi inicialmente submetida à análise fatorial exploratória, realizada através da fatoração de eixo principal com rotação Varimax. O teste de adequação da amostra Kaiser-Meyer-Olkin (KMO= 0,717), bem como, o teste de esfericidade de Barlett igual a 1436.3 (df= 496; $p < 0,001$) indicaram que esse tipo de análise era apropriado para o conjunto de dados utilizados.

A análise fatorial exploratória indicou que os 32 itens que compunham a EDMC agrupavam-se em 11 fatores, que explicavam conjuntamente 58,66% da variância total dos dados. No entanto, esse modelo se mostrou de difícil explicação teórica, tendo em vista que a estrutura original da MDS era unifatorial de acordo com Bandura, Barbaranelli, Capraram e Pastorelli (1996).

Assim, com o intuito de se produzir maiores evidências quanto a determinação da quantidade de fatores da EDMC, foram realizadas Análises Paralelas (PA) a partir de da Análise de componente principal no *software Factor Analysis* (Lorenzo-Seva & Ferrando, 2006). Durante a realização de tais análises, optou-se pela rotação do tipo Varimax e o critério de saturação de 0,30.

A Análise Paralela indicou quatro dimensões como mais adequadas para explicar a estrutura dimensional do construto desengajamento moral, considerando o percentil igual a 95. Nesses quatro fatores, os *Eingevalues* obtidos variaram de 4,74 a 1,49 nos dados reais. No entanto, o quarto fator apresentou o valor do *Eingevalues* real igual ao autovalor aleatório (1.49 aproximadamente em ambos).

Assim, utilizando os dados obtidos na Análise Paralela, bem como, a distribuição dos fatores no *Scree Plot*, observou-se que o modelo fatorial com três dimensões seria o mais adequado, sendo que juntos explicavam 26,50% da variância total. No entanto, embora esse modelo tenha se mostrado o mais adequado, constatou-se que alguns itens não apresentaram carga fatorial satisfatória (igual ou superior a 0.30) em nenhum dos fatores, sendo eles os itens 05, 07, 08, 12, 24, 26, 30 e 31. Por esse motivo, os itens em questão foram excluídos das análises.

Após a exclusão desses itens, a EDMC foi submetida novamente a Análise Paralela que indicou a determinação de três fatores como mais adequados. Os valores de *Eingevalues* observados foram: Fator 1= 4.09, Fator 2 = 2.01, Fator 3 = 1,6, de modo que todos eles eram superiores ao autovalor aleatório. Os três fatores passam a explicar 32, 16% da variância total agrupando-se conforme demonstrado na tabela 1.

Embora os itens 06, 19 e 32 tenham fatorado em dois componentes, eliminar esses itens não melhorava a estrutura fatorial do instrumento em questão. Assim, considerando o conjunto de dados, é possível observar a estrutura da EDMC organizada em três fatores.

O Fator 1 agrupou os itens que originalmente avaliavam os componentes Comparação vantajosa (CV), difusão da responsabilidade (DIR) e atribuição de culpa (AC), na escala

elaborada por Bandura. Esses itens retratam situações nas quais o sujeito justifica sua ação através do argumento de que coisas piores poderiam ser feitas, bem como, atribuindo a culpa do seu ato ao outro. Por essa razão, essa dimensão foi denominada Comparação Vantajosa e Atribuição de culpa, representada pelos itens 3, 6, 11, 16, 19, 20, 21, 27, 28, 32.

Especificamente, sobre o item 6 “Não há problema em contar pequenas mentiras, porque elas não causam nenhum dano” embora o mesmo tenha sido classificado originalmente no componente Desengajamento por proteção, o mesmo também apresentou carga fatorial apropriada no fator 1. Esse fato sugere que as crianças compreenderam as “pequenas mentiras” como uma comparação vantajosa, já que tal afirmação abre margem para a interpretação de que pequenas mentiras é menos grave do que grandes mentiras. Por esse motivo, este item foi alocado no fator 1. Assim, percebe-se que as crianças compreendem que, ao atribuir a culpa de um delito ao outro, seja ele um grupo, um de seus pares ou a própria vítima, isso se torna vantajoso para ela, julgando que é melhor que se o dano acontecesse em decorrência da ação do outro do que dela própria.

Sobre os itens 19 e 32, os mesmos também apresentaram carga fatorial superior a 0.30 no fator 1 e 2. No entanto, considerando a semântica dos itens, bem como, o fato de que a carga fatorial foi maior na dimensão 1, optou-se por manter esses itens apenas no fator Comparação Vantajosa e Atribuição de culpa.

Já o Fator 2 agrupou os componentes originais Justificativa Moral (JM), desumanização (D) e Linguagem eufemística (LE). Em conjunto, esses itens retratam situações nas quais a conduta imoral do sujeito agressor é reinterpretada por meio da linguagem, além da necessidade de defender seus pares através de justificativas que “retiram” as qualidades humanas da vítima. Logo, este fator foi denominado Desengajamento por proteção, tendo em vista que os sujeitos emitem comportamentos agressivos como um fator protetivo para si e para os seus pares. Os itens 1, 17, 9, 15, 23, 10 representam esse fator.

Quanto ao Fator 3, o mesmo agrupou os itens das dimensões Distorção das Consequências (DC), Deslocamento da responsabilidade (DR) e Justificativa Moral (JM) e Linguagem eufemística (LE) através dos itens 02, 04, 13, 14, 18, 22, 25, 29. Tais itens retratam situações nas quais se atribui a culpa dos atos danosos para o grupo, ou para favorecer os seus, bem como, minimiza-se as consequências de seus atos, sendo esta dimensão intitulada Minimização do ato transgressor. A partir dos dados coletados, sugere-se que as crianças desse estudo tenderam a diminuir a culpa do infrator mediante a transferência da responsabilidade

para um grupo ou pessoa, fato este que naturaliza o comportamento transgressor, responsabilizando um grupo e minimizando as consequências de atos pouco morais.

Para verificar a fidedignidade da EDMC, foram observados os índices de consistência interna da escala de maneira geral, bem como, de cada um dos fatores. Os dados descritos na Tabela 1 demonstram que tanto as estruturas dos dois primeiros fatores como a escala como um todo apresentaram Alfa de Cronbach mediano e aceitável para os parâmetros psicométricos (Pasquali, 2011). No entanto, o fator 3, apresentou um valor alfa ruim, porém aceitável, o que demonstra pouca consistência desse fator para mensurar desengajamento moral. A Tabela 1 apresenta a distribuição dos itens nos fatores, cargas fatoriais, bem como a consistência interna dos fatores e da escala como um todo.

Tabela 1 - Análise fatorial exploratória dos 32 itens da EDMC

Item	Componentes		
	1	2	3
27. Comparado com as coisas ilegais que as pessoas fazem, tirar algumas coisas de uma loja sem pagar por elas não é muito sério.	0,745		
11. Roubar pouco dinheiro não é muito sério comparado com aqueles que roubam muito dinheiro.	0,740		
28. É injusto culpar uma criança que teve apenas uma pequena participação num dano causado por um grupo.	0,530		
20. Se um grupo decide fazer algo prejudicial, é injusto culpar qualquer criança do grupo por isso.	0,528		
3. Danificar alguma propriedade não é grande coisa quando você considera que os outros estão batendo nas pessoas	0,487		
32. As crianças não são culpadas por se comportarem mal se seus pais cobram demais.	0,475	0,325	
21. As crianças não podem ser culpadas por usar palavrões quando todos os seus amigos fazem isso.	0,412		
16. Se as pessoas são descuidadas onde deixam suas coisas, é sua culpa se elas forem roubadas.	0,360		
19. Não há problema em insultar um colega de classe porque espancá-lo é pior.	0,348	0,330	
1. Não há problema em brigar para proteger seus amigos.		0,700	

Continua na Página 37

Continuação da Tabela 1

Item	Componentes		
	1	2	3
17. Não há problema em lutar quando a honra do seu grupo é ameaçada.		0,640	
9. Não há problema em bater em alguém que fala mal da sua família.		0,637	
15. Não há problema em tratar mal alguém que se comportou de maneira muito errada		0,584	
23. Alguém que maltrata os outros não merece ser tratado como um ser humano.		0,509	
10. Bater em colegas que maltratam os outros é apenas dar-lhes "uma lição".		0,471	
6. Não há problema em contar pequenas mentiras, porque elas não causam nenhum dano.	0,352	0,434	
29. As crianças não podem ser culpadas por se comportarem mal, se seus amigos as pressionarem a fazê-lo.			0,630
22. Provocar alguém não machuca realmente.			0,554
25. Não há problema em mentir para manter seus amigos longe de problemas.			0,549
18. Levar a bicicleta de alguém sem a sua permissão é apenas "pegar emprestado".			0,539
14. As crianças não se importam de serem importunadas porque isso mostra que o outro tem interesse nelas.			0,456
4. Uma criança em uma gangue não deve ser culpada pelo problema que a gangue causa			0,385
2. Dar um tapa e empurrar alguém é apenas uma maneira de brincar.			0,316
13. Se as crianças não são disciplinadas, elas não devem ser culpadas por se comportarem mal.			0,311
% variância explicada	17,1	8,39	6,68
Alfa de Cronbach	α	α	α
Comparação Vantajosa e Atribuição de culpa (10 itens)	0,72		
Desengajamento por proteção (6 itens)		0,69	
Minimização do ato transgressor (8 itens)			0,53
EDMC geral (24 itens)	0,74		

Fonte: O autor (2020)

No que se refere às correlações item-total, as mesmas variaram de 0,29 (item 21) a 0,54 (item 11) no fator 1, Comparação Vantajosa e Atribuição de culpa; de 0,34 (item 23) a 0,48 (item 1) no fator 2, Desengajamento por proteção; e de 0,25 (item 22) a 0,32 (item 29) no fator

3, Minimização do ato transgressor. Assim, as correlações item-total de todos os fatores encontrados na EDMC são consideradas aceitáveis, pois ficaram acima do mínimo exigido pela literatura que é de 0,20 (Clark & Watson, 1995).

Para verificar a correlação entre os fatores da EDMC foi realizado o teste de correlação de Spearman, o qual indicou correlações significativas entre todos os fatores, bem como, entre os fatores e uma medida de desengajamento moral geral, proveniente da média de todos os itens que compõem as escalas. A Tabela 2 apresenta os índices de correlação entre as dimensões.

Tabela 2 - Correlações entre os fatores da EDMC e a Escala de Empatia

Fatores	1	2	3	4	5
Comparação Vantajosa e atribuição de culpa (1)		0,457*	0,201**	0,837*	-0,293*
Desengajamento por proteção (2)			0,227*	0,756*	-0,226*
Minimização do ato transgressor (3)				0,527*	-0,030
Desengajamento Moral Geral (4)					-0,269*
Empatia (5)					

Nota: * $p < 0,001$; ** $p = 0,001$

Fonte: O Autor (2020)

Como pode ser observada na tabela 2, a correlação entre os fatores que compõem a EDMC foi positiva, variando de fraca a moderada. Já as correlações entre os fatores e a medida geral de desengajamento moral foram positivas e variaram de moderada a forte. Esse dado sugere uma boa consistência interna da escala considerando os parâmetros psicométricos (Pasquali, 2011).

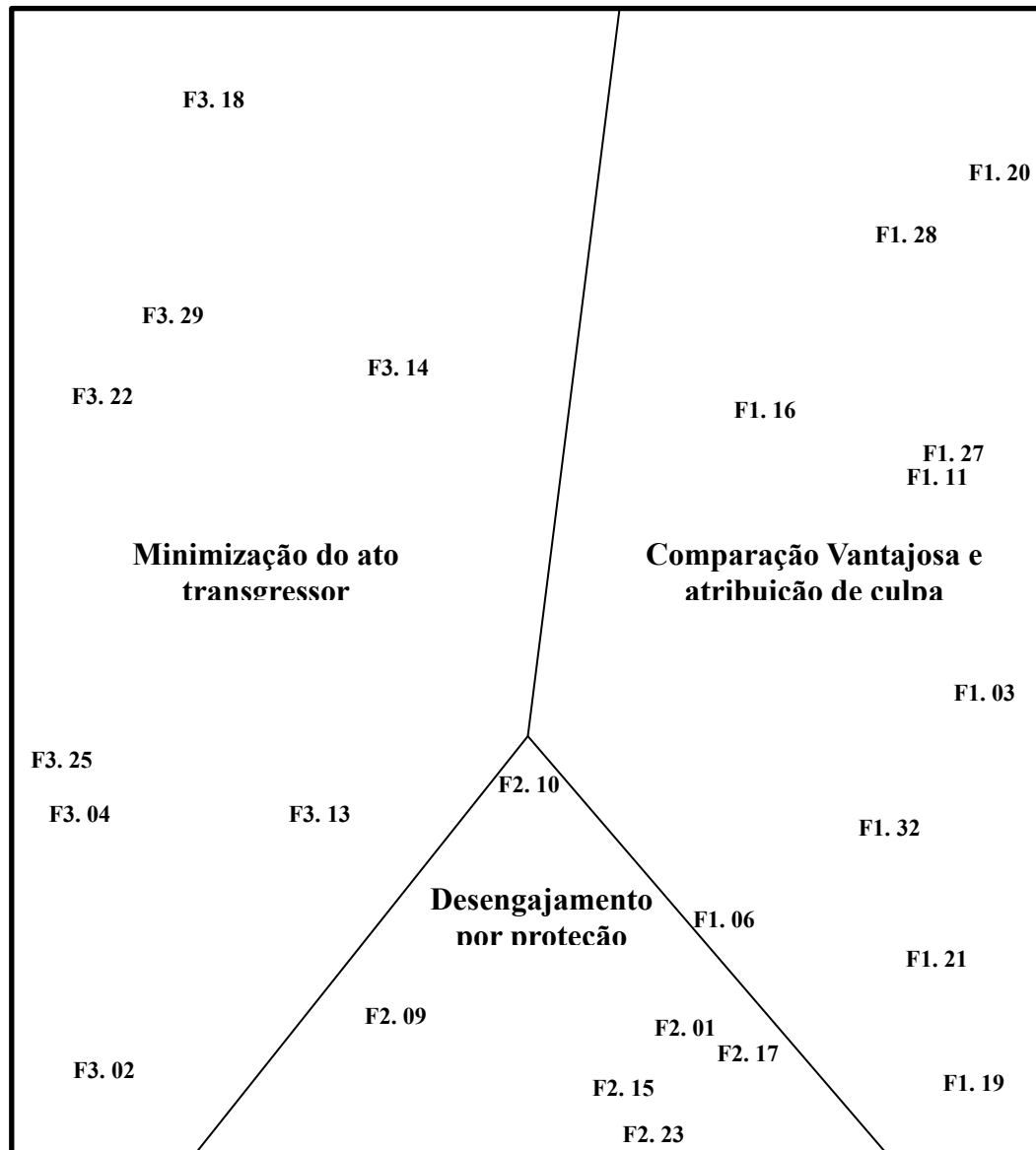
Com o intuito de verificar a validade divergente da EDMC em relação à medida de empatia, foi realizado o teste de correlação de Spearman. Tal medida correlacionou negativamente com todos os fatores, de modo que apenas o fator 3 (Minimização do Ato Transgressor) não apresentou uma correlação estatisticamente significativa. É importante destacar que, embora a correlação tenha apresentado índices significativos, o tamanho do efeito foi pequeno (Tabela 2).

Evidências de validade com base na análise multidimensional

Ainda com o intuito de avaliar a estrutura interna da EDMC, foram realizadas Análises da Estrutura de Similaridade (SSA), um tipo de escalonamento multidimensional que visa verificar a proximidade entre as variáveis. Sendo assim, quanto mais relacionados teoricamente forem os construtos, mas próximos estarão no plano de análise. Tal método é de suma importância por possibilitar que o pesquisador analise os dados a partir da organização das variáveis, superando assim a rigidez dos métodos estatísticos mais tradicionais (Bilsky, 2003; Roazzi, Federicci & Wilson, 2001).

Os 24 itens agrupados na análise fatorial foram submetidos à SSA, a qual apresentou o coeficiente de alienação de 0,18, indicando que a solução é adequada para interpretação dos dados, sendo que o tipo de correlação utilizada nessa análise foi a de Pearson. Logo, a partir da SSA, percebeu-se que os 24 itens agruparam-se em três regiões, organizando a partição do campo dimensional euclidiano da projeção em uma estrutura não-ordenada de tipo polar (ver Figura 2 apresentando a projeção 1x2 da dimensionalidade 3D). Essa projeção dos itens demonstra que a SSA foi mais sensível à verificação dos fatores do que a análise fatorial exploratória exposta anteriormente, uma vez que a distribuição ocorreu de maneira bem delineada e coerente teoricamente.

Figura 2 - Análise da Estrutura de Similaridade (SSA) da EDMC



Fonte: O Autor (2020)

Observando-se a SSA conforme a projeção exibida na Figura 2, é possível analisar de maneira mais detalhada a disposição dos itens agrupados em seus respectivos fatores. Embora as três dimensões estejam bem delimitadas, alguns itens merecem ser analisados mais detalhadamente tendo em vista sua aproximação com outras dimensões.

No que se refere ao item 6, (*Não há problema em contar pequenas mentiras, porque elas não causam nenhum dano*), embora o mesmo pertença originalmente ao fator Desengajamento por proteção, sua projeção ocorreu em uma região bastante próxima do fator 1 Comparação Vantajosa e atribuição de culpa. A análise fatorial exploratória indicou que esse

mesmo item possui carga fatorial satisfatória nas duas dimensões, fato que corrobora a projeção do item em questão.

Outro item que merece bastante atenção é o de número dez (*Bater em colegas que maltratam os outros é apenas dar-lhes "uma lição"*), uma vez que a SSA indicou a projeção desse item em uma região bastante central do plano. Embora esse item pertença ao fator 2, o mesmo aparenta avaliar características em comum dos fatores, de modo que semanticamente, é um item que denota além da naturalização do ato transgressor (*apenas dar-lhes "uma lição"*), a proteção a um sujeito que foi agredido anteriormente (*maltratam os outros*), bem como, culpabiliza-se o sujeito que irá apanhar (só irá apanhar porque bateu em outro colega anteriormente). Logo, este item traz elementos que semanticamente representam as três dimensões, fato que explica sua posição na projeção advinda da SSA.

DISCUSSÃO

O objetivo do presente estudo foi adaptar a Escala de Desengajamento Moral para Crianças através de desenhos ilustrativos. Para tanto, suas propriedades psicométricas foram testadas na população brasileira através da análise fatorial exploratória e análise multidimensional. Os resultados indicaram uma boa adequação do instrumento para avaliar desengajamento moral, considerando como aporte teórico as considerações de Bandura.

Ao propor uma um instrumento psicométrico capaz de mensurar o desengajamento moral, Bandura, Barbaranelli, Caprara e Pastorelli (1996) observaram dados que apontam para uma estrutura unifatorial da MSD. No entanto, o presente estudo encontrou uma estrutural multifatorial que agrupou os itens em três fatores relacionados à comparação vantajosa, atribuição de culpa, proteção e minimização do ato transgressor.

Esse resultado está de acordo com a literatura acadêmica que tem apontado para o fato de que a estruturas psicométrica do MDS pode variar de uma a quatro dimensões (Detert & Treviño, 2008; Newton, Stapinski, Champion, Teesson & Bussey, 2016; Rubio-Garay, Amor & Carrasco, 2017), resultados que validam o modelo adquirido no presente estudo. Ao discutir os dados de seu trabalho original, o próprio Bandura destacou que a MDS era capaz de mensurar os oito tipos do desengajamento moral a partir de um conjunto de quatro itens cada (Bandura

et al.,1996). Tal afirmação, por si só, já se configura como um elemento indicativo de que o desengajamento moral possui uma estrutura teórica e psicométrica do tipo multidimensional.

Ademais, as pesquisas que apontam para a unidimensionalidade do MDS, incluindo a de Bandura, não detalharam sobre as análises estatísticas que levaram os itens a se agruparem em apenas um fator. Em contrapartida, os estudos que indicam uma estrutura multidimensional descrevem minuciosamente os procedimentos estatísticos que os conduziram para a conclusão de que a MDS possuía uma estrutura mais complexa. Neste sentido, os dados encontrados até aqui sugerem que uma estrutura multifatorial é mais adequada para a mensuração do desengajamento moral através de instrumentos psicométricos.

No presente estudo, a SSA apresentou resultados convergentes com as análises fatoriais exploratórias, ao indicar o agrupamento dos itens em três dimensões bem delimitadas em sua projeção. Tal modelo de dimensionalidade foi encontrado por Rubio-Garay, Amor e Carrasco (2017) os quais indicaram a existência de três fatores no processo de validação da MDS para uso em jovens espanhóis. Assim, esses achados também corroboram a prerrogativa de que a MDS funciona de maneira mais adequada quando considerada como um instrumento multidirecional.

Além de ter sido congruente com os resultados encontrados da literatura, os achados desse estudo foram compatíveis com a versão adaptada da MDS para jovens e adultos brasileiros. Tanto esta pesquisa como a investigação desenvolvida por Albertoni (2018) indicaram que, inicialmente os 32 itens agruparam-se em 11 fatores teoricamente difíceis de explicar. No entanto, após tratamento estatístico, esses onze fatores foram reduzidos para quatro, enquanto que nesta pesquisa, os 11 fatores encontrados foram reduzidos para três.

Embora esses números sejam discordantes, é importante destacar que as populações estudadas possuem um perfil distinto, o que sugere que o desengajamento moral é compreendido de maneira também distinta ao longo do desenvolvimento. Essa distinção no uso do desengajamento moral em função da faixa etária também é corroborada pelos achados da literatura que apontam que as crianças utilizam menos o desengajamento moral do que os adolescentes (Caravita et al., 2013). No entanto, como os trabalhos que investigam essa questão são escassos, faz-se necessário desenvolver estudos futuros que de fato mensure o desengajamento moral em várias fases da vida humana a partir do mesmo método.

Esses achados dão margens ainda para que o modelo teórico proposto por Bandura acerca do desengajamento moral seja revisitado, tendo em vista que epistemologicamente, esse

construto é composto por diferentes mecanismos que, embora distintos, representam um traço em sua totalidade. No entanto, o modelo multidimensional que vem se apresentando ao longo das validações da EDM em várias culturas, indica que o desengajamento moral pode ser considerado uma variável constituída por fatores independentes.

Neste sentido, é possível que, por exemplo, o sujeito costume desengajar moralmente através de ações que visam proteger seus pares, mas seja contrário, em julgamento e ação, as desvinculações morais que ocorrem a partir da culpabilização da vítima. Embora essa seja uma hipótese importante, para torná-la válida, são necessários inúmeros estudos futuros que permitam compreender a relação entre as dimensionalidades teóricas do desengajamento moral ao longo do desenvolvimento humano.

Ainda tomando como base os estudos de Albertoni (2018), a estrutura interna da MDS apresentou índices bastante parecidos com os valores obtidos no presente estudo, como por exemplo, a variância total da escala e de cada um dos fatores, bem como o valor de Alfa de Cronbach. Logo, essa semelhança entre os resultados encontrados em ambos os estudos indicam um padrão no funcionamento da MDS no contexto brasileiro, o que favorece a confiabilidade da EDMC, mesmo utilizando um modelo de aplicação diferenciado com o uso de desenhos.

Outro elemento indicativo da confiabilidade da EDMC foi a correlação negativa da escala com a Escala de Empatia para Crianças e Adolescentes. Corroborando estudos anteriores, a empatia tem sido associada negativamente ao desengajamento moral, de modo que sujeitos empáticos tendem a desviar menos suas condutas morais (Ouvrein, De Backer & Vandebosch, 2018; Albertoni, 2018; Chowdhury, & Fernando, 2014).

Diante do exposto, os resultados encontrados no presente estudo indicam que a EDMC é adequada para avaliar Desengajamento Moral em Crianças, para fins de pesquisa, tendo em vista que os índices psicométricos apresentados aqui estão dentro dos padrões aceitáveis na literatura acadêmica (Pasquali, 2011). Acredita-se que o uso de desenhos ilustrativos dos itens colaborou para a obtenção de bons índices psicométricos na escala. Entretanto, ainda são necessários novos estudos que possibilitem a Análise Fatorial Confirmatória em tal medida, bem como, que permitam comparar os aspectos psicométricos de versões da EDMC com e sem desenho ilustrativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados apresentados nessa pesquisa apontam a EDMC como medida apropriada para mensurar o desengajamento moral em investigações que envolvam a população infantil. Esse resultado é de suma importância tendo em vista que o Brasil ainda não dispõe desse tipo de medida destinada a mensurar tal construto com o auxílio de desenhos. Neste sentido, a existência de um instrumento que avalie o desengajamento moral em crianças possibilita que sejam realizados diagnósticos mais precisos e precoces quanto ao desvio de conduta moral.

No entanto, algumas limitações identificadas no presente estudo precisam ser levadas em consideração. O número reduzido de participantes impossibilitou a realização da análise fatorial confirmatória, procedimento bastante importante para que a estrutura interna da EDMC seja realmente reconhecida.

Ademais, a pouca diversidade no perfil sociodemográfico dos participantes, no que se refere ao gênero, cidade, tipo de escola e renda, impossibilitaram uma maior compreensão quanto à influência dessas variáveis sobre o desengajamento moral. Logos, tais limitações devem ser superadas em estudos futuros para que os resultados possam ser generalizáveis.

REFERÊNCIAS

- Albertoni, M. R. (2018). *Investigações sobre desengajamento moral*. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-graduação em Psicologia. Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).
- Araújo, E. P. D. (2016). *Agressão social entre estudantes através das redes sociais virtuais e sua relação com o desengajamento moral*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas- SP.
- Bandura, A. (1986). *Social foundations of thought and action: A social cognitive theory*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall
- Bandura, A. (2004). The role of selective moral disengagement in terrorism and counterterrorism. In F. M. Moghaddam, & A. J. Marsella (Ed.), *Understanding terrorism:*

- Psychological roots, consequences and interventions* (pp. 121-250). Washington, DC: American Psychological Association Press.
- Bandura, A. (2007). Impeding ecological sustainability through selective moral disengagement. *The International Journal of Innovation and Sustainable Development*, 2(1), 8-35.
- Bandura, A., Barbaranelli, C., Caprara, G. V., & Pastorelli, C. (1996). *Mechanisms of moral disengagement in the exercise of moral agency*. *Journal of personality and social psychology*, 71(2), 364.
- Bandura, A., Azzi, R. G., & Tognetta, T. (2015). *Desengajamento Moral: teoria e pesquisa a partir da teoria social cognitiva*. Campinas, SP: Mercado de Letras.
- Bilsky, W. (2003). A Teoria das Facetas: noções básicas. *Estudos de Psicologia*, 8(3), 357- 365.
- Bryant, B. K. (1982). An index of empathy for children and adolescents. *Child Development*, 53, 413-425.
- Caravita, S. C. S., Sijtsema, J. J., Rambaran, A. J., Gini, G. (2014). Peer influence on moral disengagement in late childhood and early adolescence. *Journal of Youth and Adolescence*, 43, 193-207. doi:10.1007/s10964-013-9953-1.
- Chowdhury, R. M., & Fernando, M. (2014). As relações de empatia, identidade moral e cinismo com as crenças éticas dos consumidores: o papel mediador do desengajamento moral. *Journal of Business Ethics*, 124 (4), 677-694.
- Clark, L. A., & Watson, D. (1995). Constructing validity: Basic issues in objective scale development. *Psychological assessment*, 7(3), 309.
- Damásio, B. F. (2012). Uso da análise fatorial exploratória em psicologia. *Avaliação Psicológica*, 11(2), 213-228.
- DeSmet, A., Bastiaensens, S., Van Cleemput, K., Poels, K., Vandebosch, H., Deboutte, G., & De Troyer, O. (2018). Psychometric data of a questionnaire to measure cyberbullying bystander behavior and its behavioral determinants among adolescents. *Data in brief*, 18, 1588-1595.
- Detert, J. R., Treviño, L. K., & Sweitzer, V. L. (2008). Moral disengagement in ethical decision making: a study of antecedents and outcomes. *Journal of Applied Psychology*, 93(2), 374.
- Doyle, F. L., & Bussey, K. (2017). Moral disengagement and children's propensity to tell coached lies. *Journal of Moral Education*, 47(1), 91-103.

- Egan, V., Hughes, N., & Palmer, E. J. (2015). Moral disengagement, the dark triad, and unethical consumer attitudes. *Personality and Individual Differences*, 76, 123-128. <http://dx.doi.org/10.1016/j.paid.2014.11.054>.
- Gierczyk, M., Fullard, M., & Dobosz, D. (2017). Aggression from a gender perspective and the development of a moral compass. *Journal of Gender and Power*, 8(2), 9–26.
- Gini, G., Pozzoli, T., & Bussey, K. (2013). Collective moral disengagement: Initial validation of a scale for adolescents. *European Journal of Developmental Psychology*, 11(3), 386-395.
- Gini, G., Pozzoli, T., & Hymel, S. (2014). Moral disengagement among children and youth: A meta-analytic review of links to aggressive behavior. *Aggressive Behavior*, 40(1), 56-68.
- Gomes, Y. D. A. (2015). *Desenvolvimento de valores em crianças: estrutura, transmissão, personalidade e religiosidade*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Pernambuco, Recife-Brasil.
- Guttman, L. (1954b). Some necessary conditions for common-factor analysis. *Psychometrika*, 19, 149-161.
- Hsu, W. T., & Pan, Y. H. (2018). Moral Disengagement and Student Misbehavior in Physical Education. *Journal of Sports Science & Medicine*, 17(3), 437.
- Hymel, S., & Bonanno, R. A. (2014). Moral disengagement processes in bullying. *Theory into Practice*, 53(4), 278-285. DOI: 10.1080/00405841.2014.947219
- Iglesias, F. (2002). *Desengajamento moral: um estudo com infrações de trânsito*. (Dissertação de Mestrado), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, RJ.
- Kirst-Conceição, da C, A., & Martinelli, de C, S. (2014). Análises psicométricas iniciais de uma escala de empatia infantojuvenil (EEmpa-IJ). *Avaliação Psicológica*, 13(3).
- Koller, S. H., Camino, C., & Ribeiro, J. (2002). Adaptação e validação de duas escalas de empatia para uso no Brasil. *Estudos de Psicologia (Campinas)*. 18(3), 43-53.
- Lorenzo-Seva, U., & Ferrando, P. J. (2006). FACTOR: a computer program to fit the exploratory factor analysis model. *Behavior Research Methods*, 38(1), 88-91.
- Luiza Neto, I. (2009). *Justificativas de motoristas para infrações de trânsito: esboçando um modelo*. (Dissertação de Mestrado), Universidade de Brasília (Unb). Brasília, DF. Brasil.
- Martínez-González, M. B., Robles-Haydar, C. A., Amar-Amar, J. J. & Crespo-Romero, F. A. (2016). Crianza y desconexión moral en infantes: Su relación en una comunidad vulnerable

- de Barranquilla. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 14 (1), 315-330.
- Medeiros, C. R. O., Silveira, R. A., & de Oliveira, L. B. (2018). Mitos no Desengajamento Moral: Retóricas da Samarco em um Crime Corporativo. *Revista de Administração Contemporânea*, 22(1), 70-91.
- Melo, M., & Pereira, S. (2017). Comportamentos e motivos dos/as observadores/as de bullying: Contributos para a sua avaliação. *Psicologia*, 31(2), 1-13. <https://dx.doi.org/10.17575/rpsicol.v31i2.1150>
- Mognon, J. F., & dos Santos, A. A. A. (2014). Autoeficácia para dirigir, desengajamento moral e impulsividade em motoristas. *Psico-USF*, 19(3), 457-466.
- Nair, P., & Kamalanabhan, T. J. (2011). Predicting unwillingness to report ethical infractions of peers: A moderated mediation approach. *IIMB Management Review*, 23(2), 81-90.
- Newton, N. C., Stapinski, L. A., Champion, K. E., Teesson, M., & Bussey, K. (2016). The Reliability and Validity of the Australian Moral Disengagement Scale. *Behaviour Change*, 33(3), 136-149.
- Obermann, M. (2013). Temporal aspects of moral disengagement in school bullying: Crystallization or escalation? *Journal of School Violence*, 12(2), 193–210. doi: 10.1080/15388220.2013.766133
- Obermann, M.-L. (2010). Moral disengagement in self-reported and peer-nominated school bullying. *Aggressive Behavior*, 37(2), 133–144. doi:10.1002/ab.20378
- Ouvrein, G., De Backer, C. J., & Vandebosch, H. (2018). Online celebrity aggression: A combination of low empathy and high moral disengagement? The relationship between empathy and moral disengagement and adolescents' online celebrity aggression. *Computers in Human Behavior*, 89, 61-69.
- Paciello, M., Fida, R., Tramontano, C., Lupinetti, C., & Caprara, G. V. (2008). Stability and change of moral disengagement and its impact on aggression and violence in late adolescence. *Child Development*, 79(5), 1288-1309.
- Paciello, M., Fida, R., Tramontano, C., Lupinetti, C., & Caprara, G. V. (2008). Stability and change of moral disengagement and its impact on aggression and violence in late adolescence. *Child Development*, 79, 1288–1309. doi 10.1111/j.1467-8624.2008.01189.x
- Pan, M. and Hsu, W. (2017) Measuring students' moral disengagement in physical education. Manuscript submitted for publication.

- Pasquali, L. (2011). *Psicometria: Teoria dos testes na psicologia e na educação*. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Pelton, J., Gound, M., Forehand, R., & Brody, G. (2004). The moral disengagement scale: Extension with an American minority sample. *Journal of Psychopathology and Behavioral Assessment*, 26(1), 31-39.
- Piaget, J., (1994). O juízo moral na criança. São Paulo: Summus (originalmente publicado em 1932).
- Posada, C. V.; Florez, J. & Espinel, N. (2018). Moral Disengagement Mechanisms and Armed Violence. A Comparative Study of Paramilitaries and Guerrillas in Colombia. *Revista Colombiana de Psicología*, 27(1), 55-69. doi <https://dx.doi.org/10.15446/rcp.v27n1.62191>.
- Rabenu, E., Elizur, D. & Yaniv, E. (2015). Comparing SSA and Factor Analysis The case of coping with stress In: Roazzi, A., Souza, B. D., & Bilsky, W. (2015). Facet theory: Searching for structure in complex social, cultural and psychological phenomena. *Recife/PE: Editora Universitária–UFPE*
- Roazzi, A., Federicci, F. C., & Wilson, M. (2001). A estrutura primitiva da representação social do medo. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 14(1), 57-72.
- Roazzi, A., Federicci, F. C., & Wilson, M. (2001). A estrutura primitiva da representação social do medo. *Psicologia: Reflexão e crítica*, 14(1), 57-72.
- Roazzi, A., Pacheco, A. B., & de Souza, B. C. (2017). Análise de estruturas de similaridade do questionário verbal e imagens objeto/espacial. *Amazônica*, 19(1), 182-199.
- Roazzi, A., Souza, B. D., & Bilsky, W. (2015). *Facet theory: Searching for structure in complex social, cultural and psychological phenomena*. Recife/PE: Editora Universitária–UFPE.
- Rubio-Garay, F., Amor, P. J., & Carrasco, M. A. (2017). Dimensionality and psychometric properties of the Spanish version of the Mechanisms of Moral Disengagement Scale (MMDS-S). *Revista de Psicopatología y Psicología Clínica*, 22(1).
- Sambiase, Marta Fabiano, Teixeira, Maria Luisa Mendes, Bilsky, Wolfgang, Araujo, Bruno Felix Von Borell de, & Domenico, Silvia Marcia Russi De. (2014). Confrontando estruturas de valores: um estudo comparativo entre PVQ-40 e PVQ-21. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 27(4), 728-739. Doi <https://dx.doi.org/10.1590/1678-7153.201427413>

- Sampaio, L. R., & Camino, C. (2017). Ajudar o próximo ou ser recompensado? Comportamento distributivo infantil em situações envolvendo mérito e altruísmo. *Psico*, 48(3), 186-194.
- Shields, D. L., Christopher, D. F., & Bredemeier, B. L. (2015). Predictors of moral disengagement in sport. *Journal of Sport & Exercise Psychology*, 37(6), 646-658. doi <http://dx.doi.org/10.1123/jsep.2015-0110>.
- Shulman, E. P., Cauffman, E., Piquero, A. R., & Fagan, J. (2011). Moral disengagement among serious juvenile offenders: A longitudinal study of the relations between morally disengaged attitudes and offending. *Developmental Psychology*, 47, 1619–1632. doi:10.1037/a0025404.
- Tognetta, L., Avilés, J. M., Rosário, P., & Alonso, N. (2015). Desengajamentos morais, autoeficácia e bullying: a trama da convivência. Moral disengagement, self-efficacy and bullying: the framework of coexistence studies. *Revista de Estudios e Investigación en Psicología y Educación*, 2(1), 30-34.
- Tsai, J. J., Wang, C. H., & Lo, H. J. (2014). Locus of control, moral disengagement in sport and rule transgression of athletes. *Social Behavior and Personality*, 42(1), 59-68. Doi <http://dx.doi.org/10.2224/sbp.2014.42.1.59>.

4 ARTIGO 2

Adaptação da Escala de Relações Afetivas de Amizade (ERA) a partir de desenhos ilustrativos para uso em crianças brasileiras

RESUMO

Os instrumentos psicométricos que avaliam o apego são de suma importância para a Psicologia, tendo em vista que essa variável possui um papel primordial no estabelecimento de relações sociais, na tomada de decisões e na consolidação da imagem mental que o indivíduo tem de si. No entanto, ainda é escassa a prevalência de escalas que avaliem o apego em crianças na população brasileira, especificamente por meio de dispositivos que auxiliem na compreensão dos itens. Assim, o objetivo desse estudo é adaptar a Escala de Relações Afetivas de Amizade para Crianças brasileiras, através de desenhos ilustrativos. Para tanto, contou-se com a participação de 244 meninos e meninas, com idades entre 7 e 12 anos, estudantes de escolas públicas da cidade de Petrolina-PE. Para coleta de dados, foi utilizada a Escala de Relações Afetivas de Amizade para Crianças (ERAC), a Escala de Empatia para Crianças Adolescentes e um questionário sociodemográfico. Os resultados apontaram uma estrutura bidimensional da ERAC, sendo um fator denominado Ansiedade e o outro Evitamento. As propriedades psicométricas apresentadas nesse estudo foram compatíveis com as características dos instrumentos que originaram a ERAC. Presume-se que esse resultado tem associação com o uso de ilustrações nos itens, já que as crianças geralmente apresentam dificuldade de compreensão semântica das afirmativas. Logo, a Escala de Relações Afetivas de Amizade para Crianças se mostrou bastante promissora para uso em estudos futuros.

Palavras-Chaves: apego, ansiedade, evitamento, escala, crianças.

ABSTRACT

The psychometric instruments that assess attachment are extremely important for Psychology, given that this variable has a primary role in establishing social relationships, in decision-making and in the consolidation of the individual's mental image of himself. However, the prevalence of scales that assess children's attachment in the Brazilian population is still scarce, specifically through devices that assist in understanding items. Thus, the objective of this study is to adapt the Affective Relationships Scale of Friendship for Brazilian Children, through illustrative drawings. For that, the study relied on the participation of 244 boys and girls, aged between 7 and 12 years old, students from public school in Petrolina city-PE. For data collection were used the Affective Relationships Scale of Friendship for Children (ERAC), the Empathy Scale for Adolescent Children and a sociodemographic questionnaire. The results showed a two-dimensional structure of ERAC, one factor called Anxiety and the other Avoidance. The psychometric properties presented in this study were compatible with the characteristics of the

instruments that originated ERAC. It is assumed that this result is associated with the use of illustrations in the items, since children generally have difficulty to understand semantically the statements. Therefore, the Affective Relationships Scale of Friendship for Children proved to be quite promising for use in future studies.

Key-words: attachment, anxiety, avoidance, scale, children.

John Bowlby criou em 1958 o conceito de *attachment* para descrever a vinculação emocional entre mães e filhos durante a infância (Bowlby, 2002). Muito embora suas primeiras descrições sejam datadas há cerca de 60 anos, a teoria de Bowlby ainda explica muitos fenômenos da atualidade, sendo por este motivo considerada uma das teorias mais revolucionárias acerca do desenvolvimento infantil nos últimos 60 anos (Moneta, 2014).

Outra autora que também auxiliou nos estudos acerca do apego foi Mary Ainsworth (1978) classificando-o em três tipos: Vínculo seguro, Vínculo não seguro (Evitativo) e Vínculo não seguro (Ambivalente/ansioso). Assim, o apego Evitativo estaria relacionado a comportamentos que visam evitar intimidade, desconforto mediante aproximações e autoconfiança. Já o apego Ansioso diz respeito a preocupações com apoio social, ciúme, medo e vigilância em relação ao abandono e rejeição (Brenning, Soenens, Braet & Bosmans, 2011).

Os comportamentos e sentimentos provenientes do tipo de apego desenvolvido pela criança na primeira infância também podem ser observados na segunda e terceira infâncias, na adolescência e na vida adulta. Logo, os modelos internos de funcionamento do apego serão significativos para o sujeito lidar com situações em que tenha que formar laços de amizade, escolher um parceiro amoroso, escolher a profissão, consolidar a imagem mental de si, tomar decisões diante de conflitos, dentre outros (Martínez-Álvarez, Fuertes-Martín, Orgaz-Baz, Vicario-Molina & González-Ortega 2014; Delbem & Dell’Aglío, 2005).

As investigações acerca da influência do apego sobre os comportamentos e tomadas de decisão em adultos tem apontado relações entre os estilos de apego inseguro e as dificuldades na regulação emocional (Guzmán-González, Carrasco, Figueroa, Trabucco & Vilca, 2016) e nos altos níveis de dependência emocional (Valle & De La Villa, 2018). Ademais, o estilo de apego é considerado um bom preditor do tipo de resolução adotada durante um conflito conjugal, de modo que, os sujeitos que apresentam um apego inseguro tendem a selecionar

resoluções de conflitos do tipo destrutivas, nas quais predomina a competição, atitudes hostis para com o outro e fuga da resolução (Scheeren, Zanella Delatorre, Neumann & Wagner, 2015).

Já na adolescência o apego está associado ao desenvolvimento de condutas pró-sociais e maiores níveis de empatia (Anastácio & Nobre-Lima, 2015, Stern, Borelli & Smiley, 2014; Panfile & Laible, 2012; Carlo, McGinley, Hayes, Batenhorst & Wilkinson, 2007; Otiz, Apodaka, Etxeberria, Ezeiza, Fuentes & Lópe, 1993). Em contrapartida, o apego inseguro vem sendo apontado como um fator de risco para comportamento e ideação suicida na adolescência (Suárez Colorado & Campo-Arias, 2019; Couto & Tavares, 2016), bem como, para a adoção de condutas de risco nas relações sexuais (Gómez-Zapiain, Barón & Camarero, 2016)

Durante a infância, o apego frágil à figura materna dos meninos tem poder preditivo sobre comportamentos agressivos e delinquentes, enquanto nas meninas, esse tipo de apego prediz o retraimento social (Nunes, Faraco & Vieira, 2013). O apego inseguro também é apontado como bom preditor da obesidade entre as crianças e os adolescentes, de modo que pessoas com esse perfil são menos capazes de regular as emoções e mais propícias a impulsividade, o que pode ocasionar ganho de peso (Da Cruz, Zanon & Bosa, 2015; Bahrami, Kelishadi, Jafari, Kaveh & Isanejad, 2013). Já o apego seguro está relacionado a um bom desenvolvimento cognitivo e linguístico (Saur, Bruck, Antoniuk & Riechi, 2018) durante os primeiros anos de vida.

Todas essas investigações que apontam a importância do apego em várias etapas do desenvolvimento humano só foram possíveis em decorrência da elaboração de instrumentos que possibilitam avaliações acerca dos estilos de apego. Especificamente sobre a mensuração do apego em adultos, o instrumento mais utilizado em pesquisas é o *Experiences in Close Relationships* (ECR), construído originalmente por Brennan, Clark e Shaver (1998). Tal instrumento avaliava o apego romântico a partir de 36 itens distribuídos em duas dimensões, sendo elas evitamento ($\alpha = 0.94$) e ansiedade ($\alpha = 0.91$).

Nos anos 2000, Fraley, Waller e Brennan utilizaram a Teoria de Resposta ao Item (TRI) para revisar as propriedades psicométricas do ECR a partir dos 323 itens originalmente propostos por Brennan, Clark e Shaver (1998). A versão revisada denominada ECR-R foi então constituída por 36 itens com bom poder de discriminação segundo a TRI, o que tornou viável a utilização do ECR em pesquisas.

Em 2006, Fairchild e Finney também verificaram as características do ECR-R e encontraram indicadores psicométricos adequados, o que reforçou dados anteriores que

apontam para adequação do instrumento na avaliação do apego em crianças. Já em 2011, Fraley, Heffernan, Vicary e Brumbaugh replicaram o estudo de validação do ECR-R em uma amostra maior 21.000 indivíduos, comprovando boas propriedades psicométricas do instrumento.

Com o passar do tempo, o ECR-R foi validado em outros contextos socioculturais, como Espanha (Alonso-Arbiol, Balluerka & Shaver, 2007), Holanda (Jan Conradi, Gerlsma, Duijn & Jonge, 2006), Romenia (Rotaru & Rusu, 2013), Nova Zelândia (Sibley, Fischer & Liu, 2005), Alemanha (Ehrental, Dinger, Lamla, Funken & Schauenburg, 2009), Tailândia (Wongpakaran, Wongpakaran & Wannarit, 2011), dentre outros, apresentando boas propriedades psicométricas.

A partir do ECR-R, foram desenvolvidos outros instrumentos como o *Experiences in Close Relationships–Relationship Structures questionnaire* (ECR–RS: Fraley, Heffernan, Vicary & Brumbaugh, 2011). Tal instrumento avalia o apego a partir de experiências próximas com amigos, familiares, por meio de 9 itens. O ECR-RS foi validado em diversos países como Portugal (Moreira, Martins, Gouveia & Canavarro, 2014), Dinamarca (Donbaek & Elklit, 2013), Turquia (Karataş & Demir, 2018), Chile (Tay-Karapas, González, Silva, Tirado & Córdova, 2015), Itália (Hünefeldt, Laghi, Ortu & Belardinelli, 2013) e Japão (Komura, Murakami & Toda, 2016).

Já Lafontaine, Brassard, Lussier, Valois, Shaver e Johnson (2015) selecionaram alguns itens do ECR com o intuito de propor uma versão mais resumida e igualmente fidedigna na avaliação psicométrica do apego. A partir de um estudo de validação, os autores propuseram a versão ECR-12, a qual contempla 12 itens com índices estatísticos semelhantes à versão original, utilizando a Teoria de Resposta ao Item.

Wei, Russell, Mallinckrodt e Vogel (2007) também desenvolverem uma escala reduzida para apego adulto a denominada ECR-Short (ECR-S) a partir do ECR. Tal instrumento é composto por 12 itens que contemplam as dimensões ansiedade e evitação relacionada ao apego.

Especificamente, no Brasil, os instrumentos devidamente validados que avaliam o apego em adultos são: Escala de Apego Adulto (EAA), desenvolvida originalmente por Collins e Read (1990) e traduzida, adaptada e validada por Santos et al. (2006); o *Experiences in Close Relationship Scale – Reduzida* (ECR-R-Brasil), adaptada por Natividade e Shiramizu (2015) e o *Experiences in Close Relationships* (ECR) adaptada por Roazzi, Souza, Nascimento, e Mascarenhas, (2017), bem como, por Medeiros Shiramizu, Natividade e Lopes (2013).

Muito embora os estudos descritos acima corroborem a prerrogativa de que os instrumentos que avaliam o apego já estão bem consolidados em termos psicométricos, é possível identificar que todos eles padronizaram o ECR (original e em suas variações), especificamente, para a população adulta e adolescência tardia. Em se tratando de infância, a maioria dos estudos que envolvem essa população visa compreender o apego apenas na primeira infância utilizando tarefas baseadas no método das situações estranhas de Mary Ainsworth (1978).

Na tentativa de compreender melhor o apego quanto aos aspectos ansioso e evitativo, Brenning, Soenens, Braet e Bosmans (2011) desenvolveram um estudo de validação do *Experiences in Close Relationships Scale-Revised* (denominado ECR-RC), com crianças e adolescentes de 8 a 14 anos de idade. Para tanto, os itens foram adaptados para a relação pais-filho ao invés de relações amorosas como propôs o instrumento original.

Além do ECR-RC, a literatura dispõe ainda do *Attachment Security Scale* (ASS; Kerns, Klepac & Cole, 1996), *Relationship Questionnaire* (RQ; Bartholomew & Horowitz, 1991), o *Preoccupied and Avoidance Coping Questionnaire* (PACQ; Finnegan, Hodges & Perry, 1996), e o *Separation Anxiety Test* (SAT; Klagsbrun & Bowlby, 1976) para a avaliação do apego em crianças e adolescentes. No entanto, esses instrumentos possuem algumas limitações.

No caso do ASS, o mesmo mensura o apego de maneira unidimensional, fato que dificulta uma compreensão do apego conforme as pesquisas disponíveis na literatura, sugerem, considerando Apego seguro, ansioso e evitativo. Já o RQ não apresenta bons índices de consistência interna devido a sua estrutura. O PACQ apresenta em seus itens conteúdos bastante específicos para a idade (Brenning, Soenens, Braet & Bosmans, 2011). Por fim, o SAT, possui pranchas com desenhos pouco contextualizados a realidade multicultural além de limitar a avaliação do apego a relação pais-filho assim como o ECR-RC.

No Brasil, especificamente, instrumentos que avaliem o apego em crianças são de base qualitativa, por meio de observações de contextos interativos (Sanini, Ferreira, Souza & Bosa, 2008), assim como pelo uso de escalas Psicométricas. Sobre essas últimas, é possível citar o *Maternal Attachment Inventory* (MAI; Muller, 1994) adaptado por Boeckel, Wagner, Ritter, Sohne, Schein, e Grassi-Oliveira, (2011), a Escala de Apego Materno-fetal (Cranley, 1981), traduzido e validado para o Brasil por Feijó (1999) e o *Separation Anxiety Test* (SAT) elaborado inicialmente por Klagsbrun e Bowlby (1976) e adaptado por Silva (2013), sendo denominado SAT-B.

Mesmo havendo disponibilidade desses instrumentos para avaliação do apego em crianças brasileiras, faz-se necessário destacar algumas de suas limitações. No caso do MAI e da Escala de Apego Materno-fetal, o apego é avaliado a partir da relação afetiva que a mãe estabelece com o filho nos primeiros anos de vida, restringindo-se a acontecimentos relacionados à primeira infância apenas. Quanto ao teste SAT, a amostra utilizada em seu estudo de validação (57 crianças entre 7 e 9 anos) foi considerada pequena quando comparada aos padrões de validação estabelecidos mundialmente (Pasquali, 2011), o que coloca em questão a confiabilidade da versão adaptada do teste SAT ao Brasil.

O Brasil ainda dispõe da Escala de Relações Afetivas de Amizade (ERA) elaborada por Roazzi, Vermigli e Roazzi, (2009), com base na semântica e formato dos itens que compõem a *Experiences in Close Relationships* – ECR de Brennan, Clark e Shaver (1998) podendo ser usada tanto com adultos como também com adolescentes e pré-adolescentes (ver Mascarenhas, Roazzi, Peluso & Gomes, 2013; Mascarenhas, Roazzi & Silva, 2013). Este instrumento tem a finalidade de mensurar o apego a partir de 36 itens que discorrem sobre as relações de amizade estabelecidas pelos adolescentes, os quais se organizam em duas dimensões: Evitamento ($\alpha=0.78$) e Ansiedade ($\alpha=0.88$). No entanto, a forma como os itens são apresentados na escala ERA (frases afirmativas respondidas a partir de escala do tipo *Likert*) dificulta sua aplicação em crianças de 7 anos ou menos, em decorrência de seu estágio de desenvolvimento linguístico e cognitivo.

Destaca-se que estudos sobre o apego envolvendo populações que se encontram na segunda e terceira infância e no início da adolescência são primordiais uma vez que os padrões de apego se modificam nessas etapas mediante a interação social do sujeito. Deste modo, se na primeira infância o foco do apego encontra-se nos pais ou cuidadores, da terceira infância até os anos iniciais da adolescência o apego volta-se para as relações com os pares tendo em vista os papéis sociais que o sujeito precisa exercer.

Essas crianças dependem menos de seus pais para apoio emocional, muito embora ainda utilizem-nos como uma base segura para explorar o ambiente interpessoal. Ademais, nesse período a disponibilidade psicológica torna-se mais relevante do que a física, aspecto que abre espaço para outras interações, para além da familiar (Bowlby, 2002; Brenning, Soenens, Braet & Bosmans, 2011).

Diante do exposto, o presente trabalho visou adaptar a Escala de Relações Afetivas de Amizade (ERA), através de desenhos ilustrativos para uso em crianças brasileiras, testando suas propriedades psicométricas. Destaca-se que escalas gráficas que utilizam desenhos

representativos dos itens são apontadas como ideais para as avaliações dos construtos psicológicos em crianças (Gomes, 2015).

A psicologia tem utilizado desenhos como forma de acessar aspectos subjetivos por meio de técnicas projetivas (Carvalho, 2015). No entanto, a literatura acadêmica ainda carece de estudos que demonstrem o quanto os instrumentos de autorrelato podem ser melhores compreendidos com o auxílio de desenhos.

MÉTODO

Amostra

Participaram do presente estudo 244 crianças, sendo 99 do sexo masculino e 145 do sexo feminino, com idades entre 7 e 12 anos ($M = 10,3$; $D.P. = 1,3$), estudantes de três escolas públicas da cidade de Petrolina-PE, sendo duas municipais e uma estadual. A amostra foi do tipo não-probabilística, uma vez que participaram apenas aqueles que aceitarem de maneira voluntária.

Instrumentos

Para mensuração do apego, foi empregada a Escala de Relações Afetivas de Amizade (ERA), elaborada por Roazzi, Vermigli e Roazzi, (2009), com base na semântica e formato dos itens que compõem a *Experiences in Close Relationships* – ECR de Brennan, Clark e Shaver (1998). A ERA é uma escala de autorrelato composta por 36 itens que discorrem sobre as relações de amizades estabelecidas pelos adolescentes.

Os 36 itens da escala ERA avaliam as dimensões Evitamento ($\alpha=0.78$) e Ansiedade ($\alpha=0.88$), sendo que os números ímpares dos itens correspondem à primeira subescala enquanto os números pares representam a segunda dimensão. Para responder ao ERA, os participantes pensam sobre suas experiências passadas e presentes de relacionamentos de amizade e apontam suas respostas usando uma escala tipo *Likert* de sete pontos (1 = “Completamente falso”; 7 = “Completamente verdadeiro”) (Roazzi, et al, 2009).

Com base nessas características originais, o presente estudo se propôs a realizar uma adaptação da ERA empregando-se um conjunto de imagens que retratavam cenas associadas a

cada um dos itens. Tais imagens foram impressas em uma folha A4 e eram monocromáticas, para que as crianças não fossem influenciadas pelas cores dos desenhos.

Além disso, foi utilizado o *Index of Empathy for Children and Adolescent* (Bryant, 1982) em sua versão traduzida e adaptada por Koller, Camino e Ribeiro (2001). Esse instrumento é do tipo lápis e papel e possui 22 itens que seguem um padrão de resposta afirmativa ou negativa (sim ou não). Por fim, foi empregado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido, bem como, um questionário sociodemográfico com questões como sexo, idade, escolaridade, dentre outras.

Procedimentos

Adaptação da escala ERA

Inicialmente a Escala de Relações Afetivas de Amizade teve sua linguagem adequada para a faixa etária da população desse estudo, sendo intitulada Escala de Relações Afetivas de Amizade para Crianças (ERAC- APÊNDICE 2). Para tanto, primeiramente os itens adequados passaram pela análise de conteúdo na qual juízes especialistas (1 doutor e 2 mestres) apontaram se o item estava de fato mensurando os mesmos construtos dos itens originais, sendo necessário melhorar as semânticas dos itens 4; 12; 13; 14;16; 18; 19; 25; 28; 29; 32; 33; 35.

Após as considerações dos juízes, os itens foram devidamente adequados semanticamente e encaminhados para um designer responsável por desenvolver desenhos que ilustrassem cada afirmativa. Este profissional criou ilustrações nas quais os personagens principais eram meninos ou meninas, com traços infantis, para facilitar a compreensão das crianças que participaram do estudo.

Na sequência, as imagens foram encaminhadas para três juízes (dois doutores e um mestre) que analisaram a coerência entre as imagens e os itens adaptados anteriormente, sendo apontadas sugestões de modificações quanto à expressão facial dos personagens, criação de balões que expressassem pensamento, adoção de traços que permitissem identificar mais claramente a expressividade corporal dos personagens, além da reorganização dos elementos que compunham as imagens.

Feitas as modificações apontadas pelos juízes, a escala foi aplicada em uma criança de 12 anos, do sexo feminino, para que fosse verificada seu nível de compreensão dos itens. O

sujeito indicou facilidade no entendimento de cada sentença, bem como relatou que as imagens utilizadas facilitaram suas respostas.

Adicionalmente, as respostas dos participantes foram dadas através de uma escala *likert* de três pontos no formato gráfico. Para tanto, foram selecionados três *smile face* que ilustravam as afirmações Concordo Totalmente, Nem concordo Nem discordo, Discordo Totalmente.

Para testar a conveniência das *smile face* selecionadas, foi solicitado que quatro crianças, com idade entre 11 e 12 anos, sendo três do sexo feminino e uma do sexo masculino, indicassem individualmente o que as imagens representavam em suas opiniões. Para tanto, os mesmos respondiam a um questionário contendo as três possibilidades de respostas (1= concordo totalmente, 2= nem concordo nem discordo, 3= discordo totalmente) e três *smile face*. Para responder ao questionário, a criança deveria indicar qual a resposta mais adequada para cada *emoticon*. Três dos quatros participantes indicaram a sequência de respostas esperadas (1; 3 e 2), logo considerou-se que as *smile faces* selecionadas eram adequadas para a população do estudo como opção de resposta a escala *Likert*.

Figura 1 - *Smile face* que indicam as opções de respostas 1= concordo totalmente, 2= nem concordo nem discordo, 3= discordo totalmente



Fonte: Google imagens (2019)

Aplicação dos instrumentos

Munidos das autorizações dos responsáveis legais dos participantes, através da assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), a coleta de dados foi iniciada nas escolas. As escalas foram aplicadas individualmente, de modo que o pesquisador lia em voz alta os itens e os participantes indicavam, através das imagens dos *smile faces*, a resposta ideal, em suas opiniões.

No caso da escala ERAC, especificamente, ao mesmo tempo em que o pesquisador lia os itens, ele mostrava a imagem correspondente para a criança, para que a mesma compreendesse melhor a semântica dos itens. O próprio pesquisador anotava as respostas dadas

pelos participantes em uma folha de registros, na presença do participante. A ordem de aplicação da escala ERAC e da escala de empatia foi randomizada, buscando-se evitar possíveis efeitos de ordem.

Todos os procedimentos adotados nesse estudo cumprem os requisitos e parâmetros estabelecidos pelo Conselho Nacional de Saúde e suas complementares, a partir das resoluções 510/16. Deste modo, essa investigação foi submetida e aprovada pelo comitê de ética em Pesquisa da Universidade Federal de Pernambuco através do CAEE número 96346918.5.0000.5208 e parecer de número 3.007.880

Análise de dados

Os dados coletados foram analisados quantitativamente, com recurso ao software estatístico SPSS (*Statistical Package for Social Science*) versão 21, que permitiu a realização das análises referentes à Teoria Clássica dos Testes (TCT).

Com o intuito de verificar a qualidade psicométrica das escalas supracitadas, foi realizada a análise fatorial e a análises dos índices de consistência interna (Alfa de Cronbach) da escala ERAC como um todo e de cada um dos fatores encontrados. Medidas correlacionais também foram realizadas para o processo de validação divergente entre as escalas.

Para uma melhor mensuração da estrutura fatorial dos instrumentos, foi realizada ainda a Análise da Estrutura de Similaridade (SSA), um tipo de escalonamento multidimensional, que tem como princípio a proximidade entre as variáveis (Roazzi, Federicci & Wilson, 2001). A SSA tem sido utilizada no processo de validação de instrumentos psicométricos (Roazzi, Pacheco & Souza, 2017; Roazzi; Souza & Bilsky, 2015; Sambiasi, et al. 2014; Roazzi, Federicci & Wilson, 2001; Roazzi, 1995), por suprir limitações estatísticas da análise fatorial.

RESULTADOS

Para verificar a estrutura interna da Escala de Relações de Amizade para Crianças (ERAC), os 36 itens que compõem tal instrumento foram submetidos à análise fatorial exploratória (AFE), com método de análise de componentes principais e rotação Varimax. O

teste de adequação da amostra Kaiser-Meyer-Olkin (KMO= 0,743), bem como, o teste de esfericidade de Barlett (1826.355; df= 630; $p < 0,001$) indicaram que esse tipo de análise era apropriado para o conjunto de dados utilizados.

A análise das saídas da AFE indicou que os 36 itens da ERAC agrupavam-se em 13 fatores, que juntos explicavam 62,3% da variância total dos dados. No entanto, esse modelo se mostrou de difícil explicação teórica, tendo em vista que no modelo de Bowlby (2002) não se prevê tamanha variação nos estilos de apego ao longo do desenvolvimento.

Se considerarmos os valores de *eigenvalue* > 1 (4,5; 3,8; 1,8; 1,6; 1,5; 1,4; 1,3; 1,2; 1,1; 1,08; 1,04; 1,02; 1,00), é possível observar a discrepância entre as duas primeiras e as outras dimensões. Ademais, o gráfico de sedimentação indicou claramente a prevalência de apenas dois fatores bem discriminados.

Assim, considerando a distribuição do *scree plot*, os valores superiores dos *eigenvalue* nas duas primeiras dimensões e o fato de que a versão original da escala ERA (Roazzi, Vermigli & Roazzi, 2009) apresentou apenas dois fatores, a análise fatorial exploratória foi realizada novamente, no entanto, determinando-se a prevalência de dois fatores, os quais explicaram 23,08% da variância total (Tabela 1).

Como pode ser observada na Tabela 1, os itens com numeração par se agruparam formando a dimensão Ansioso, enquanto os itens com numeração ímpar formaram a dimensão Evitamento, conforme a estrutura original da escala. Os itens 13, 22 e 10 são uma exceção a essa afirmação, pois apresentaram carga fatorial maior na dimensão evitamento.

Em relação aos itens 10 e 22, optou-se por manter esses itens no fator original já que eles apresentaram carga negativa na dimensão evitamento, o que pode ser um indicativo de que eles estão em oposição àquela dimensão. Já o item 13, *Fico nervoso quando as relações afetivas se tornam muito próximas*, embora tenha apresentado carga fatorial expressivamente maior na dimensão Ansioso, o mesmo encontra-se em uma região limítrofe conforme a Figura 2 que representa a SSA. Por esse motivo, optou-se por manter o item em sua dimensão original conforme explicações posteriores.

Assim, o fator 1, denominado Ansioso, agrupou 18 itens que retratam situações nas quais o sujeito expressa uma preocupação com a aceitação de seus amigos e medo de ser abandonado. Já o fato 2, intitulado como Evitamento, reuniu 18 itens que expressam comportamentos que visam evitar intimidade e desconforto mediante aproximações.

A fidedignidade da ERAC foi avaliada através do índice de consistência interna, conforme dados da Tabela 1. Como pode ser observado, tanto a escala de maneira geral, como os dois fatores, apresentaram Alfas de Cronbach mediano e aceitável, de acordo os parâmetros Psicométricos (Pasquali, 2011), demonstrando assim uma boa consistência interna da escala.

Tabela 1 - Análise Fatorial da Escala de Relações Afetivas de Amizade

Itens	Fatores	
	1	2
36. Fico triste quando meu amigo não me procura	0,637	
14. Tenho medo de ficar sem amigo	0,598	
24. Fico chateado quando meu amigo não demonstra interesse por mim	0,594	
32. Fico triste quando preciso do meu amigo e ele não está disponível para me ajudar	0,563	
8. Tenho medo de perder meu amigo	0,542	
28. Me sinto ansioso e inseguro quando não consigo manter uma relação de amizade profunda.	0,539	
30. Fico triste quando o meu amigo/a não está presente da forma que eu gostaria.	0,504	
34. Fico triste quando meu amigo me critica	0,477	
26. Acho que meu amigo não quer ser tão próximo de mim como eu gostaria	0,465	
18. Preciso ter certeza que meu amigo me quer bem	0,426	
2. Tenho medo de ser abandonado	0,419	
20. Às vezes penso que estou forçando meu amigo a se dedicar e gostar mais a mim.	0,416	
13. Fico nervoso quando as relações afetivas se tornam muito próximas.	0,392	0,186
6. Tenho medo que meu amigo me admire menos do que eu o admiro.	0,382	
12. Com frequência gostaria de ter um relacionamento próximo com o meu amigo/a, e isto, às vezes, o amedronta e o afasta.	0,365	
4. Sempre me preocupo com minha relação afetiva	0,311	
16. As vezes a minha vontade de ser próximo amedronta e afasta as pessoas.	0,249	
10. Costumo desejar que meu amigo goste de mim da mesma forma como gosto dele	0,273	
22. Não me preocupo muito em ser deixado/a sozinho/a	0,200	
15. Gosto de contar ao meu amigo o que penso e o que sinto.		0,680
25. Conto quase tudo ao meu amigo/a.		0,647
29. Fico à vontade em poder confiar no meu amigo.		0,540

Continua na Página 62

Continuação da Tabela 1

Itens	Fatores	
	1	2
23. Prefiro não ser muito próximo de meu amigo		0,468
21. Não consigo confiar completamente em meu amigo		0,468
7. Fico incomodado quando meu amigo se aproxima demais de mim.		0,462
35. Costumo procurar meu amigo por muitas coisas, inclusive conforto e segurança.		0,452
17. Procuro não me aproximar muito do meu amigo		0,439
19. É fácil me tornar próximo de meu amigo.		0,437
9. Tenho dificuldade em me abrir com o meu/minha amigo/a.		0,433
27. Geralmente falo com o meu amigo/a sobre os meus problemas e as minhas preocupações.		0,426
11. Gostaria de me aproximar mais dos meus amigos, mas quando isso está quase acontecendo, eu desisto.		0,380
31. Não me importo em pedir conforto, conselho ou ajuda ao meu amigo/a.		0,374
1. Prefiro não demonstrar o que estou sentindo ao meu amigo		0,360
33. Ajuda-me procurar o meu amigo/a nos momentos de necessidade		0,310
5. Quando vejo que meus amigos estão próximos demais de mim, me afasto deles.		0,300
3. Gosto quando fico mais próximo de meu amigo		0,269
% variância explicada	12,51%	10,57%
Alfa de Cronbach	$\alpha = 0,78$	$\alpha = 0,75$
Alfa de Cronbach Escala Geral = 0,73		

Fonte: O autor (2020)

A confiabilidade da escala foi observada através das correlações item-total corrigida. Na dimensão Ansiedade, essa correlação variou de 0,16 (item 16) a 0,53 (item 36). Especificamente, apenas os itens 16 e 22 ficaram abaixo de 0,20 que é o mínimo exigido pela literatura (Clark & Watson, 1995). Como excluí-los não melhorava a consistência interna da escala, optou-se por mantê-los na medida. Já no fator Evitamento, a correlação item total variou de 0,21 (item 3) a 0,56 (item 15), o que indica uma confiabilidade aceitável da dimensão.

O teste de correlação de Spearman indicou que os dois fatores da ERAC não apresentaram correlações significativas entre si ($\rho = 0,036$; $p > 0,05$), o que já era esperado teoricamente já que mensuram aspectos distintos do apego. Além disso, no que se refere à validade divergente, foi constatada a existência de correlação negativa e significativa apenas entre o fator Evitamento e a Empatia ($\rho = -0,290$; $p < 0,001$).

A estrutura interna da ERAC foi também avaliada por meio da Análise da Estrutura de Similaridade (SSA), uma medida que possibilita a observação quanto à proximidade das variáveis em um plano, através de um escalonamento multidimensional. Neste sentido, a aproximação teórica das variáveis foi verificada na projeção do plano, ou seja, quanto mais relacionadas teoricamente, mas próximas estarão na projeção (Bilsky, 2003; Roazzi, Federicci & Wilson, 2001).

Ressalta-se que a SSA tem se mostrado uma medida mais adequada para esse tipo de análise de dado tendo em vista que ela permite uma melhor visualização das interações estabelecidas entre as variáveis. Ademais, em comparação com a análise fatorial, a SSA amplia as possibilidades de trabalho com variáveis de métricas distintas ou com os coeficientes de associação não lineares (podendo ser utilizados coeficientes monotônicos) (Rocha, et al., 2015), além de ser de fácil interpretação por apresentar uma projeção bastante intuitiva (Roazzi, Souza & Mascarenhas, 2018).

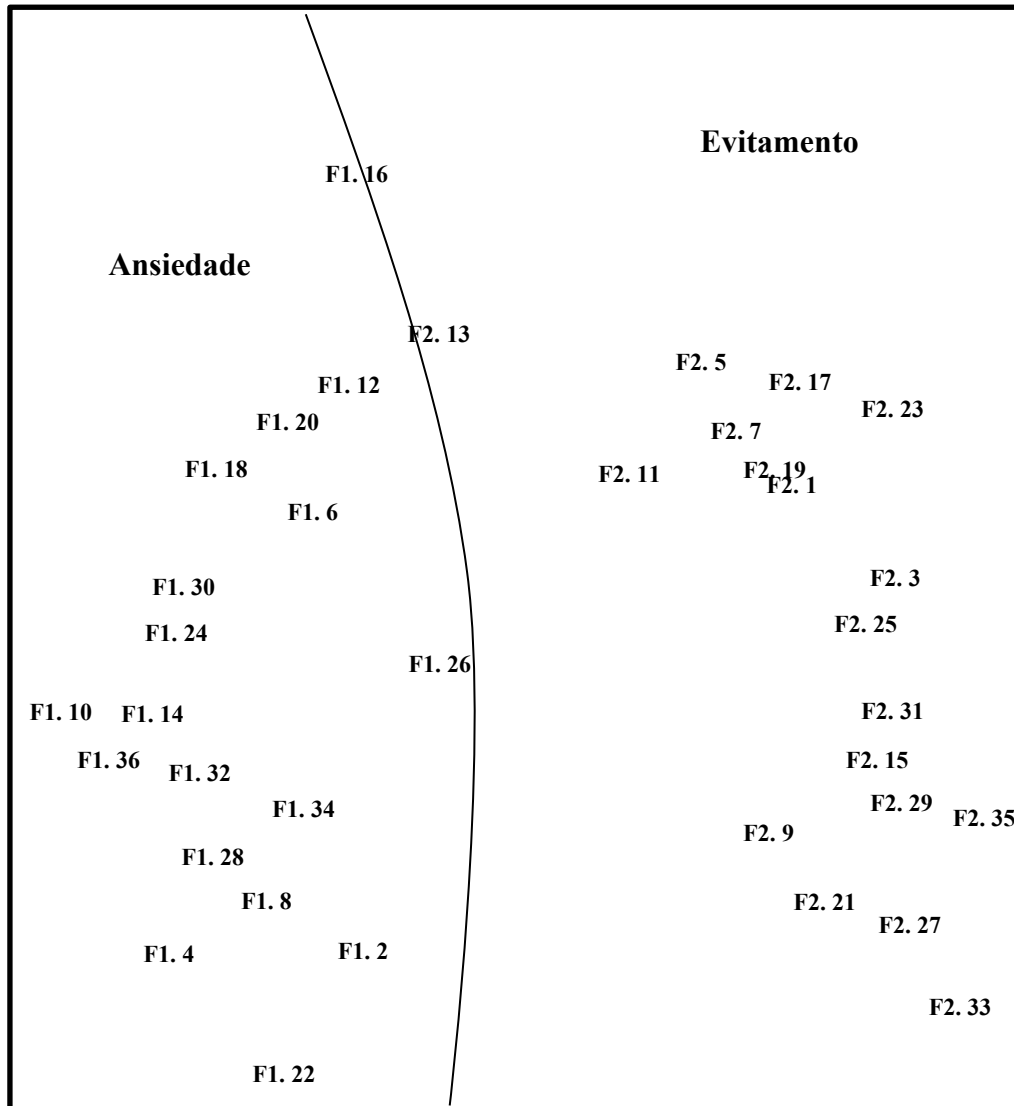
Desta forma, os 36 itens da ERAC foram submetidos à SSA, obtendo um coeficiente de alienação de 0,17, o qual indica que a solução é adequada para interpretação dos dados. O tipo de correlação utilizada nessa análise foi a de Pearson. A SSA agrupou os 36 itens em duas dimensões bem delimitadas, resultado este compatível com a análise fatorial realizada anteriormente. A partição do campo dimensional euclidiano foi organizada em uma estrutura não ordenada do tipo axial (Figura 2 apresentando a projeção 1x2 da dimensionalidade 3D)

Como pode ser observado na Figura 2, o item 13 está posicionado em uma região limítrofe das dimensões e essa projeção corrobora a análise fatorial discutida anteriormente que apontou o item 13 com carga fatorial mais forte no fator 1. No entanto, o fato de a SSA demonstrar onde exatamente está localizado o item 13, explica claramente porque essa variável encontra-se tão próxima do fator ansiedade embora pertença à dimensão evitamento, aspecto que não poderia ser compreendido apenas observando a carga fatorial do item. Logo, esse resultado demonstra que a SSA é mais eficiente para verificação dos fatores que compõem um instrumento psicométrico do que a análise fatorial.

Outro fato interessante a ser observado foi a projeção dos itens 16 e 22 do fator Ansiedade, pois os mesmo se posicionaram no extremo superior e inferior respectivamente, da região de agrupamento da dimensão 1. Essa projeção corrobora os dados obtidos na correlação item-total discutidos anteriormente, de modo que esses foram os únicos itens que apresentaram uma correlação abaixo de 0,20. Assim, o resultado proveniente da SSA corrobora e atesta a

estrutura bidimensiona da ERAC, conforme proposta original da escala (Roazzi, Vermigli & Roazzi, 2009).

Figura 2 - Análise da Estrutura de Similaridade (SSA) da ERAC



Fonte: O autor (2020)

DISCUSSÃO

Esse estudo teve como objetivo adaptar a Escala de Relações de Amizade para Crianças brasileiras, através de desenhos ilustrativos. A análise fatorial exploratória, bem como a SSA demonstrou que o instrumento em questão avalia o desengajamento moral em crianças, conforme a versão original da escala.

Neste sentido, assim como proposto por Roazzi, Vermigli e Roazzi, (2009), a ERAC apresentou uma estrutura fatorial bidimensional, capaz de avaliar o apego quanto à ansiedade e o evitamento. Essa estrutura é semelhante aquela encontrada por Brennan, Clark e Shaver (1998) e Roazzi, Nascimento, Souza, e Mascarenhas, (2017) no processo de construção e validação do *Experiences in Close Relationships* (ECR) em inglês e em português, respectivamente. A versão da ECR para crianças e adolescentes validada por Brenning et al (2011) também apresentou duas dimensões.

Embora tenha apresentado duas dimensões, alguns itens apresentaram carga fatorial nas duas dimensões da ERAC. Essa limitação da AF foi superada pela SSA quando a mesma demonstrou, através da projeção dos itens no plano euclidiano, porque os itens estavam apresentando essas características. Especificamente sobre o fato de o item 13 (*Fico nervoso quando as relações afetivas se tornam muito próximas*) ter apresentado carga fatorial na dimensão Ansiedade, presume-se que, possivelmente, o termo nervoso tenha sido compreendido pelas crianças como uma necessidade de aproximação, ou seja, um nervosismo atrelado a expectativa de que a aproximação aconteça, e não como uma tentativa de evitar intimidade. Logo, considerando o fato de que a retirada do item não melhorou a estrutura fatorial da escala, bem como, a projeção do item na SSA, a afirmativa foi mantida neta dimensão evitamento.

A consistência interna da ERAC, tanto de maneira geral como de cada um dos fatores, demonstrou-se adequada de acordo com os padrões psicométricos (Nunnally, 1978). Além disso, os Alfas de Cronbach foram bastante parecidos com os valores obtidos na versão original da escala ERA, elaborada por Roazzi, Vermigli e Roazzi, (2009), sendo $\alpha=0.78$ para Evitamento e $\alpha=0.88$ para Ansiedade.

Um aspecto interessante a ser observado é que as duas dimensões da escala não apresentaram correlações significativas entre si. Teoricamente, a dimensão 1 apresenta afirmações que denotam um sujeito preocupado com suas relações de amizade, que necessita constantemente estar próximo físico e emocionalmente de seus amigos. Já a segunda dimensão, agrupa um conjunto de itens que representa um sujeito que demonstra desconforto com aproximações afetivas de amigos, prefere se distanciar e é pouco emotivo (Brennan et al., 2011).

Neste sentido, essas duas dimensões de fato não poderiam correlacionar entre si, pois, a ERAC mensura o perfil dos sujeitos quanto ao tipo de apego e não intensidade, de modo que ou o indivíduo apresenta características de ansiedade ou de evitante. A ausência de correlações

entre os dois fatores também foi encontrada por Medeiros Shiramizu, Natividade e Lopes (2013).

No que se refere à verificação da validade da ERAC através da correlação de Spearman com a medida de empatia, observou-se um resultado que vai na mesma direção de outros estudos que apontam para existência de uma correlação negativa entre os construtos apego inseguro e empatia (Williams, Brown, McKenna, Beovich & Etherington, 2017; Panfile & Laible, 2012). Esse tipo de correlação era esperada tendo em vista que, de acordo com a literatura, sujeitos com apego inseguro apresentam índices menores de empatia, mobilizando-se menos com os infortúnios que acontecem com os outros (Williams, Brown, McKenna, Beovich & Etherington, 2017). Assim, a escala de empatia foi um bom instrumento para a mensuração da validação divergente, considerando os aspectos teóricos que relacionam as variáveis: empatia e apego.

Os dados produzidos a partir da análise fatorial foram, em sua maioria, corroborados pela SSA, uma vez que, essa análise multidimensional apontou a prevalência de dois fatores de maneira bastante delimitada. Ademais, a SSA demonstrou graficamente a disposição de alguns itens apontados como problemáticos pela análise fatorial, destacando-se assim como medida mais sensível a delimitação de fatores do que a própria AF. Assim, o presente estudo corrobora a prerrogativa de que as análises multidimensionais funcionam de maneira bastante adequada para avaliação da estrutura interna dos instrumentos psicométricos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, percebe-se que a Escala de Relações Afetivas de Amizade se mostrou um instrumento confiável para a avaliação do Apego inseguro em crianças. Mesmo utilizando dispositivos como desenhos ilustrativos dos itens e leitura em voz alta de cada item pelo pesquisador, a ERAC apresentou uma estrutura fatorial bastante semelhante à dimensionalidade dos estudos originais, o que viabiliza o uso do instrumento em estudos futuros.

Entretanto, estes resultados são apenas preliminares, uma vez que ainda se faz necessário desenvolver estudos que garantam a realização da Análise Fatorial Confirmatória em uma população maior e com a mesma faixa etária do presente estudo. Ademais, é de suma importância englobar uma diversidade sociodemográficas na amostra, principalmente no que

se refere aos quesitos, naturalidade, renda e escolaridade, pois a população estudada no presente estudo era proveniente apenas de escolas públicas de uma cidade do interior de Pernambuco.

Além dos aspectos relacionados à representatividade da amostra do presente estudo, a ERAC ainda necessita de ajustes quanto à semântica dos itens. É de suma importância que os itens que apresentaram uma carga fatorial e correlação item total abaixo de 0,30 sejam reformulados para garantir uma maior confiabilidade da escala.

Mesmo diante de tais limitações, a ERAC deve ser considerada um instrumento promissor na avaliação do apego em crianças por avaliar o apego a partir da própria perspectiva da criança e de maneira objetiva. Se considerarmos o apego como um construto bastante significativo para o desenvolvimento humano, dispor de instrumentos fidedignos que auxiliem na avaliação desse aspecto emocional é fundamental para intervenções futuras, bem como para própria compreensão das relações entre apego e diversas variáveis psicológicas.

REFERÊNCIAS

- Ainsworth, M. D. S.; Blehar, M. C.; Waters, E. & Wall, S. *Patterns of attachment: A psychological study of the strange situation*. Hillsdale, NJ: Erlbaum. 1978.
- Alonso-Arbiol, I., Balluerka, N., & Shaver, P. R. (2007). A Spanish version of the Experiences in Close Relationships (ECR) adult attachment questionnaire. *Personal Relationships*, 14(1), 45-63.
- Anastácio, S. & Nobre-Lima, L.(2015). A relação entre a vinculação ao pai e à mãe e a empatia no início da adolescência. *Journal of Child & Adolescent Psychology*, 6(1), 109-123.
- Bahrami, F., Kelishadi, R., Jafari, N., Kaveh, Z., & Isanejad, O. (2013). Association of children's obesity with the quality of parental-child attachment and psychological variables. *Acta Paediatrica*, 102, 321-324. <http://dx.doi.org/10.1111/apa.12253>
- Bartholomew, K., & Horowitz, L. M. (1991). Attachment styles among young adults: A test of a four-category model. *Journal of Personality and Social Psychology*, 61, 226-244.
- Bilsky, W. (2003). A Teoria das Facetas: noções básicas. *Estudos de Psicologia*, 8(3), 357- 365.
- Boeckel, M. G., Wagner, A., Ritter, F., Sohne, L., Schein, S., & Grassi-Oliveira, R. (2011). Análise fatorial do inventário percepção de vinculação materna. *Interamerican Journal of Psychology*, 45(3).
- Bowlby, J. (2002). *Apego e perda*: Apego. V.1. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes.

- Brennan, K. A., Clark, C. L., & Shaver, P. R. (1998). Self-report measurement of adult attachment: An integrative overview. In J. A. Simpson & W. S. Rholes (Eds.), *Attachment theory and close relationships*. Guilford Press, 46–76.
- Brenning, K., Soenens, B., Braet, C., & Bosmans, G. (2011). An adaptation of the experiences in close relationships scale-revised for use with children and adolescents. *Journal of Social and Personal Relationships*, 28(8), 1048-1072.
- Bryant, B. K. (1982). An index of empathy for children and adolescents. *Child Development*, 53, 413-425.
- Carlo, G.; MC Ginley, M.; Hayes, R.; Batenhorst, C. & Wilkinson, J. (2007). Parenting styles or practises? Parenting, Sympathy and Prosocial Behaviors among adolescents. *The Journal of Genetic Psychology*, 168, 147-176
- Carvalho, M. E. S. (2015). Escala do desenho da gravidez e escala do desenho da família imaginada aplicadas aos II e III trimestres de gestação. *Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente*. Lisboa, 6(1). Disponível em http://dspace.lis.ulsiada.pt/bitstream/11067/3543/1/rpca_v6_n1_6.pdf
- Clark, L. A., & Watson, D. (1995). Constructing validity: Basic issues in objective scale development. *Psychological assessment*, 7(3), 309.
- Collins, N. L., & Read, S. J. (1990). Adult attachment Style, Working Models and Relationship Quality in Dating Couples. *Journal of Personality and Social Psychology*, 58, 644 - 663.
- Couto, V. V. D., & Tavares, M. D. S. A. (2016). Apego e risco de suicídio em adolescentes: estudo de revisão. *Revista da SPAGESP*, 17(2), 120-136.
- Cranley, M. S. (1981). Development of tool for measurement of maternal attachment during pregnancy. *Nursing Research*, 30(5), 281-284. <http://dx.doi.org/10.1097/00006199-198109000-00008>
- Da Cruz, S. H., Zanon, R. B., & Bosa, C. A. (2015). Relação entre Apego e Obesidade: Revisão Sistemática da Literatura. *Psico*, 46(1), 6-15.
- Dalbem, J. X. & Dell'Aglio, D. D. (2005). Teoria do apego: bases conceituais e desenvolvimento dos modelos internos de funcionamento. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 57(1), p. 12-24. Recuperado em 12 de janeiro de 2018, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-2672005000100003&lng=pt&tlng=pt.

- Donbaek, D. F., & Elklit, A. (2013). A validation of the Experiences in Close Relationships—Relationship Structures scale (ECR–RS) in adolescents. *Attachment & Human Development*. Advance online publication. doi:10.1080/14616734.2013.850103
- Ehrental, J. C., Dinger, U., Lamla, A., Funken, B., & Schauenburg, H. (2009). Evaluation of the German version of the attachment questionnaire "Experiences in Close Relationships--Revised"(ECR-RD). *Psychotherapie, Psychosomatik, Medizinische Psychologie*, 59(6), 215-223.
- Fairchild, A. J., & Finney, S. J. (2006). *Investigating Validity Evidence for the Experiences in Close Relationships-Revised Questionnaire*. *Educational and Psychological Measurement*, 66(1), 116–135. doi:10.1177/0013164405278564
- Feijó, M. C. C. (1999). Validação brasileira da “maternal-fetal attachment scale”. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 51(4), 52-62.
- Finnegan, R. A., Hodges, E. V., & Perry, D. G. (1996). Preoccupied and avoidant coping during middle childhood. *Child Development*, 67, 1318-1328.
- Fraley, R. C., Heffernan, M. E., Vicary, A. M., & Brumbaugh, C. C. (2011). The experiences in close relationships—Relationship Structures Questionnaire: A method for assessing attachment orientations across relationships. *Psychological Assessment*, 23(3), 615-625. doi; <http://dx.doi.org/10.1037/a0022898>
- Fraley, R. C., Waller, N. G., & Brennan, K. A. (2000). An item response theory analysis of self-reports measures of adult attachment. *Journal of Personality and Social Psychology*, 78, 350-365.
- Gomes, Y. D. A. (2015). *Desenvolvimento de valores em crianças: estrutura, transmissão, personalidade e religiosidade*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Pernambuco, Recife-Brasil.
- Gómez-Zapiain, J., Barón, M. J. O., & Camarero, A. E. (2016). Disposición al riesgo en la actividad sexual de adolescentes: El rol de los modelos internos de apego, de las relaciones de apego con padres e iguales y de las dificultades de regulación emocional. *Anales de Psicología/Annals of Psychology*, 32(3), 899-906.
- Guzmán-González, M, Carrasco, N., Figueroa, P., Trabucco, C., & Vilca, D. (2016). Estilos de Apego y Dificultades de Regulación Emocional en Estudiantes Universitarios. *Psykhē (Santiago)*, 25(1), 1-13. <https://dx.doi.org/10.7764/psykhe.25.1.706>
- Hünefeldt, T., Laghi, F., Ortu, F., & Belardinelli, M. O. (2013). The relationship between ‘Theory of Mind’ and attachment-related anxiety and avoidance in Italian adolescents. *Journal of Adolescence*, 36(3), 613–621. doi:10.1016/j.adolescence.2013.03.012

- Jan Conradi, H., Gerlsma, C., Duijn, M. V., & Jonge, P. D. (2006). Internal and external validity of the experiences in close relationships questionnaire in an American and two Dutch samples. *The European journal of psychiatry*, 20(4), 258-269.
- Karataş, S., & Demir, İ. (2018). Attachment Avoidance and Anxiety in Adolescence: Turkish Adaptation of the Experiences in Close Relationships-Relationship Structures Scale. *Psychological Reports*, 003329411878556. doi:10.1177/0033294118785562
- Kerns, K. A., Klepac, L., & Cole, A. (1996). Peer relationships and preadolescents' perceptions of security in the child-mother relationship. *Developmental Psychology*, 32, 457-466.
- Klagsbrun, M., & Bowlby, J. (1976), Responses to separation from parents: a clinical test for young children. *Projective Psychology*, 21, 7-27.
- Koller, S. H., Camino, C., & Ribeiro, J. (2002). Adaptação e validação de duas escalas de empatia para uso no Brasil. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 18 (3), 43-53.
- Komura, K., Murakami, T., & Toda, K. (2016). Valitation of a Japanese version of the Experience in Close Relationship-Relationship Structure. *The Japanese Journal of Psychology*, 87(3), 303–313. doi:10.4992/jjpsy.87.15208
- Lafontaine, M. F., Brassard, A., Lussier, Y., Valois, P., Shaver, P. R., & Johnson, S. M. (2015). Selecting the best items for a short-form of the Experiences in Close Relationships questionnaire. *European Journal of Psychological Assessment*, 32(2), 140.
- Martínez-Álvarez, J. L.; Fuertes-Martín, A.; Orgaz-Baz, B.; Vicario-Molina, I. & González-Ortega, E. (2014). Vínculos afectivos en la infancia y calidad en las relaciones de pareja de jóvenes adultos: el efecto mediador del apego actual. *Anales de Psicología*, 30(1), p. 211-220. <https://dx.doi.org/10.6018/analesps.30.1.135051>
- Mascarenhas, S. A. N., Roazzi, A., Peluso, M. L. A., & Gomes, F. P. (2013). *Relações de Apego/Vínculo Afetivo/Emocional e Rendimento Acadêmico na Universidade*. In: S. A. N. Mascarenhas et al. (Ed.), *Determinantes do Rendimento e do Bem estar Psicossocial em Contextos Educativos Formais: Pesquisas em Educação, Psicopedagogia e Psicologia na Amazônia* (Cap. 8, 118-131). São Paulo: Editora Loyola. ISBN 978-85-15-04001-8 <https://goo.gl/bNcjuK>
- Mascarenhas, S. N., Roazzi, A., & Silva, A. Q. (2013). Apego e rendimento acadêmico no ensino superior. *EDUCAmazônia*, 11(1), 358-370.
- Medeiros Shiramizu, V. K., Natividade, J. C., & de Araújo Lopes, F. (2013). Evidências de validade do Experience in Close Relationships (ECR) Inventory para o Brasil. *Estudos de Psicologia*, 18(3).

- Moneta C, M.E. (2014). Apego y pérdida: redescubriendo a John Bowlby. *Revista chilena de pediatría*, 85(3), p. 265-268. <https://dx.doi.org/10.4067/S0370-41062014000300001>
- Moreira, H., Martins, T., Gouveia, M. J., & Canavarro, M. C. (2014). Assessing Adult Attachment Across Different Contexts: Validation of the Portuguese Version of the Experiences in Close Relationships–Relationship Structures Questionnaire. *Journal of Personality Assessment*, 97(1), 22–30. doi:10.1080/00223891.2014.950377
- Muller, M. E. (1994). A questionnaire to measure mother to infant attachment. *Journal of Nursing Measurement*, 2(2), 129–141
- Natividade, J. C., & Shiramizu, V. K. M. (2015). Uma medida de apego: versão brasileira da Experiences in Close Relationship Scale-Reduzida (ECR-R-Brasil). *Psicologia usp*, 26(3), 484-494.
- Nunes, S. A. N.; Faraco, A. M. X. & Vieira, M. L. (2013). Parental Systems and Behavioral Disorders. *Paidéia*, 23(56), p. 369-377.
- Nunnally, J. C. (1978). *Psychometric theory* (2a ed.). Nova Iorque: McGraw Hill.
- Otiz, M. J.; Apodaka, P.; Etxeberria, I.; Ezeiza, A.; Fuentes, M. J. & López, F. (1993). Algunos predictores de la conducta prosocial-altruista en la infancia: empatía, toma de perspectiva, apego, modelos parentales, disciplina familiar e imagen del ser humano. *Revista de Psicología Social*, 8(1), p. 83-98.
- Overview. In J. Cassidy & P.R. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment: Theory, research, and clinical applications*. New York: Guilford, 434-465.
- Panfile, T. M., & Laible, D. J. (2012). Attachment security and child's empathy: The mediating role of emotion regulation. *Merrill-Palmer Quarterly (1982-)*, 1-21.
- Pasquali, L. (2011). *Psicometria: Teoria dos testes na psicologia e na educação*. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Roazzi, A., de Souza, B. C., & do Nascimento Mascarenhas, S. A. (2018). O questionário «experiences in close relationships»(ecr) para avaliar o apego em adultos. *Amazônica-Revista de Psicopedagogia, Psicologia escolar e Educação*, 19(1, Jan-Jun), 132-181.
- Roazzi, A., Federicci, F. C., & Wilson, M. (2001). A estrutura primitiva da representação social do medo. *Psicologia: Reflexão e crítica*, 14(1), 57-72.
- Roazzi, A., Pacheco, A. B., & de Souza, B. C. (2017). Análise de estruturas de similaridade do questionário verbal e imagens objeto/espacial. *Amazônica*, 19(1), 182-199.
- Roazzi, A., Souza, B. D., & Bilsky, W. (2015). *Facet theory: Searching for structure in complex social, cultural and psychological phenomena*. Recife/PE: Editora Universitária–UFPE.

- Roazzi, A.; Vermigli, P. & Roazzi, M. (2009). *Validação do Escala das Relações Afetivas de Amizade (ERA)*: Uma medida para avaliar apego em crianças e adolescentes. Recife: PPG em Psicologia Cognitiva, UFPE.
- Rocha, A. A., Candeias, A. A., Roazzi, A., & Silva, A. L. (2015). *Socially in Action-Peers (SAP): Validation by Means of Confirmatory Factor Analysis (CFA) and Similarity Structure Analysis (SSA)*. In A. Roazzi, B. C. de Souza, & W. Bilsky (Eds.), *Facet Theory: Searching for Structure in Complex Social, Cultural and Psychological Phenomena* (85-106). Recife: Editora UFPE. DOI: 10.13140/RG.2.1.1671.0165 Link: <https://goo.gl/BfdMRJ>
- Rotaru, T. Ș., & Rusu, A. (2013). Psychometric properties of the Romanian version of Experiences in Close Relationships-Revised questionnaire (ECR-R). *Procedia-Social and Behavioral Sciences*, 78, 51-55.
- Sambiase, Marta Fabiano, Teixeira, Maria Luisa Mendes, Bilsky, Wolfgang, Araujo, Bruno Felix Von Borell de, & Domenico, Silvia Marcia Russi De. (2014). Confrontando estruturas de valores: um estudo comparativo entre PVQ-40 e PVQ-21. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 27(4), 728-739. <https://dx.doi.org/10.1590/1678-7153.201427413>
- Sanini, C., Ferreira, G. D., Souza, T. S., & Bosa, C. A. (2008). Comportamentos indicativos de apego em crianças com autismo. *Psicologia: reflexão e crítica. Porto Alegre. Vol. 21, n. 1*, 60-65.
- Santos, I. B., Otta, E., Mauro, G. F., Vieira, L., Oliva, A. D., Britto, R., Ribeiro, F. (2006). Tradução e adaptação para o português de escala de apego adulto de Collins & Read. In *Anais da XXXVI Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia*, Salvador, BA
- Saur, B., Bruck, I., Antoniuk, S. A., & de Sá Riechi, T. I. J. (2018). Relação entre vínculo de apego e desenvolvimento cognitivo, linguístico e motor. *Psico*, 49(3), 257-265.
- Scheeren, P.; ZAnella Delatorre, M.; Neumann, A. P. & Wagner, A. (2015). O papel preditor dos estilos de apego na resolução do conflito conjugal. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 15(3), p. 835-852.
- Shiramizu, Victor Kenji Medeiros, Natividade, Jean Carlos e Lopes, Fívia de Araújo. (2013). Evidências de validade da experiência em inventário de relacionamentos próximos (ECR) para o Brasil. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 18 (3), 457-465. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2013000300006>.

- Sibley, C. G., Fischer, R., & Liu, J. H. (2005). Reliability and validity of the revised experiences in close relationships (ECR-R) self-report measure of adult romantic attachment. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 31(11), 1524-1536.
- Silva, M. A. (2013). *O efeito combinado dos estilos de apego dos pais no estabelecimento dos estilos de apego de seus filhos*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. 2013.
- Stern, J. A.; Borelli, J. L. & Smiley, P. A. (2014). Assessing parental empathy: A role for empathy in *child attachment*. *Attachment & Human Development*, 17(1), p. 1-22.
- Suárez Colorado, Yuly, & Campo-Arias, Adalberto. (2019). Asociación entre apego y riesgo suicida en adolescentes escolarizados de Colombia. *Revista chilena de pediatría*, 90(4), 392-398. <https://dx.doi.org/10.32641/rchped.v90i4.985>
- Tay-Karapas, K., Gonza' lez, M. G., Silva, J. B., Tirado, D. L., & Córdova, A. O. (2015). Psychometric properties of the scale of Experiences in Close Relationships-Relationship Structures (ECR-RS) to measure attachment in Chilean adolescents. *Salud & Sociedad*, 6(1), 78-93.
- Valle, L.; De La Villa, M. (2018). Dependencia emocional y estilo de apego adulto en las relaciones de noviazgo en jóvenes españoles. *Revista iberoamericana de psicología y salud.*, 9.1: 27.
- Wei, M., Russell, D. W., Mallinckrodt, B., & Vogel, D. L. (2007). The Experiences in Close Relationship Scale (ECR)-short form: Reliability, validity, and factor structure. *Journal of Personality Assessment*, 88(2), 187- 204. doi: 10.1080/00223890701268041.
- Williams, B., Brown, T., McKenna, L., Beovich, B., & Etherington, J. (2017). Attachment and empathy in Australian undergraduate paramedic, nursing and occupational therapy students: A cross-sectional study. *Collegian*, 24(6), 603-609.
- Wongpakaran, T., Wongpakaran, N., & Wannarit, K. (2011). Validity and reliability of the Thai version of the Experiences of Close Relationships-Revised questionnaire. *Singapore Medical Journal*, 52(2), 100-106.

5 ARTIGO 3

O que as crianças dizem corresponde ao que elas realmente fazem? As relações entre julgamento e comportamento moral em crianças

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo verificar a congruência entre o comportamento e o julgamento moral de crianças em situações de cola, trapaça e distribuição de bens. 100 crianças com idades entre 7 e 13 anos, estudantes de uma escola pública da cidade de Petrolina-PE, participaram do estudo. Foram utilizados quatro dilemas morais que retratavam situações de seus cotidianos, acompanhados de roteiros de entrevistas semiestruturadas, duas tarefas que avaliavam o comportamento moral através de um jogo e do sorteio de cartelas de adesivos, além de um questionário sociodemográfico. Observou-se que, na distribuição de bens, as crianças defendiam os princípios da igualdade e da equidade como sendo mais justos, apesar de se comportarem de maneira egoístas nas situações reais. Ademais, elas relataram opiniões contrárias à utilização da trapaça, embora tenham utilizado esse recurso para conseguir mais adesivos. Não foram observadas incongruências entre o julgamento e o comportamento moral envolvendo a cola acadêmica. Esses dados serão discutidos frente aos achados da literatura que tratam da temática desenvolvimento sociocognitivo.

Palavras-chaves: julgamento moral, comportamento moral, trapaça, justiça distributiva.

ABSTRACT

The present study aimed to verify the congruence between the behavior and the moral judgment of children in cheating and distribution of goods situations. 100 children, aged 7 to 13 years, students from a public school in Petrolina city-PE, participated in the study. Four moral dilemmas were used that portrayed everyday situations, accompanied by semi-structured interview scripts, two tasks that evaluated moral behavior through a game and the raffle of stickers in addition to a socio-demographic questionnaire. It was observed that in the distribution of good children defended the principles of equality and equity as being more just, despite being selfish in real situations. Furthermore, they reported opinions against the use of cheating, although they used this resource to obtain more stickers. No inconsistencies were observed between judgment and moral behavior involving academic cheating. These data will be discussed in the light of the findings in the literature dealing with the theme of socio-cognitive development.

Key-words: moral judgment, moral behavior, cheating, distributive justice.

No campo da Psicologia, Piaget foi um dos principais estudiosos que dedicou parte das suas produções para o campo da moralidade, sendo que, para ele o raciocínio moral se desenvolve ao longo da infância e da adolescência do sujeito, a partir da relação dialética que o indivíduo estabelece com o meio. Neste sentido, ao julgar moralmente determinado acontecimento, inicialmente, o indivíduo irá adotar uma posição Heterônoma, na qual as regras são seguidas apenas por respeito ou medo da coação dos adultos, de Deus ou de alguma outra figura de autoridade, sendo o raciocínio da criança marcado pelo realismo moral e pelo respeito unilateral (Piaget, 1932/1994).

Posteriormente, o desenvolvimento moral do sujeito tenderá à Autonomia, na qual há uma compreensão mais ampla sobre o papel das regras para regulação das interações sociais e uma maior disponibilidade em segui-las, visando o bem de todos. O respeito mútuo é um fator predominante nesse tipo de raciocínio, haja vista que o indivíduo compreende que a moral está associada à igualdade de direitos e deveres (Piaget, 1932/1994).

No que se refere à noção de justiça, Piaget (1932/1994) também discorre a respeito da Justiça distributiva, na qual o indivíduo julga qual a forma mais justa para distribuir bens a partir de três princípios distributivos, um baseado na autoridade, outro no igualitarismo e o último na equidade. Assim, o sujeito adota princípios que inicialmente caracterizam-se como heterônomos, os quais definem como justo aquilo que for imposto por um adulto, pelos professores, ou seja, a distribuição baseia-se na ordem de uma autoridade.

Em seguida, a criança adota os princípios da Justiça distributiva igualitária, passando a considerar que o justo é distribuir uma fração de tamanho igual para cada uma das pessoas envolvidas, independentemente, de suas características pessoais ou das circunstâncias envolvidas no contexto distributivo. Por fim, este raciocínio é refinado e a criança passa a adotar a distribuição equitativa, na qual o sujeito considera que a justiça ocorre quando se leva em conta as situações e características particulares (idade, tamanho, necessidades etc.) das pessoas envolvidas na situação distributiva (Sampaio, Camino & Roazzi, 2009).

Em situações hipotéticas que visam avaliar o raciocínio distributivo dos infantes, os estudos têm apontado que as crianças mais novas tendem a utilizar o princípio da igualdade e da autoridade. Já as crianças de 9 a 10 anos de idade utilizam a igualdade, enquanto os adolescentes são mais propícios aos princípios da equidade (Camino, Galvão, Barbosa & Sampaio, 2017; Sampaio & Cabral, 2015; Sampaio, 2007; Dell'Aglio & Hutz, 2001).

Crianças com idades bastante precoces (a partir dos três anos) têm demonstrado uma valorização da cooperação como elemento mobilizador da igualdade (Warneken, Lohse, Melis & Tomasello, 2011; Baumard, Mascaro & Chevallier, 2012). Nesta população, mesmo quando a criança tem a opção de monopolizar as recompensas, ela tende a escolher por dividi-las igualitariamente em situação de cooperação (Warneken, Lohse, Melis & Tomasello, 2011), o que demonstra uma forte influência do trabalho sobre os contextos de distribuição de bens.

No entanto, quando são solicitadas a doar bens que receberam a partir da realização de uma tarefa, as crianças tendem a ser mais egoístas, principalmente, entre as mais novas. Apesar disso, se receberem algo primeiro, eles tendem a ser mais generosas ao doar bens (Vogelsang & Tomasello, 2016), ou seja, há uma tendência a utilização da reciprocidade, de modo que as crianças buscam retribuir o que recebem.

Essa reciprocidade sofre influência da elaboração de julgamentos sobre o sujeito que irá receber um bem, de modo que crianças de 3 a 8 anos ajudam menos pessoas que prejudicam o outro (Vaish, Carpenter & Tomasello, 2010). Logo, mesmo as crianças que se encontram na fase heterônoma, na perspectiva piagetiana, são capazes de avaliar a valência moral dos comportamentos do outro e usar esse conhecimento para tomar decisões distributiva.

Outros estudos sugerem ainda que crianças de 6 a 8 anos de idade se preocupam com sua reputação moral, adotando comportamentos distintos quando estão em público, ou quando tomam suas decisões em situação de anonimato. Logo, quando a divisão de um bem ocorre em um contexto privado, ou seja, na ausência do pesquisador, sujeitos nessa faixa etária, tendem a ser menos generosos (Reis & Sampaio, 2019; Sampaio & Pires, 2015).

Além disso, quando o raciocínio moral da criança é observado em situações reais, há uma tendência ao autofavorecimento (Smith, Blake & Harris, 2013), o que não ocorre quando esse raciocínio é observado por meio de dilemas hipotéticos. Aparentemente, o fato de o sujeito ter consciência sobre a regra moral não necessariamente garante a emissão de comportamentos congruentes com suas concepções.

Assim, embora Piaget tenha construído uma teoria bastante robusta sobre os aspectos cognitivos da moralidade humana, o próprio autor destacou que nem sempre o julgamento moral será compatível com o comportamento emitido pelos sujeitos em situações do cotidiano. Neste sentido, algumas pessoas podem declarar altos níveis de moralidade a partir de medidas de alto relato, dilemas utilitários ou extremamente hipotéticos, mas emitirem comportamentos contrários a isso (Batson et al., 1999).

Essas investigações sobre a congruência entre julgamento e comportamento moral não são novas na literatura acadêmica (Stephens, 2018), sendo essa discrepância encontrada principalmente entre as crianças com idade de 3 a 8 anos (Smith, Blake & Harris, 2013). Neste sentido, crianças pequenas buscam sempre a distribuição por igualdade em nível hipotético, mas falham quando precisam manter esse padrão a um nível comportamental (Smith, Blake & Harris, 2013).

Ao analisar a relação entre expectativa e comportamento distributivo, Sampaio e Pires (2015), bem como, Reis e Sampaio (2019) também observaram uma discrepância. Utilizando uma metodologia na qual as crianças poderiam, de forma anônima, decidir doar ou não adesivos que haviam acabado de ganhar, elas esperavam receber mais adesivos do que de fato doaram. É importante salientar que o uso de adesivos para fins de distribuição de bens tem sido valorizado pelas crianças conforme as investigações de Reis e Sampaio, (2019); Sampaio e Pires, (2015) e Blake e Rand, (2010).

Já a incongruência entre o julgamento e a ação de trapaça em crianças foi observada por Pessotti (2015), de modo que as crianças mais novas trapacearam mais do que as mais velhas. Na população adulta, o nível de desenvolvimento moral não tem se correlacionado significativamente com o comportamento de trapaça (West; Ravenscroft & Shrader, 2004; Bruggeman & Hart, 1996). No entanto, essas investigações não têm utilizados procedimentos que mensurem o tipo de raciocínio moral que o sujeito faz sobre o domínio da trapaça.

A emissão de comportamentos relacionados à trapaça sofre influência da solicitação verbal de que o indivíduo não trapaceie. Até os 11 anos, os comportamentos de trapaça das crianças tendem a diminuir quando elas são lembradas de serem honestas, principalmente entre as meninas (Buccioli & Piovesan, 2011).

Outras variáveis que podem inibir o comportamento de trapaça é a representação mental da criança sobre um ser de fantasia que monitora seu comportamento (Piazza, Bering & Ingram, 2011), o estabelecimento de um compromisso verbal para não trapacear (Heyman, Fu, Lin, Qian, & Lee, 2015), o desenvolvimento da memória de trabalho e do controle inibitório (Ding, Omrin, Evans, Fu, Chen & Lee, 2014).

A incongruência entre o comportamento e o julgamento moral não é algo restrito a infância. Sobre o comportamento e o julgamento de cola, por exemplo, (que seria um tipo de trapaça específico do ambiente escolar) também foi encontrada uma discrepância entre a população adulta. Assim, a maioria dos estudantes afirmou que a desonestidade acadêmica é

algo errado, mesmo sendo capazes de serem desonestos em suas práticas cotidianas (Stephens, 2018). No entanto, ainda são necessários estudos que investiguem a incongruência moral de crianças quanto ao comportamento e o julgamento de cola no contexto escolar.

Dessa forma, embora a literatura já disponha de estudos que visem compreender a relação entre comportamento e julgamento moral, essas investigações não tem avaliado essas duas variáveis ao mesmo tempo. Ademais, a maioria dos estudos que buscam verificar como ocorre a justiça distributiva em crianças, não investigou se o esforço pessoal influencia o comportamento e o julgamento distributivo em uma situação real de partilha de bens.

A esse respeito, o estudo de Sampaio e Camino (2017) dá indícios de que essa é uma variável bastante importante para o comportamento distributivo. De forma geral, os resultados desse estudo apontaram que, ao vencerem um jogo pelo placar de 9 a 2, os sujeitos tendiam a ser mais egoístas ao dividirem os bens adquiridos a partir dessa vitória, ou seja, o desempenho pessoal era considerado um fator importante que levava as crianças a decidirem ser justo reter mais bens para si do que para seus companheiros de jogo.

Assim, o presente estudo tem como objetivo verificar a congruência entre o comportamento e o julgamento moral de crianças em situações de cola, trapaça e distribuição de bens. Espera-se que os resultados produzidos nesta investigação auxiliem na compreensão sobre o desenvolvimento moral em situações reais.

MÉTODO

Amostra

Participaram desse estudo 100 crianças (63 meninas), com idades variando entre 7 e 13 anos ($M = 9,79$; $D.P. = 1,27$). Todos eram estudantes de escolas públicas da cidade de Petrolina –PE. A amostra foi do tipo não-probabilística, uma vez que participaram apenas aqueles que aceitarem de maneira voluntária.

Instrumentos e Procedimentos

No que se refere à aplicação dos instrumentos de coleta, a mesma ocorreu no horário de aula e na própria escola dos estudantes, com tempo de duração de 40 minutos. A ordem de aplicação dos instrumentos foi randomizada para evitar efeito de ordem.

Avaliação do julgamento moral em situação hipotética

Para avaliação do julgamento moral no nível hipotético foram utilizados quatro dilemas morais com conteúdos envolvendo situações do cotidiano dos participantes. O dilema 1 foi elaborado por Siqueira (2005) e versava sobre o comportamento de cola entre dois alunos. Já os dilemas 2 e 3, elaborados pelos autores do presente estudo, exibiam situações nas quais os personagens deveriam dividir bens adquiridos em um sorteio (dilema 2) e a partir da realização de uma tarefa escolar (dilema 3). Por fim, o dilema 4, que foi elaborado por Piaget (1932/1994), contextualizava uma situação de trapaça durante o jogo da velha. Cada dilema era acompanhado por um roteiro de entrevista semiestruturado, como pode ser observado no quadro 1

Quadro 1 - Dilemas morais e roteiro semiestruturado utilizado nas entrevistas para avaliar julgamento moral

DILEMAS	ROTEIROS DE ENTREVISTAS
DILEMA 1(Cola escolar): Rodrigo estava com muito medo da prova, pois não havia estudado para a mesma, e então filou do seu amigo João. Rodrigo pede a João para não contar a ninguém e João promete guardar segredo. No dia da entrega das provas, a professora suspeita que Rodrigo havia colado e pergunta a João se Rodrigo tinha filado.	1. Você compreendeu a história? 2. O que João deveria fazer? Por quê? 3. O que Rodrigo fez é certo ou errado? Por quê? 4. Se você fosse João o que faria? Por quê?
DILEMA 2 (Doação de bens): Lúcia estava participando da aula de artes quando sua professora informou que iria sortear entre os alunos da turma uma caixa contendo 10 livros para pintura. A professora colocou o nome de todos os alunos em um envelope e realizou o sorteio. Lúcia foi a aluna sorteada. Após receber o prêmio a professora perguntou a Lúcia se ela não poderia dividir os livros que ela havia acabado de ganhar com um aluno de outra turma.	1. Você compreendeu a história? 2. O que Lúcia deveria fazer? Por quê? 3. Como ela deveria dividir os adesivos? Por que é justo dividir assim? 4. Se você fosse Lúcia o que faria? Por quê?
DILEMA 3 (Divisão de bens): Geraldo e André formaram dupla para construir uma maquete na aula de ciências. Durante a tarefa Geraldo realizou todo o trabalho enquanto André ficou jogando em seu celular. No dia de entregar a maquete, a professora disse que cada duplas receberia 15 pontos pelo trabalho, mas que os próprios alunos decidiriam com quantos pontos cada um ficaria.	1. Você compreendeu a história? 2. Como você acha que Geraldo e André deveriam distribuir os 15 pontos entre eles? Por quê? 3. Você acha que André agiu certo ou errado durante a realização do trabalho? Por quê?
DILEMA 4 (Trapaça durante um jogo): Mário e Cláudio estavam jogando o jogo da velha. Num determinado momento, enquanto Mário estava distraído, Cláudio realizou duas jogadas seguidas. Desse modo, Cláudio não seguiu uma das regras do jogo, que é a de realizar apenas uma jogada por vez. Cláudio ganhou o jogo.	1. Você entendeu a história? 2. O que Cláudio fez? é certo ou errado? Por quê? 3. Se você fosse Cláudio, teria agido da mesma forma? Por quê?

Fonte: O autor, 2020; Siqueira, 2005; Piaget, 1932/1994

Especificamente, sobre os dilemas de doação e divisão de bens adquiridos com e sem esforço pessoal, os participantes receberam materiais concretos para a distribuição de bens. No caso do dilema de doação, foram disponibilizadas 10 mini réplicas de livros, enquanto que no dilema de distribuição os discentes receberam 15 réplicas de estrelas que representavam os pontos adquiridos pelos personagens através da realização do trabalho. Esse procedimento foi essencial tendo em vista que os sujeitos não precisariam dominar a operação matemática de divisão para realizar a tarefa, já que o uso desses dispositivos permitia a divisão do tipo um para você e um pra mim.

Deste modo, de maneira individual, o pesquisador lia cada dilema em voz alta e aplicava o roteiro de entrevista semiestruturada nos participantes. As respostas eram gravadas por meio de um aplicativo instalado em um *smartphone*.

Avaliação do Comportamento Moral em situação real

Já o comportamento moral, foi avaliado a partir de dois procedimentos: no procedimento I, o pesquisador relatou ao participante que havia realizado um sorteio entre os alunos da escola e que ele tinha sido uma das crianças sorteadas para ganhar um prêmio (um envelope contendo três cartelas de adesivos com personagens de desenhos animados). Em seguida, o entrevistador dava a seguinte instrução para a criança: *Esses adesivos que estão em suas mãos são seus e você poderá fazer o que quiser com eles. Poderá, inclusive, doar a quantidade de cartelas de adesivos para outra criança aqui da escola que não foi sorteada como você. Para isso, basta apenas que você deposite as cartelas que quiser doar neste envelope verde enquanto eu vou lá fora. Caso não queira doar, basta guardar os adesivos que ficarão com você neste envelope de cor branca. Mas lembre-se, ninguém, nem mesmo eu, saberei se e/ou quantas cartelas você doou. Faça o que achar melhor.*

Quanto ao procedimento II, para avaliar o comportamento moral, foi utilizado um jogo denominado “Quem sabe mais” (APÊNDICE 3), elaborado pelos pesquisadores. O jogo, exibido em um computador portátil com acesso a *internet*, era composto por uma tela de apresentação, duas telas com instruções sobre o jogo, seis telas com questões sobre a natureza, que eram acompanhadas de três opções de repostas cada, e uma tela que informava sobre a conclusão do jogo.

A criança deveria ler a questão, escolher uma das alternativas e clicar na resposta que julgasse correta. Após cada escolha de resposta, era exibida uma mensagem quanto à acurácia da questão. Em cada uma das telas do jogo, estava presente um link de acesso à *internet* com o símbolo do *Google*, muito embora os participantes tenham sido orientados de que deveria jogar com base apenas em seus conhecimentos.

Para o procedimento II, foi utilizada uma folha de resposta, na qual o sujeito deveria indicar com um X se havia acertado ou errado a questão. A criança era informada ainda que em outra escola, uma criança estava jogando o mesmo jogo naquele momento e que, se ela acertasse mais questões, ela receberia um prêmio (3 cartelas de adesivos com personagens de desenhos animados).

No procedimento II, foram dadas as seguintes instruções à criança: *Você foi convidado a participar de um jogo de perguntas e respostas usando um computador. Você sabe o que é um computador? Já usou alguma vez? Muitas pessoas usam o computador para acessar a internet que é o local onde elas podem pesquisar muitas coisas. Você deve responder as perguntas que irão aparecer na tela usando seus conhecimentos apenas. Se você acertar mais perguntas do que o outro aluno que também está respondendo em outra escola você ganhará um prêmio. Lembre-se, quanto mais acertar, mais chance terá de ganhar. Após marcar a opção escolhida na tela, aparecerá uma mensagem dizendo se você acertou ou não. Marque um X na coluna do acerto ou do erro, conforme a mensagem apareça.*

Dadas às instruções, o pesquisador saía da sala com a falsa justificativa de que iria acompanhar o desempenho do aluno da outra escola pelo celular e deixava a criança sozinha no ambiente de coleta, até que a mesma indicasse que havia terminado o jogo. Ao final, o pesquisador conferia a quantidade de acertos na folha de resposta e informava à criança que ela havia ganhado por ter acertado mais do que a outra criança, sempre por uma questão a mais. Para evitar que a criança errasse as seis questões, o jogo possuía duas perguntas consideradas extremamente fáceis para aquele contexto, o que garantia no mínimo dois acertos para cada participante.

Um detalhe que não foi explicitado para a criança é que durante a realização do jogo, embora o pesquisador estivesse ausente do ambiente de coleta, a movimentação do mouse na tela do computador, bem como, o áudio do ambiente foi registrado através do programa *atube catcher*. Assim, foi possível verificar posteriormente se a quantidade de acertos relatada pela criança na folha de resposta era compatível com o número real de acertos durante o jogo, além de ser possível observar se ela havia jogado o jogo mais de uma vez.

A gravação da tela do computador também auxiliou na verificação da quantidade de acertos reais quando a criança afirmava que havia esquecido de marcar a folha de respostas. Em alguns casos, as crianças afirmavam ter acertado uma quantidade muito maior do que de fato haviam acertado. Essas situações em que os acontecimentos reais não foram compatíveis com a descrição verbal dos participantes foram identificadas como a variável comportamento de trapaça.

Além desse aspecto, verificar a gravação da tela do computador permitiu que o pesquisador observasse se a criança havia utilizado o recurso da *internet* para obter as respostas corretas. Tal verificação culminou na criação da variável comportamento de cola. Lembrando que, embora fosse explicitado para a criança que o jogo seria realizado em um computador com acesso à *internet*, foi solicitado que o participante respondesse as questões com base apenas nos seus conhecimentos. Por esse motivo, o fato de o sujeito recorrer à *internet* para responder as questões foi considerado comportamento de cola.

Assim, após a finalização do jogo, o prêmio era entregue à criança e o pesquisador dava a mesma instrução adotada no procedimento I sobre a doação dos bens adquiridos, porém, neste caso, ela iria doar adesivos para a criança que havia perdido o jogo. Neste sentido, em ambos os procedimentos, a tomada de decisão da criança sobre a distribuição dos bens obtidos ocorria em um contexto privado, ou seja, na ausência do pesquisador. Esse tipo de metodologia foi essencial para a avaliação do comportamento moral tendo em vista que a literatura tem apontado que a presença do entrevistador influencia, significativamente, o comportamento distributivo (Sampaio & Pires, 2015).

Outro fator controlado nesse estudo foi a valorização do bem pela criança, uma vez que esse elemento também pode afetar a distribuição (Blake & Rand, 2010). Assim, nos dois procedimentos, após a entrega do prêmio, a criança indicava se havia gostado ou não dos adesivos. Na ocorrência de respostas negativas o pesquisador dava a opção de a criança trocar a cartela por uma que ela gostasse mais.

Salienta-se que essa pesquisa foi aprovada pelo comitê de ética da Universidade Federal de Pernambuco (CAAE 96346918.5.0000.5208), tendo sido cumpridos todos os requisitos estabelecidos pelo Conselho Nacional de Saúde.

Análise de dados

Inicialmente, as entrevistas transcritas foram submetidas à análise de quatro juízes independentes, sendo três doutores e um mestre, os quais indicavam se as respostas dadas pelos participantes enquadravam-se nas categorias elencadas por Piaget sobre o raciocínio moral distributivo (Heterônomo, Igualitário, Equitativo e Sem classificação). Foi utilizado o critério de concordância entre a resposta de pelo menos três juízes para aceitação de uma categoria.

As idades dos participantes também foram organizadas em categorias para facilitar a análise de dados. Logo foram criados os seguintes grupos: grupo 1 de 7 a 8 anos de idade (n= 17), grupo 2 de 9 a 10 anos (n= 56) e grupo 3 de 11 a 13 anos (n= 27). Essas categorizações foram inseridas no programa *Statistical Package for the Social Sciences* – SPSS, versão 21.

Assim, foram utilizadas estatísticas não paramétricas, tendo em vista que o teste Kolmogorov-Smirnov indicou para a não normalidade dos dados. O teste qui-quadrado, o teste U de Mann-Whitney e o teste Wilcoxon, permitiram a comparação entre as médias das respostas apresentadas pelos participantes, bem como, que fossem verificadas as influências das variáveis independentes idade e série. Ademais, para uma maior compreensão acerca do perfil moral dos participantes, foram utilizadas estatísticas descritivas como média, desvio padrão, porcentagem e frequência.

RESULTADOS

No que se refere ao julgamento sobre a ação de colar, 99 dos 100 participantes consideraram que este é um comportamento errado. Já ao ser avaliado o comportamento de cola durante a realização de um jogo, apenas 1 participante recorreu a *internet* para verificar a resposta correta do jogo. Assim, esse dado demonstra uma congruência entre o comportamento e o julgamento de cola no contexto escolar.

Quanto ao julgamento sobre a trapaça durante um jogo, os 100 participantes apontaram esse comportamento como algo errado. 99 declararam que nunca fariam algo do tipo, enquanto 1 declarou que faria mesmo julgando ser errado. No entanto, quando observado o comportamento de trapaça durante a realização do jogo, 29% dos sujeitos emitiram comportamentos que feriram a regra do jogo durante a aplicação da tarefa.

Quanto ao julgamento sobre a ação de doar bens a outro sujeito que não havia sido sorteado, os 100 participantes afirmaram que a personagem principal do dilema deveria dividir o bem adquirido no sorteio com outra criança. Além disso, 87% dos participantes apontaram que a personagem principal deveria doar 5 dos 10 livros adquiridos no sorteio, ou seja, a maioria das crianças tendeu à legitimar a igualdade como princípio distributivo mais justo de ser aplicado nesse contexto.

No entanto, quando submetidos à tarefa que avaliava o comportamento moral de distribuição de um bem adquirido sem esforço pessoal, ou seja, através de um sorteio, 31 dos 100 participantes optaram por não dividir o bem com outra criança que não havia sido sorteada. Assim, 31% não doaram nenhum adesivo, 62% doaram apenas um adesivo e 7% doaram 2 dos 3 adesivos recebidos.

No que se refere à divisão de pontos adquiridos em uma tarefa escolar, 15 sujeitos afirmaram que não poderia haver divisões entre os dois personagens do dilema, enquanto 85 relataram que a divisão deveria ocorrer. 43% dos participantes relataram que o personagem que trabalhou menos deveria receber 7 dos 15 pontos recebidos pela dupla.

Em relação ao comportamento de distribuir bens adquiridos através de esforço pessoal (vitória no jogo), 33 % dos participantes optaram por não dividir os adesivos com o sujeito que perdeu o jogo. Ademais, 61% dos participantes optaram por doar apenas 1 dos 3 adesivos recebidos, enquanto 6% doaram 2 adesivos.

Para verificar a congruência entre essa quantidade de bens doados nas situações hipotéticas e reais, foram calculados os percentuais médios da quantidade de bens que poderiam ser doados em cada uma das tarefas. Os resultados indicaram que os participantes foram mais generosos nas situações hipotéticas (Dilema doação de bens: $M= 49\%$; $D.P.= 9,2$; Dilema divisão de bens: $M= 34,2\%$; $D.P.= 17,3$) do que nas situações reais (Tarefa sorteio: $M= 25,3\%$; $D.P.= 19$; Tarefa jogo: $M= 25,3\%$; $D.P.= 20$). O teste de Wilcoxon indicou que a diferença de bens doados entre o dilema de doação de bens e a tarefa do sorteio ($Z= -7,780$; $p<0,001$), bem como, entre o dilema de divisão de bens e a tarefa do jogo ($Z= -3,321$; $p= 0,001$) foi estatisticamente significativa.

Os percentuais médios de bens doados foram comparados ainda em função da idade através do teste Kruskal Wallis, o qual indicou que nas situações hipotéticas as três faixas etárias sugeriram doar entre 32 e 50% dos bens, enquanto que nas situações reais, todas as idades

doaram em média apenas 25% dos bens recebidos. Observa-se ainda que os sujeitos mais velhos foram um pouco mais generosos do que os mais novos, como mostra a Tabela 1.

Tabela 1 - Percentuais médios de bens doados e divididos (desvios-padrão em parênteses) por cada faixa etária e análise de comparação das médias

Situações	7 a 8 anos	9 a 10 anos	11 a 13 anos	χ^2 (g.l. =2)
Hipotético: Dilema doação de bens	45,2 (15,45)	50 (8,5)	49,25 (3,8)	2,978; p = 0,226
Hipotético: Dilema divisão de bens	33,33 (20)	35,29 (17,17)	32,59 (16,54)	1,241; p = 0,538
Real: Sorteio	11,76 (16,41)	28,57 (17,32)	27,16 (20,74)	11,060; p = 0,004
Real: Jogo	17,64 (17)	23,8 (20,8)	33,33 (18,49)	7,704; p = 0,021

Fonte: O autor (2020)

Assim, não houve diferença na quantidade de bens distribuídos pelas três faixas etárias quando as situações eram hipotéticas. No entanto, quando a situação era real, constatou-se diferença entre a primeira e a segunda ($Z = -3,357$; $p = 0,001$) e entre a primeira e a terceira faixas etárias ($Z = -2,420$; $p = 0,16$), na tarefa do sorteio. Já na tarefa do jogo, a diferença ocorreu entre a primeira e a terceira faixas etárias ($Z = -2,610$; $p = 0,009$) e entre a segunda e a terceira faixas etárias ($Z = -2,202$; $p = 0,028$), conforme apontado pelo teste Mann-Whitney.

A variável idade também foi investigada em função do raciocínio distributivo dos participantes. Os dados apontam que em todas as faixas etárias as crianças foram mais igualitárias no dilema 2 e mais equitativas no dilema 3 ($\chi^2 = 11,70$; g.l. = 4; $p = 0,02$) (Tabela 2).

Tabela 2 - Frequência do tipo de justiça distributiva em função da idade

Dilemas	Justiça distributiva	7 a 8 anos	9 a 10 anos	11 a 13 anos
Dilema doação de bens	Heterônoma	2 (11,8%)	0	0
	Igualitária	13 (76,4%)	49 (87,5%)	26 (96,3%)
	Equitativa	2 (11,8%)	7 (12,5%)	1 (3,7%)
Dilema divisão de bens	Heterônoma	2 (11,8%)	1 (1,8%)	0
	Igualitária	0	5 (8,9%)	2 (7,4%)
	Equitativa	15 (88,2%)	49 (87,5%)	25 (92,6%)
	Sem classificação	0	1 (1,8%)	0

Fonte: O autor (2020)

Por fim, para verificar a influência da variável série sobre o comportamento distributivo dos participantes, foram considerados os seguintes agrupamentos: Grupo 1 (segundo, terceiro e quarto ano do ensino fundamental), Grupo 2 (quinto e sexto ano do ensino fundamental). O teste U de Mann-Whitney indicou uma diferença estatisticamente significativa da série em função da quantidade de adesivos doados na tarefa do sorteio ($Z = -2,613$; $p = 0,009$) e em função da quantidade de adesivos doados na tarefa do jogo ($Z = -2,529$; $p = 0,011$). Mais especificamente, observou-se que os sujeitos do Grupo 2 foram mais generosos ($M = 0,89$ e $D.P. = 0,58$) em comparação com os sujeitos do Grupo 1 ($M = 0,58$; $D.P. = 0,49$) em ambas as tarefas.

DISCUSSÃO

O presente trabalho teve como objetivo verificar a congruência entre o comportamento e o julgamento moral de crianças em situações de cola, trapaça e distribuição de bens. De maneira geral, os resultados apontaram para uma incongruência entre o que as crianças relatam a partir de medidas de julgamento moral e o que elas realmente fazem a nível comportamental, tendo em vista que, das três variáveis morais utilizadas nesse estudo, apenas a cola apresentou congruência.

Esse resultado vai ao encontro de outros produzidos em estudos envolvendo a população adulta, nos quais os indivíduos relatam que a desonestidade acadêmica é algo ruim, porém realizam práticas semelhantes em seus cotidianos (Stephens, 2018). Presume-se, com base na teoria Piagetiana, que a baixíssima incidência do comportamento de cola entre as crianças desse estudo, esteja associada à predominância do raciocínio heterônomo (Piaget, 1932/1994). Considerando que no ambiente escolar existem regras explícitas que reprimem o comportamento de cola durante as avaliações, é possível que as crianças apenas respeitem essa regra por medo da coação das figuras de autoridade, sendo pouco capazes de refletirem criticamente sobre esta regra, conforme pensamento heterônomo.

Ademais, colar por meio da *internet* é um comportamento mais frequente a partir dos 11 anos (Nagumo & Teles, 2016). Assim, mesmo que as crianças, de maneira geral, tenham acesso a dispositivos que permitam a cola eletrônica (como celulares) por volta dos seis anos de idade (Passarelli & Junqueira, 2012), este acesso por si só não é suficiente para que, nos anos iniciais, elas utilizarem a *internet* para realizar trapaças acadêmicas.

Embora a incidência do comportamento de cola tenha sido compatível com o julgamento sobre essa mesma ação, não foram identificadas congruências entre a reflexão hipotética e o comportamento de trapaça em um jogo. Benetti (2009) já havia apontado uma contradição no julgamento moral quanto à avaliação da trapaça, uma vez que a maioria das crianças investigadas em seu estudo apontou esse comportamento como algo errado, mas justificaram seu ponto de vista através de argumentos com teor heterônomo.

Ademais, mesmo estando em um contexto privado, ou seja, sem a presença do pesquisador, as regras do jogo não inibiram o comportamento de trapaça entre alguns sujeitos. É importante destacar que a literatura tem apontado para o fato de, em contextos públicos, as crianças tenderem a trapacear menos (Piazza, Bering & Ingram, 2011). Nessa perspectiva, compreende-se que nem sempre o pensamento heterônomo irá inibir comportamentos de trapaça, tendo em vista a necessidade de priorização do autofavorecimento.

Além da trapaça, as concepções sobre distribuição de bens também foram incongruentes com o comportamento, independente de a situação avaliada envolver ou não esforço pessoal. Ademais, ao realizarem comportamentos distributivos, as crianças foram mais generosas em situações hipotéticas do que em situações reais, independente da idade, o que é bastante curioso, pois se esperava essas discrepâncias apenas entre as crianças mais novas (Smith, Blake & Harris, 2013).

Nesta direção, compreende-se que quando a criança encontra-se no dilema entre seguir as normas sociais e o desejo de permanecer com os bens, há uma maior tendência ao autobenefício (Smith, Blake & Harris, 2013), especialmente, porque nas situações hipotéticas não há consequências reais para a própria criança. Aqui também é possível verificar a influência do contexto privado sobre o comportamento distributivo, de modo que, os estudos têm indicado que as crianças tendem a ser menos generosas quando não estão sendo observadas diretamente (Sampaio & Pires, 2015).

Neste sentido, os dados apresentados nesse estudo dão indícios de que o raciocínio moral será empregado de maneira diferente quando a situação for hipotética ou real, ou quando ocorrer em um contexto público ou privado. Mesmo Piaget (1994) já tendo previsto essa discrepância, o presente estudo demonstrou de maneira empírica que embora as crianças compreendam e utilizem às regras morais em situações hipotéticas, elas não aplicam essa compreensão quando distribuem bens e participam de uma disputa.

De maneira geral, essa discrepância tem sido explicada pelo fato de as crianças, de certo modo, estarem preocupadas com sua reputação moral, tendo em vista que socialmente, elas assumem o princípio moralmente esperado embora não hesitem em abandoná-lo quando não estão sendo observadas (Sampaio & Pires, 2015). Nesta direção, é possível perceber que, a depender do contexto, as crianças podem ser egoístas quando querem se beneficiar, mesmo compreendendo claramente a importância da regra moral para o bem estar social (Smith, Blake & Harris, 2013).

No que se refere à influência da variável idade, esperava-se que as crianças mais novas fossem mais igualitárias nos dilemas 1 e 2 e as mais velhas mais equitativas (Camino, et al., 2017; Sampaio & Cabral, 2015; Sampaio, 2007; Dell'Aglio & Hutz, 2001). No entanto, os participantes, independente da faixa etária, foram mais igualitários no dilema 2 e mais equitativos no dilema 3.

Assim, compreende-se que o tipo de dilema moral mobilizou a distribuição entre os participantes, de modo que, quando houve a possibilidade de dividirem o bem em partes exatamente iguais no dilema 2, a maioria optou por isso. No entanto, quando essa possibilidade não foi dada (dilema 3), os participantes adotaram o critério da produtividade, de modo que quem trabalhou menos, recebeu menos bens, resultado este compatível com os achados de Sampaio e Camino (2017).

Ademais, o fato de a idade ter influenciado de maneira significativa a quantidade de bens distribuídos apenas nas tarefas que avaliavam o comportamento real mostra que no discurso, todos os sujeitos, independente da idade, se declaram mais generosos. No entanto, apenas em situações reais os indivíduos serão mais generosos com o passar dos anos (Reis & Sampaio, 2019; Dell'Aglio & Hutz, 2001).

Em conformidade com os achados da idade, verificou-se que sujeitos que estão em séries mais avançadas foram mais generosos nas tarefas que avaliaram o comportamento moral de distribuição (sorteio e jogo). No entanto, um aspecto peculiar que pode ser observado em tal dado é que os indivíduos doaram exatamente a mesma quantidade de adesivos, independente de a tarefa envolver esforço pessoal ou não.

Esse resultado é contrário ao que sugere a literatura sobre a importância do trabalho no contexto de distribuição (Cabral, Sampaio & Roazzi, 2018; Warneken, Lohse, Melis & Tomasello, 2011), uma vez que se esperava que os indivíduos fossem mais generosos na tarefa do jogo já que eles ganharam-no por um acerto a mais (Sampaio & Camino 2017).

Logo, considerar o trabalho como uma pista situacional importante nas tarefas que avaliaram o comportamento moral, corrobora a prerrogativa de que as informações contextuais são bastante relevantes para a tomada de decisão sobre o processo de distribuição de bens (Camino, et al., 2017; Sampaio, 2007). No entanto, percebe-se que, no presente estudo, a variável que de fato influenciou na tomada de decisão das crianças foi a quantidade de bens disponíveis para a doação.

Kenward e Dahl (2011) já haviam relatado que quando a quantidade de bens a serem distribuídos é escassa, as crianças (por volta de 4 anos), não levam em consideração as informações contextuais disponíveis, dividindo-o igualmente independente do perfil do receptor. Se considerarmos o fato de que as crianças do presente estudo tinham apenas três cartelas de adesivos para a partilha, é possível presumir que o raciocínio empregado foi semelhante ao das crianças de Kenward e Dahl, ou seja, a quantidade de bens disponíveis para distribuição exerceu mais influência do que a informação de que o sujeito que perdeu o jogo errou apenas uma questão a menos do que o participante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou testar a prerrogativa de que o raciocínio moral das crianças funciona de maneira distinta quando a situação avaliada é hipotética ou real. Assim, de maneira geral, percebeu-se que as crianças se autodeclaram mais generosas e menos trapaceiras, muito embora não apresentem esse mesmo padrão a nível comportamental. Logo, o uso de metodologias que permitiram o julgamento de situações hipotéticas mais próximas dos seus cotidianos, foi imprescindível para uma comparação mais precisa entre o que os sujeitos pensam e o que os sujeitos fazem.

Neste sentido, embora os dados apresentados aqui sejam bastante promissores, os mesmo precisam ser observados com cautela devido a algumas limitações. Em primeiro lugar, para uma maior generalização dos resultados, faz-se necessário utilizar uma amostra mais representativa estatisticamente e com maior diversidade socioeconômica, já que a variável renda não foi controlada nesse estudo.

Em segundo lugar, embora a metodologia tenha sido desenvolvida com o intuito de verificar possíveis diferenças no comportamento distributivo quando fosse dada ou não a possibilidade explícita da criança ser igualitária, este delineamento impossibilitou a realização de análises que comparassem o raciocínio moral em função da quantidade de bens doados. Assim, não foi possível, por exemplo, verificar se as crianças eram mais igualitárias nas tarefas que não envolviam esforço pessoal, já que ela não poderia assumir esse tipo de distribuição com três cartelas de adesivos. Neste sentido, sugere-se que em estudos futuros a quantidade de bens seja padronizada para as situações reais e hipotéticas.

Em terceiro lugar, o uso da *internet* como elemento disparador do comportamento de cola não foi eficiente entre as crianças do presente estudo. Talvez o uso do *Google* para completar trabalhos escolares tenha se tornado algo tão comum que esse comportamento pode nem ser considerado um tipo de “falta” moral pelos estudantes. Logo, faz-se necessário em estudos futuros utilizar outros delineamentos metodológicos que possibilite uma avaliação mais precisa do comportamento de cola entre as crianças.

Diante do exposto e ponderadas as devidas limitações, o presente estudo corroborou as prerrogativas de Piaget quanto ao fato de que nem sempre os sujeitos comportam-se do mesmo modo como julgam os acontecimentos do cotidiano, especialmente quando envolve o comportamento de trapaça e a distribuição de bens. Esse resultado contribui para que os achados

sobre raciocínio moral sejam interpretados de maneira mais fidedigna e compatível com os verdadeiros padrões morais dos indivíduos.

REFERÊNCIAS

- Batson, C. D., Thompson, E. R., Seuferling, G., Whitney, H., & Strongman, J. A. (1999). Moral hypocrisy: appearing moral to oneself without being so. *Journal of Personality and Social Psychology*, 77(3), 525.
- Baumard, N., Mascaró, O., & Chevallier, C. (2012). Preschoolers are able to take merit into account when distributing goods. *Developmental psychology*, 48(2), 492.
- Benetti, A. A. C. F. (2009). *Vivências morais na escola: uma análise piagetiana sobre crianças de 5 a 6 anos em situações de jogos infantis*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP. Presidente Prudente, São Paulo.
- Blake, P. R., & Rand, D. G. (2010). Currency value moderates equity preference among young children. *Evolution and human behavior*, 31(3), 210-218. doi:10.1016/j.evolhumbehav.2009.06.012
- Bruggeman, EL, & Hart, KJ (1996). Trapaça, mentira e raciocínio moral de estudantes religiosos e seculares do ensino médio. *The Journal of Educational Research*, 89 (6), 340-344.
- Buccioli, A., & Piovesan, M. (2011). *Luck or cheating? A field experiment on honesty with children*. *Journal of Economic Psychology*, 32(1), 73–78. doi:10.1016/j.joep.2010.12.001
- Cabral, G. R. E., Sampaio, L. R., & Roazzi, A. (2018). Distributive judgments in cooperative production contexts. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 35(2), 205-215.
- Camino, C. P. S., Galvão, L. K. S., Barbosa, M. D. S. S., & Sampaio, L. R. (2017). Desenvolvimento da justiça distributiva referente à doação de alimentos. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 69(3), 150-166.
- Dell'Aglío, D. D., & Hutz, C. S. (2001). Padrões evolutivos na utilização dos princípios de justiça distributiva em crianças e adolescentes no sul do Brasil. *Psicologia: reflexão e crítica. Porto Alegre*. 14(1), 97-106.

- Ding, X. P., Omrin, D. S., Evans, A. D., Fu, G., Chen, G., & Lee, K. (2014). *Elementary school children's cheating behavior and its cognitive correlates*. *Journal of Experimental Child Psychology*, 121, 85–95. doi:10.1016/j.jecp.2013.12.005
- Heyman, G. D., Fu, G., Lin, J., Qian, M. K., & Lee, K. (2015). Eliciting promises from children reduces cheating. *Journal of Experimental Child Psychology*, 139, 242-248.
- Kenward, B., & Dahl, M. (2011). Preschoolers distribute scarce resources according to the moral valence of recipients' previous actions. *Developmental Psychology*, 47(4), 1054–1064, doi: <https://doi.org/10.1037/a0023869>
- Nagumo, Estevon, & Teles, Lucio França. (2016). O uso do celular por estudantes na escola: motivos e desdobramentos. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 97(246), 356-371. <https://dx.doi.org/10.1590/S2176-6681/371614642>
- Passarelli, B.; Junqueira, A. H. *Gerações Interativas Brasil*. São Paulo: Escola do Futuro/USP, 2012.
- Pessotti, A. M. (2015). *Desenvolvimento Moral e Trapaça: um estudo com crianças e adolescentes*. Tese de doutorado. Programa de Pós Graduação em Psicologia. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo, ES, Brasil.
- Piaget, J., (1932/1994). *O juízo moral na criança*. São Paulo: Summus (originalmente publicado em 1932).
- Piazza, J., Bering, J. M., & Ingram, G. (2011). Princess Alice is watching you: Children's belief in an invisible person inhibits cheating. *Journal of Experimental Child Psychology*, 109(3), 311–320. doi:10.1016/j.jecp.2011.02.003
- Reis, Renata Mascarenhas Aleixo, & Sampaio, Leonardo Rodrigues. (2019). Child Distributive Behavior and Inhibitory Control in a Private Context. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 29, e2933. Epub December 09. Doi <https://dx.doi.org/10.1590/1982-4327e2933>
- Sampaio, L. R. (2007). *Produtividade, necessidade e empatia: relação entre Julgamento distributivo, consideração empática, angústia pessoal e tomada de perspectiva*. Tese (doutorado). Programa de Pós-graduação em Psicologia Cognitiva, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- Sampaio, L. R., & Cabral, G. R. E. (2015). Differences in allocation patterns and in the use of distributive principles emerge from children of Brazilian parents in Brazil and in the United States. *Summa Psicológica*, 22(1), 19–27. doi: <https://doi.org/10.1016/j.sumpsi.2015.05.003>

- Sampaio, L. R., & Camino, C. (2017). Ajudar o próximo ou ser recompensado? Comportamento distributivo infantil em situações envolvendo mérito e altruísmo. *Psico*, 48(3), 186-194.
- Sampaio, L. R., & Pires, M. F. D. N. (2015). Sharing in Private and Public Situations: does this really Matter for Children?. *The Spanish journal of psychology*, 18. doi: <https://doi.org/10.1017/sjp.2015.45>.
- Sampaio, L. R.; Camino, C. P. D. S. & Roazzi, A. (2009). Revisão de aspectos conceituais, teóricos e metodológicos da empatia. *Psicologia: ciência e profissão*, 29(2), 2009, p. 212-227.
- Siqueira, M. A. D. (2005). *Julgamento moral: uma análise de resolução de dilemas morais por crianças e jovens adultos*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, Recife-Brasil.
- Smith, C. E., Blake, P. R., & Harris, P. L. (2013). I should but I won't: Why young children endorse norms of fair sharing but do not follow them. *PLoS One*, 8(3), e59510. <https://doi.org/10.1371/annotation/4b9340db-455b-4e0d-86e5-b6783747111f>
- Stephens, J. M. (2018). Bridging the Divide: The Role of Motivation and Self-Regulation in Explaining the Judgment-Action Gap Related to Academic Dishonesty. *Frontiers in psychology*, 9, 246.
- Vaish, A., Carpenter, M., & Tomasello, M. (2010). Young children selectively avoid helping people with harmful intentions. *Child development*, 81(6), 1661-1669.
- Vogelsang, M., & Tomasello, M. (2016). Giving is nicer than taking: Preschoolers reciprocate based on the social intentions of the distributor. *PloS one*, 11(1), e0147539.
- Warneken, F., Lohse, K., Melis, A. P., & Tomasello, M. (2011). Young children share the spoils after collaboration. *Psychological science*, 22(2), 267-273.
- West, T., Ravenscroft, S., & Shrader, C. (2004). Cheating and moral judgment in the college classroom: A natural experiment. *Journal of Business Ethics*, 54(2), 173-183.

6 ARTIGO 4

Relações entre empatia, apego, julgamento, comportamento e desengajamento moral na infância

RESUMO

A literatura tem demonstrado que a moralidade humana é influenciada por componentes de teor afetivo, como a empatia e o apego. No entanto, ainda não foi possível compreender se esta influência também ocorre nas situações em que os indivíduos desengajam moralmente. Assim, o objetivo do presente estudo foi verificar as relações entre a empatia, o apego, o julgamento, o comportamento e o desengajamento moral na infância. 100 participantes do sexo masculino e feminino, com idades entre 10 e 13 anos, estudantes de escolas públicas da cidade de Petrolina-PE compuseram a amostra do estudo. Para fins de coleta de dados, foram utilizados os seguintes instrumentos: a Escala de Empatia para Crianças e Adolescentes, a Escala de Relações de Amizade, a Escala de desengajamento Moral para Crianças e adolescentes, quatro dilemas morais que retratavam situações do cotidiano escolar, uma tarefa para avaliar o comportamento moral de trapaça, outra para avaliar o comportamento distributivo e um questionário sociodemográfico. Os resultados indicaram que os sujeitos autônomos apresentaram maiores índices de empatia e de apego do tipo seguro do que os participantes com perfil heterônomo. Ademais, o desengajamento moral se mostrou uma variável relevante na compreensão de sujeitos pouco empáticos, com apego do tipo inseguro, na distribuição hipotética de bens adquiridos a partir de situações que envolvem esforço pessoal e na congruência entre o julgamento e o comportamento de trapaça. Assim, esta pesquisa permite concluir que os aspectos afetivos são importantes tanto para o julgamento, como para o desengajamento moral de crianças e adolescentes.

Palavras-chave: empatia, apego, desengajamento moral, julgamento moral.

ABSTRACT

Literature has shown that human morality is influenced by components of affective content, such as empathy and attachment. However, it has not been possible to understand whether this influence also occurs in situations where individuals disengage morally yet. Thus, the aim of the present study was to verify the relationship between empathy, attachment, judgment, behavior and moral disengagement in childhood. 100 male and female participants, aged 10 to 13 years, students from public schools in Petrolina city-PE made up the study sample. For data collection purposes, the following instruments were used: the Empathy Scale for Children and Adolescents, the Friendship Relationship Scale, the Moral Disengagement Scale for Children and Adolescents, four moral dilemmas that portrayed everyday school situations, a task to

assess the moral behavior of cheating, another to assess distributive behavior and a socio-demographic questionnaire. The results indicated that the autonomous subjects had higher rates of empathy and safe type of attachment than the participants with a heteronomous profile. Furthermore, moral disengagement proved to be a relevant variable in the understanding of subjects with little empathy, with insecure attachment and in the hypothetical distribution of goods acquired from situations that involve personal effort and the congruence between judgment and cheating behavior. Therefore, this research allows us to conclude that the affective aspects are important both for the judgment and for the moral disengagement of children and adolescents.

Key-words: empathy, attachment, moral disengagement, moral judgment.

Para Piaget (1932/1994), o raciocínio moral é um elemento que se desenvolve ao longo da vida a partir da relação dialética do indivíduo com o meio social e em decorrência de evoluções na cognição e na afetividade. Este percurso inicia-se na Anomia, etapa na qual a criança não tem consciência sobre as regras, passa pela Heteronomia, em que as regras são seguidas por respeito ou medo da coação dos adultos, de Deus ou de alguma outra figura de autoridade, e culmina na Autonomia, onde as regras são vistas como uma espécie de contrato social em que são levadas em consideração a intenção do sujeito ao julgar determinado ato e não apenas a consequência da ação.

A noção de justiça também foi investigada por Piaget (1932/1994), sendo subdividida em três tipos, Imanente, Retributiva e Distributiva. Na justiça Imanente, o sujeito compreende que existe algum tipo de mecanismo universal de compensação dos atos cometidos, na forma das consequências recebidas por ele. Já na justiça Retributiva, o raciocínio moral volta-se para a questão de como devem ser impostas as sanções ou punições (intensidade do castigo) para as pessoas que infringem as regras, podendo ser do tipo expiatória (não existe uma relação intrínseca entre a ação cometida e a consequência recebida, pois o que mais importa é a intensidade do castigo) ou pedagógica (deve haver uma relação entre a infração e a punição, para que o indivíduo aprenda sobre seus erros, evitando repeti-los no futuro).

Por fim, a justiça distributiva, na qual os julgamentos têm como tema os diferentes modos de distribuição de bens na sociedade, adotando-se os princípios considerados mais justos. A mesma pode ser do tipo Heterônoma, na qual a criança considera que é justo aquilo que for imposto por uma figura de autoridade; Igualitária, em que se considera que os recursos disponíveis devem ser divididos de forma estritamente igual; e Equitativa, na qual o sujeito

passa a considerar que a justiça ocorre quando se leva em conta as situações e características particulares das pessoas envolvidas na situação distributiva (Piaget, 1932/1994; Sampaio & Camino, 2017).

A forma como as pessoas pensam e se comportam moralmente pode sofrer influência de componentes afetivos, como a empatia. Neste trabalho, a empatia é entendida como um tipo de mobilização afetiva proveniente da capacidade do sujeito de produzir sentimentos e emoções congruentes com o estado emocional do outro (Hoffman, 2000). Esta mobilização dependerá do funcionamento dos componentes cognitivos e afetivos, sendo por este motivo, considerado um construto multidimensional (Davis, 1983).

Definida nesses termos, a empatia tem sido compreendida como um componente importante na manutenção do raciocínio distributivo, uma vez que indivíduos que conseguem tomar a perspectiva (dimensão cognitiva) do outro tendem a analisar as situações de distribuição de bens levando em consideração as diversas variações contextuais para que a divisão se torne mais justa (Sampaio, Monte, Camino & Roazzi, 2008). Ademais, crianças que apresentam altos índices de empatia tendem a partilhar mais os bens (Sampaio & Camino, 2017), já que adotam princípios relacionados ao cuidado com o outro como elemento mobilizador do julgamento moral (Hoffman, 2000).

Essa relação entre a empatia e o julgamento moral abre espaço para que outros elementos afetivos também sejam considerados na tentativa de melhor compreender a moralidade humana. Logo, é interessante observar também o efeito das relações afetivas estabelecidas entre pais e filhos (ou entre criança e cuidador) sobre o desenvolvimento moral do indivíduo (Teymoori & Shahrazad, 2012), em especial o apego.

Nesse sentido, John Bowlby (1984/2002) propôs que o apego é uma característica que se desenvolve a partir da relação da criança com a pessoa que a protege. Dessa relação o indivíduo pode apresentar três padrões distintos de funcionamento, sendo o primeiro denominado apego seguro, no qual a criança demonstra uma relação segura com o cuidador sentindo-se capaz de afastar-se dele e explorar o meio. Já no segundo, apego inseguro-resistente ou inseguro-ambivalente, a criança desenvolve uma percepção insegura sobre si e tem receio de afastar-se do cuidador. E por fim, no terceiro, apego inseguro-evitante, a criança torna-se independente sem preocupar-se com a figura de cuidado (Bowlby, 1984/2002; Ainsworth, Blehar, Waters & Wall, 1978).

Embora os vínculos descritos por Bowlby sejam estabelecidos durante a primeira infância, esse aspecto emocional ainda são ativado em idades posteriores. Neste sentido, a capacidade desenvolvida pela criança de sentir-se segura, mesmo na ausência da figura do cuidador, proporciona o estabelecimento de vínculos afetivos com outras pessoas que fazem parte do seu contexto social. Assim, na infância tardia e na adolescência, os amigos, por exemplo, podem ser escolhidos como figura de referência para a vinculação afetiva, perpetuando assim a necessidade de vinculação do sujeito ao longo da vida (Anastácio & Nobre-Lima, 2015).

Dados de pesquisa sugerem que os estilos de apego desenvolvidos durante a infância possuem algum impacto sobre os níveis de empatia dos sujeitos na vida adulta (Williams, Brown, McKenna, Beovich & Etherington, 2017; Panfile & Laible, 2012; Wei, Liao, Ku & Shaffer, 2011; Péloquin, Lafontaine & Brassard, 2011; Mikulincer, Gillath, Halevy, Avihou, Avidan & Eshkoli, 2001). Neste sentido, a qualidade dos vínculos estabelecidos durante a primeira infância estaria associada à disposição empática desses sujeitos na vida adulta, de modo que sujeitos com apego inseguro seriam menos afetados empaticamente em situações do cotidiano.

Ademais, assim como a empatia, o apego também tem influenciado no raciocínio moral de adultos, de modo que indivíduos classificados com o apego do tipo seguro apresentam maiores níveis de moralidade (Teymoori & Shahrazad, 2012). No entanto, embora as pessoas que possuem apego inseguro evitante apresentem uma tendência a se preocupar menos com questões ligadas a injustiça e a maldade, sujeitos identificados com apego inseguro ambivalente não apresentam esse padrão. Justifica-se esse achado com a hipótese de que indivíduos ambivalentes possuem uma maior necessidade de aprovação social, logo, relatam certo repúdio a comportamentos de injustiça e maldade (Robinson, Joel & Plaks, 2015; Koleva, Selterman, Iyer, Ditto & Graham, 2014).

Também tem sido encontrados indícios de que o apego inseguro influencia no desenvolvimento moral de maneira negativa mesmo no período da adolescência, uma vez que sujeitos ambivalentes e evitantes tendem a apresentar menores índices de desenvolvimento moral (Gusmão, 2009). Já o apego seguro tem estado associado a maiores níveis de empatia, de condutas pró-social e de regulação emocional na infância (Panfile & Laible, 2012; Carlo, McGinley, Hayes, Batenhorst & Wilkinson, 2007; Otiz, Apodaka, Etxeberria, Ezeiza, Fuentes & Lópe, 1993). Ademais, o nível de empatia dos pais também tem sido relacionado ao desenvolvimento de um apego seguro dos filhos (Stern, Borelli & Smiley, 2015).

As considerações descritas até aqui corroboram a hipótese de que a empatia e o apego influenciam a maneira como o sujeito julga e se comporta moralmente. No entanto, com exceção dos estudos que propõem tarefas de distribuição de bens como medida relacionada ao raciocínio e comportamento moral, observa-se que na maioria das investigações que buscaram associações entre essas variáveis, a mensuração do julgamento moral se deu ou por meio de instrumento psicométrico, ou através de dilemas morais que retratavam situações pouco realísticas (e.g., Galvão, 2010; Gusmão, 2009; Robinson, Joel & Plaks, 2015; Koleva, Selterman, Iyer, Ditto & Graham, 2013). Além disso, poucos estudos investigaram o comportamento distributivo propriamente dito e suas associações com a empatia (ver como exceção Amorim, Sampaio & Cabral 2018).

Mesmo a literatura dispondo de estudos que atestem a relação entre empatia e julgamento moral, esta variável afetiva, por si só, não garante que as pessoas se comportem da maneira mais moralmente desejável pelo meio social. Os estudos de Batson (1995) tem demonstrado que a empatia em excesso pode induzir o sujeito a agir contra os seus princípios morais para beneficiar alguém. Seu estudo demonstrou que pessoas muito empáticas podem decidir mudar uma fila de espera para que uma criança receba tratamento médico, mesmo que ela esteja em menor risco de vida, em relação a outras que estão na frente dela na fila.

Essa capacidade de se desprender de seus padrões morais em favorecimento de si e do outro é compreendida como desengajamento moral. De acordo com Bandura (1986), este é um mecanismo que permite que o sujeito desenvolva mecanismos internos que proporcionam uma maior aceitação de comportamentos considerados imorais socialmente.

Uma criança desengajada moralmente irá, por exemplo, concordar com o fato de que é justo bater em alguém que está falando mal da sua família, ou que bater em alguém que maltrata os outros é apenas dar uma lição. Assim, o desengajamento moral permite que o indivíduo desvincule-se dos seus padrões morais para emitir comportamentos que são pouco aceitos socialmente, acreditando ter um motivo “justo” para fazer algo considerado errado. Por esta razão, as pessoas que utilizam o desengajamento moral não sentem culpa por transgredir regras em ocasiões específicas (Bandura, Azzi & Tognetta, 2015).

De maneira geral, as investigações tem apontado uma relação entre o desengajamento moral e comportamentos antissociais em crianças e adolescentes (Gini, Pozzoli & Hymel, 2014). Por exemplo, os jovens com perfil agressivo em redes sociais costumam apresentar desengajamento do tipo desumanização e atribuição de culpa à vítima (Araújo, 2016). Estas mesmas dimensões do desengajamento moral também têm sido identificadas entre os

adolescentes que emitem comportamentos associados ao *bullying* (Tognetta, Avilés, Rosário & Alonso, 2015).

Além de estar associado à emissão de comportamentos antissociais, como a agressividade, o desengajamento moral tem se mostrado uma variável importante na relação entre os componentes afetivos e a aceitação de ações pouco morais. Nesta direção, o estabelecimento de um vínculo seguro com os pais estaria negativamente relacionado à emissão de comportamentos delinquentes na adolescência, sendo esta relação mediada pelo desengajamento moral (Bao, Zhang, Lai, Sun & Wang, 2015).

Já a relação entre desengajamento moral e agressividade tem sido mediada pela empatia. Evidências apontam que a consideração empática e tomada de perspectiva são dimensões da empatia capazes de enfraquecer e reduzir o desengajamento moral e a agressividade entre os adolescentes (Bussey, Quinn & Dobson, 2015). Esse achado evidencia as proposições de Hoffman (2000) que apontam para o fato de que, quando atentos ao bem estar do outro, os sujeitos tendem a manter-se mais fortemente em seus padrões morais, bem como, a sentir culpa caso venham a violá-los (Thompson & Hoffman, 1980).

Diante do exposto, compreende-se que embora os estudos citados anteriormente, sejam importantes para o campo da moralidade, eles não investigaram simultaneamente as variáveis supracitadas, sendo o objetivo geral desse trabalho, verificar a relação entre a empatia, o apego, o julgamento, o comportamento e o desengajamento moral na infância.

MÉTODO

Amostra

Participaram do estudo 100 crianças (63 meninas e 37 meninos), com idade entre 7 e 13 anos ($M = 9,79$ anos; $D.P. = 1,27$), estudantes de duas escolas públicas da cidade de Petrolina-PE. A amostra foi do tipo não probabilística, tendo em vista que participaram desse estudo apenas aqueles que demonstraram interesse para tal.

Instrumentos

Para a mensuração do apego, foi utilizada a Escala de Amizade para Crianças (ERAC), elaborada por Roazzi, Vermigli e Roazzi, (2009), com base na semântica e formato dos itens que compõem a *Experiences in Close Relationships* – ECR de Brennan, Clark e Shaver (1998). A versão utilizada nesse estudo foi a desenvolvida por Moura, Roazzi e Sampaio (ver Artigo II), a qual avalia o apego a partir de frases afirmativas e desenhos.

A ERAC avalia o apego inseguro através de duas dimensões, denominadas Ansioso ($\text{Alpha} = 0,78$; 18 itens no total) e Evitante ($\text{Alpha} = 0,75$; 18 itens no total). Os itens do fator Ansioso retratam situações em que o sujeito se preocupa com a aceitação de seus amigos e apresenta medo de ser abandonado. Já o fator Evitamento expressa comportamentos em que o sujeito evita intimidade e demonstra desconforto mediante aproximações.

Para avaliar a variável empatia, foi utilizada a versão traduzida e adaptada por Koller, Camino e Ribeiro (2001) da Escala de Empatia para Crianças e Adolescentes, elaborada por Bryant (1982), denominada originalmente de *Index of Empathy for Children and Adolescent*. Esse instrumento, que é do tipo lápis e papel, possui 22 itens e tem sido tradicionalmente utilizado para avaliar a empatia em crianças brasileiras (Sampaio & Camino, 2017; Kirst-Conceição & Martinelli, 2014).

O desengajamento moral foi avaliado por meio da Escala de Desengajamento Moral para Crianças (EDMC), originalmente elaborada por Bandura, Barbaranelli, Caprara e Pastorelli (1996) e adaptada para uso na população infantil brasileira por Moura, Roazzi e Sampaio (Ver Artigo I). Esse instrumento possui desenhos que ilustram a semântica dos itens de acordo com o sexo da criança.

No que se refere à estrutura fatorial da EDMC, a mesma possui três fatores, sendo o primeiro, denominado Comparação Vantajosa e Atribuição de culpa, agrupando um conjunto de itens em que as ações pouco morais são justificadas por meio da atribuição de culpa à vítima, bem como, a partir do argumento de que coisas piores poderiam ter sido feitas com ela. O segundo fator, retrata situações nas quais o ato infrator é emitido como compensação às transgressões realizadas anteriormente pela vítima, bem como, em defesa de pessoas próximas. Logo, este fator foi denominado Desengajamento por proteção.

Por fim, no terceiro fator, Minimização do ato transgressor, a justificativa para a emissão de comportamentos não aceitos moralmente baseia-se no fato de que as consequências dessa ação não são tão graves e que todo o grupo é responsável pela ação. O α de Cronbach das três dimensões são respectivamente 0,72, 0,69 e 0,53. As respostas dos participantes quanto a

aplicação das escalas ERAC, EDMC e Empatia foram coletadas com o apoio de *smile faces*, que representavam as afirmativas: Concordo totalmente, Nem Concordo e Nem Discordo, Discordo Totalmente.

Para avaliação do julgamento moral, foram apresentados aos sujeitos quatro dilemas com conteúdos envolvendo situações realísticas, sobre as temáticas: cola, doação de bens, colaboração/merecimento e trapaça. Assim, no primeiro dilema, o participante deveria opinar se uma criança deveria contar ou não para a professora que um amigo colou durante a prova. Na segunda história, os sujeitos deveriam argumentar sobre a possibilidade de divisão de um prêmio que uma criança ganhou em um sorteio na escola. Já no terceiro dilema, os participantes emitiam julgamento sobre o fato de, em um trabalho escolar em dupla, apenas um dos membros ter de fato cumprido a tarefa, bem como, sobre como os pontos recebidos pela entrega do trabalho deveriam ser divididos entre a dupla. Por fim, no dilema 4 o sujeito opinava sobre uma situação de trapaça durante o jogo da velha.

O dilema 1 foi elaborado por Siqueira (2005) e o dilema 4 elaborado por Piaget (1932/1994). Já os dilemas 2 e 3 foram elaborados pelos pesquisadores do presente estudo. Cada dilema foi acompanhado por um roteiro de entrevista semiestruturado que possibilitou uma maior compreensão acerca do tipo de julgamento moral realizado pelas crianças.

Ainda sobre os dilemas 2 e 3, por envolverem situação de distribuição de bens a partir de uma quantidade numérica, os alunos recebiam 10 figuras de um livro no dilema 2 e 15 figuras de estrelas que representavam os 15 pontos do dilema 3, para que pudessem fazer a divisão de maneira concreta. Esse procedimento foi de suma importância tendo em vista que aos sete anos de idade, nem todas as crianças podem ter consolidado a capacidade de divisão, de modo que as figuras serviram de apoio cognitivo na realização da tarefa.

Para avaliar o comportamento de trapaça, foi utilizado um jogo denominado “Quem sabe mais?”, constituído por seis questões de múltipla escolha sobre curiosidades da natureza. Durante a realização do jogo, a criança era deixada sozinha na sala de coleta de dados e informada que outra criança estava jogando o mesmo jogo ao mesmo tempo, de modo que quem acertasse mais questões receberia um prêmio (envelope com três cartelas de adesivos).

Era responsabilidade da criança registrar em um protocolo de respostas, a quantidade de questões que ela havia acertado durante o jogo. Porém, o que a criança não sabia, era que a tela do computador e o áudio do ambiente estavam sendo gravados (programa *atube cache*) para que posteriormente fosse verificado se a mesma havia trapaceado no resultado do jogo.

Salienta-se que a situação foi manipulada para que todos os participantes vencessem o jogo por uma questão a mais.

Já o comportamento de distribuição de bens foi avaliado através de uma tarefa na qual o sujeito deveria decidir se doaria ou não os adesivos que havia ganhado através de um sorteio e através da vitória no jogo “Quem sabe mais”. Em cada uma dessas situações, a criança recebeu três cartelas de adesivos coloridos como premiação. Ambas as distribuições ocorreram em um contexto privado, ou seja, na ausência do pesquisador.

Por fim, nesse estudo, foram utilizados ainda o termo de consentimento livre e Esclarecido, o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido, um questionário sócio demográfico para obtenção de informações como idade, série, sexo, dentre outras, além de um gravador de voz.

Procedimentos e análise de dados

A coleta de dados ocorreu em duas etapas, na escola que os sujeitos estudavam, sendo dois dos instrumentos em cada sessão. A ordem de aplicação dos instrumentos foi randomizada para que se evitassem possíveis efeitos de ordem.

Individualmente, o pesquisador lia em voz alta e os itens das escalas e ao mesmo tempo, mostrava o desenho que ilustrava o item que estava sendo lido. A partir disso, a criança emitia uma resposta de acordo com seu ponto de vista. Além disso, o próprio pesquisador registrava as respostas dos participantes em um protocolo impresso.

Já as respostas dos participantes emitidas a partir dos dilemas morais e dos roteiros de entrevistas foram gravadas por meio de um aplicativo de celular e posteriormente transcritas. Tais transcrições foram submetidas a análises de juízes independentes (três doutores e um mestre, especialistas em desenvolvimento moral) que classificaram-nas em Autonomia, Heteronomia, conforme a teoria de Piaget (1932/ 1994), e Sem Classificação.

A categoria Heterônoma caracteriza-se pelo fato de que as regras são seguidas apenas por respeito ou medo da coação de alguma figura de autoridade, sendo o raciocínio da criança marcado pelo realismo moral e pelo respeito unilateral. Já na categoria Autonomia, há uma compreensão mais ampla sobre o papel das regras para regulação das interações sociais e uma maior disponibilidade em segui-las, visando o bem de todos (Piaget, 1932/1994). Por fim a categoria “sem classificação” foi utilizada nos casos em que as respostas emitidas pelos

participantes eram pouco claras ou bastante superficiais. As categorias eram consideradas para fins de análise de dados quando havia um consenso entre pelo menos três dos quatro juízes.

Foi criada ainda uma medida que avaliou se o que as crianças respondiam sobre a trapaça quando submetidas ao dilema 4 era congruente com o que elas fizeram durante o jogo “Quem sabe mais?”. Logo, as crianças que disseram que trapacear era errado no dilema, mas que trapacearam durante o jogo, foram classificadas como incongruentes. Já as crianças conceberam a trapaça como algo errado no dilema e que não optaram por essa estratégia durante o jogo foram denominadas congruentes.

Feitas essas categorizações, o teste estatísticos foram realizado no programa *Statistical Package for the Social Sciences* – SPSS, (versão 21). Foram utilizadas estatísticas descritivas como média, desvio padrão, porcentagem e frequência que permitiram uma maior visualização do perfil dos participantes quanto as variáveis investigadas.

O teste Kolmogorov-Smirnov indicou para a não normalidade dos dados, o que justificou a utilização de testes não paramétricos no presente estudo. Logo, o teste qui-quadrado, o teste U de Mann-Whitney e o teste Wilcoxon, permitiram a comparação entre as médias das respostas apresentadas pelos participantes, bem como, a verificação da influência das variáveis independentes idade e sexo sobre as variáveis dependentes.

O teste de correlação de Spearman também foi utilizado no presente estudo para a verificação das relações entre as variáveis: empatia, apego, desengajamento, comportamento e julgamento moral. Ademias, foram realizadas regressões logísticas e a Análise da Estrutura de Similaridade (SSA) para verificar a influência do fator III da escala de desengajamento moral sobre a congruência entre o julgamento e o comportamento de trapaça. Já a regressão Múltipla foi utilizada para a verificação da influência das variáveis empatia e apego seguro sobre o fator I da EDMC.

Essa investigação foi submetida e aprovada pelo comitê de ética em Pesquisa da Universidade Federal de Pernambuco, através do CAEE número 96346918.5.0000.5208 e parecer de número 3.007.880.

RESULTADOS

Esta seção inicialmente apresentará os resultados referentes ao raciocínio moral e o nível de empatia das crianças em função da idade e do sexo. Em seguida, serão exibidas as análises que relacionam as variáveis: empatia, apego, julgamento e desengajamento moral. Por fim, a empatia, o apego e o desengajamento moral serão relacionados ao comportamento moral.

Raciocínio moral e empatia em função das variáveis idade e sexo

Para fins de análise de dados, os participantes foram divididos em três categorias, sendo o grupo 1, de 7 a 8 anos de idade ($n = 17$), grupo 2, de 9 a 10 anos ($n = 56$) e grupo 3, de 11 a 13 anos ($n = 27$). A Tabela 1 apresenta a frequência do raciocínio moral apresentado pelos participantes nos quatro dilemas envolvendo situações do cotidiano escolar, em função de suas idades.

Houve uma predominância de julgamentos do tipo heterônomo nos dilemas de cola e de trapaça (85% e 68% respectivamente), enquanto que nos dilemas de doação e divisão, a predominância foi da autonomia (69% e 70%). O teste Qui-quadrado indicou que essa predominância foi estatisticamente significativa (Dilema cola: $\chi^2 = 49,00$; g.l. = 1; $p < 0,001$; Dilema doação: $\chi^2 = 58,46$; g.l. = 2; $p < 0,001$; Dilema divisão: $\chi^2 = 64,34$; g.l. = 2; $p < 0,001$; Dilema trapaça: $\chi^2 = 65,84$; g.l. = 2; $p < 0,001$).

Esse dado sugere que, de maneira geral, quando o dilema envolve situações de distribuição de bens, as crianças possuem uma tendência a utilizar contratos sociais, bem como, a considerar os vários aspectos envolvidos em um contexto de distribuição, como merecimento, necessidade, dentre outros. No entanto, é importante salientar que, observado o tipo de julgamento em função da idade, os sujeitos mais novos apresentaram uma predominância maior da heteronomia do que da autonomia, de modo que apenas no dilema de divisão, as crianças mais novas foram mais autônomas do que heterônomas.

Assim, a maior frequência de crianças autônomas foi encontrada nos grupos 2 – de 9 e 10 anos ($\chi^2 = 12,69$; g.l. = 4; $p = 0,13$) e no grupo 3 - de 11 a 13 anos ($\chi^2 = 10,62$; g.l. = 4; $p = 0,31$) quando submetidas aos dilemas de doação e de divisão. Esse dado indica que quanto mais velha a criança, maior a sua evolução moral envolvendo situações de distribuição de bens, saindo de um raciocínio heterônomo para um raciocínio mais autônomo. Não foram

encontradas diferenças significativas entre os grupos etários, no que se refere ao raciocínio moral proveniente dos dilemas de cola e de trapaça.

Tabela 1 - Frequência das respostas dos participantes quanto ao julgamento moral em função da idade

Dilemas	Raciocínio moral	7 a 8 anos	9 a 10 anos	11 a 13 anos
Dilema Cola	Heteronomia	16 (94%)	49 (87,5%)	20 (74,1%)
	Autonomia	1 (5,9%)	7 (12,5%)	7 (25,9%)
	Sem classificação	0	0	0
Dilema Doação sorteio	Heteronomia	7 (41,2%)	11 (19,6%)	2 (7,4%)
	Autonomia	6 (35,3%)	41 (73,2%)	22 (81,5%)
	Sem classificação	4 (23,5%)	4 (7,2%)	3 (11,1%)
Dilema Divisão trabalho	Heteronomia	7 (41,2%)	15 (26,8%)	1 (3,7%)
	Autonomia	8 (47,1%)	38 (67,8%)	24 (88,9%)
	Sem classificação	2 (11,7%)	3 (5,4%)	2 (7,4%)
Dilema trapaça	Heteronomia	14 (82,4%)	39 (69,6%)	15 (55,6%)
	Autonomia	3 (17,6%)	15 (26,8%)	12 (44,4%)
	Sem classificação	0	2 (3,6%)	0

Fonte: O autor (2020)

Além do raciocínio moral das crianças, foi observado o tipo de justiça retributiva adotado especificamente no dilema de cola. A tabela 2 apresenta a frequência de respostas dos participantes quanto a este dado, demonstrando que houve uma frequência maior de respostas do tipo expiatória entre os meninos ($\chi^2 = 11,17$; g.l. = 2; $p = 0,004$) e entre as crianças mais novas ($\chi^2 = 17,57$; g.l. = 4; $p = 0,001$), em comparação com as meninas e as crianças de outras idades, respectivamente.

Tabela 2 - Frequência das respostas dos participantes quanto à justiça retributiva em função da idade e do sexo

Justiça Retributiva	7 a 8 anos	9 a 10 anos	11 a 13 anos	Meninos	Meninas
Expiatória	14 (82,4%)	32 (57,1%)	7 (25,9%)	29 (46%)	24 (64,9%)
Pedagógica	2 (11,7%)	14 (25%)	7 (25,9%)	12 (19,1%)	11 (29,7%)
Sem classificação	1 (5,9%)	10 (17,9%)	13 (48,2%)	22 (34,9%)	2 (5,4%)

Fonte: O autor (2020)

Os dados apontaram ainda que as meninas se autodeclararam mais empáticas ($M= 2,41$; $D.P.= 0,19$) do que os meninos ($M= 2,23$; $D.P.= 0,25$). O teste U de Mann-Whitney indicou que essa diferença nas médias é estatisticamente significativa ($Z= -3,634$; $p<0,001$). Também foram encontradas diferenças significativas nas médias de empatia em função da faixa etária. Logo, o grupo 1, obteve uma média de 2,25 ($D.P.= 0,15$), o grupo 2, uma média de 2,36 ($D.P.= 0,25$) e o grupo 3, uma média de 2,38 ($D.P.= 0,20$). O teste U de Mann-Whitney apontou que as diferenças ocorreram quando comparados os grupos 1 e 2 ($Z= -2,376$; $p= 0,017$) e os grupos 1 e 3 ($Z= -2,383$; $p= 0,017$). Logo, compreende-se que quanto mais desenvolvido o sujeito, maiores níveis de empatia ele apresentará.

Relações entre as variáveis empatia, apego, desengajamento e julgamento moral

A Correlação ponto-bisserial (r_{pb}) apontou para a existência de associações entre os fatores do desengajamento moral (DM.F1 Comparação e DM.F2 Proteção) e as medidas de apego (Tabela 3), sendo esta correlação negativa apenas quando o apego era do tipo seguro. Salienta-se que não foram encontradas correlações significativas entre a terceira dimensão da EDMC e as dimensões da escala de apego.

A empatia, por sua vez, correlacionou-se de forma fraca e negativa com o fator DM.F1 Comparação da escala de desengajamento moral ($r_{pb} = -0,261$; $p= 0,009$) e com o fator Apego

Evitante da escala ERA ($r_{pb} = -0,250$; $p = 0,006$). Já a correlação entre empatia e Apego seguro foi positiva ($r_{pb} = 0,255$; $p = 0,005$).

A correlação de Spearman demonstrou ainda que sujeitos que pontuaram mais na dimensão DM.F3 Minimização e na medida geral de desengajamento moral foram mais generosos ao dividir os bens no dilema divisão ($\rho = 0,235$, $p = 0,019$; $\rho = 0,201$, $p = 0,044$ respectivamente). Ademais, os sujeitos que desengajaram mais moralmente apresentaram um raciocínio moral do tipo heterônomo no dilema que versava sobre a trapaça ($M = 1,64$; $D.P. = 0,26$), sendo essa diferença estatisticamente significativa ($Z = -4,285$; $p < 0,001$).

Tabela 3 - Correlação ponto-bisserial (r_{pb}) entre as dimensões das escalas ERA e os fatores de Desengajamento Moral

Apego		DM.F1 Comparação	DM.F2 Proteção	DM.F3 Minimização	DM. Total
Seguro	r_{pb}	-0,220	-0,257	-0,094	-0,261
	p	0,014	0,005	0,176	0,004
Desorganizado	r_{pb}	0,189	0,252	0,106	0,259
	p	0,030	0,006	0,148	0,005
Ansioso	r_{pb}	0,032	0,345	-0,004	0,262
	p	0,375	0,001	0,485	0,004
Evitante	r_{pb}	0,227	0,239	-0,003	0,263
	p	0,011	0,008	0,487	0,004

Nota: DM.F1 Comparação = Comparação Vantajosa e Atribuição de culpa; DM.F2 Proteção = Desengajamento por proteção; DM.Total = Desengajamento Total.

Fonte: O autor (2020)

Foram realizadas ainda, análises de regressão linear múltipla com ordem fixa para verificar o valor preditivo dos componentes afetivos empatia e apego sobre o fator DM.F1 Comparação, da EDMC. Para tanto, a partir do método *Fixed Step*, considerou-se como variável dependente o fator DM.F1 Comparação e como variáveis independentes o apego e a empatia, de modo que essas duas VI's alternaram como primeiro e segundo passo.

Tabela 4 – Análise de Regressão Múltipla com ordem fixa tendo como variável dependente Comparação Vantajosa e Atribuição de culpa e como independentes o apego e a empatia

Modelos	R	R ²	R ² corrigido	EP	R ² Change	F ^{Change}	gl ¹	gl ²	P
Modelo 1									
Passo 1- ERA Seguro	,231	,053	,044	,097	,053	5,517	1	98	,021
Passo 2- Empatia Geral	,324	,105	,086	,095	,051	5,566	1	97	,020
Modelo 2									
Passo 1- Empatia Geral	,273	,075	,065	,096	,075	7,919	1	98	,006
Passo 2- ERA Seguro	,324	,086	,086	,095	,030	3,240	1	97	,075

Fonte: O autor (2020)

Os resultados da regressão indicaram que quando o apego seguro (ERA seguro) é adicionado como primeiro passo (modelo 1) ele apresenta um valor preditivo significativo do fator Comparação Vantajosa e Atribuição de culpa, explicando 5,3% da variância [$F^{\text{change}}(1,98) = 5,517$; $p=0,021$]. No entanto, quando a Empatia é adicionada como primeiro passo (Modelo 2), o apego seguro deixa de ser significativo explicando só 3% da variância [$F^{\text{change}}(1,97) = 3,24$; $p=0,075$]. Por outro lado, Empatia apresenta valores preditores significativos do fator Comparação Vantajosa e Atribuição de culpa independentemente do controle da variável Apego. Neste sentido, compreende-se que a relação entre apego seguro e a dimensão Comparação Vantajosa e Atribuição de culpa do desengajamento moral é mediada pela Empatia.

Relações entre as variáveis: empatia, apego, desengajamento e comportamento moral

A correlação de Spearman apontou índices significativos quando comparadas as variáveis idade, série, empatia e evitamento com os comportamentos de doação de bens adquiridos através de um sorteio. No entanto, como pode ser observado na Tabela 5, as variáveis empatia e evitamento não apresentaram correlações significativas na tarefa de distribuição dos

bens adquiridos por meio do jogo, o que indica que esses elementos afetivos mobilizam a distribuição de bens apenas quando são adquiridos sem esforço pessoal.

Tabela 5 – Correlação de Spearman das variáveis empatia, apego, idade e série com a quantidade de bens doadas na tarefa do sorteio e do jogo

Variáveis		Sorteio	Jogo
Empatia	rho	0,290	0,133
	<i>p</i>	0,003	0,094
Evitamento	rho	-0,245	-0,043
	<i>p</i>	0,014	0,335
Idade	rho	0,218	0,258
	<i>p</i>	0,030	0,005
Série	rho	0,242	0,290
	<i>p</i>	0,015	0,002

Fonte: O autor (2020)

A correlação de Spearman demonstrou ainda uma relação negativa entre a terceira dimensão da escala de desengajamento moral (DM.F3 Minimização) com a medida que avaliava a Congruência entre o julgamento e o comportamento de trapaça (se o que ele afirma sobre a trapaça no dilema é o mesmo que ele faz no jogo “Quem sabe mais”) (rho -0,210; $p=0,036$).

Para testar o modelo preditor das variáveis DM.F3 Minimização, tipos de apego, empatia, sexo, série e idade sobre a variável Congruência, foi realizada a Regressão Linear pelo método *stepwise*. No entanto, apenas a variável DM.F3 Minimização apresentou significância (Wald = 5,642; $gl= 1$; $p= 0,018$). Deste modo, conforme modelo proposto na Tabela 6, se considerarmos o fator DM.F3 Minimização como variável independente e a medida de Congruência como variável dependente, é possível compreender que, quanto maior o escore do sujeito na utilização de estratégias que minimizem as consequências de seus atos, menos congruente ele será entre o que ele pensa e o que ele faz sobre a trapaça em jogos.

Tabela 6 - Regressão Logística para a congruência entre o julgamento e comportamento moral de trapaça (Variável Dependente)

Variável na Equação	B	S.E.	Wald	gl	p	Exp(B)
DM.F3 Minimização*	-1,759	,740	5,642	1	,018	,172
Constante	3,520	1,130	9,701	1	,002	33,785

*Desengajamento moral: Minimização do ato transgressor

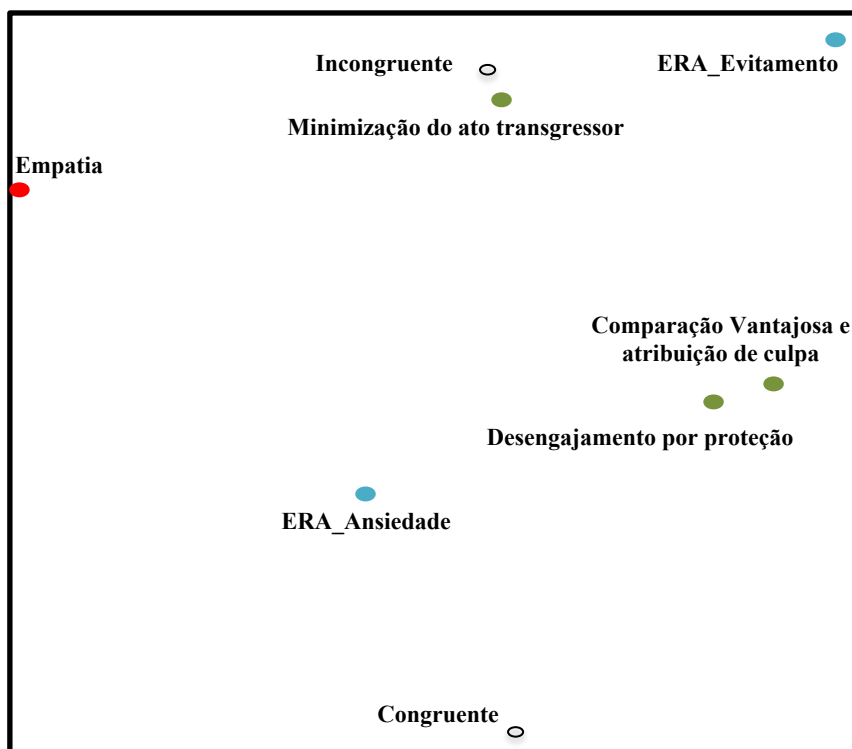
Fonte: O autor (2020)

Por fim, a estrutura relacional entre as três dimensões do desengajamento moral, as medidas de apego, a empatia e a congruência/incongruência entre o julgamento e comportamento moral de trapaça (variáveis externas), foi avaliada por meio de uma análise SSA (*Monotonicity*), a qual apresentou um coeficiente de alienação de 0,044, indicando que a solução é adequada para interpretação dos dados. A partir da SSA percebeu-se que as variáveis DM.F3 Minimização e Congruência projetaram-se em regiões oposta no campo dimensional euclidiano. Este resultado corrobora o modelo proposto pela Regressão apresentada anteriormente.

A SSA indicou ainda que o apego do tipo evitante projetou-se em uma região próxima as variáveis incongruente e DM.F3 Minimização, enquanto o apego do tipo ansioso ocupou uma região distante e oposta a essas variáveis. Neste sentido, compreende-se que as crianças com perfil evitante preocupam-se menos em manter seus padrões morais, sendo mais incongruentes entre o que dizem e o que fazem a respeito da trapaça em jogos. Já as crianças ansiosas tendem a congruência, considerando sua necessidade de aprovação social.

Outro dado interessante que pode ser observado na SSA é a projeção da variável empatia, tendo em vista que a mesma encontra-se em uma região próxima as variáveis incongruente, DM.F3 Minimização e apego evitante. Compreende-se que, de algum modo, a empatia está mais relacionada ao comportamento de incongruência do que de congruência entre o julgamento e comportamento moral de trapaça, o que não era esperado teoricamente. Logo, são necessários novos estudos para que essa relação seja melhor investigada na infância.

Figura 1: Análise da Estrutura de Similaridade (Projeção 1x2 da dimensionalidade 2D) das dimensões da escala de DM (3: Comparação Vantajosa e atribuição de culpa, Desengajamento por proteção e minimização do ato transgressor.), Apego (2: Evitamento e Ansiedade) e Empatia, tendo Congruência (2: Congruente e Incongruente) com variável externa.



Fonte: O autor (2020)

DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho objetivou verificar as relações entre a empatia, o apego, o desengajamento, comportamento e o julgamento moral na infância. No que se refere ao perfil dos participantes, foi possível observar que, de maneira geral, os estudantes eram mais autônomos moralmente, à medida que a idade avançava. Esse achado, assim como os de estudos mais atuais, corrobora a própria teoria Piagetiana (1932/1994) que indica uma evolução moral associada à idade do sujeito (Reis & Sampaio, 2019; Sampaio & Camino, 2017).

Além da idade, o conteúdo semântico dos dilemas também parece influenciar significativamente no raciocínio moral das crianças, uma vez que no dilema em que era necessário dividir bens os sujeitos apresentaram uma moral mais autônoma, enquanto que nos

dilemas envolvendo transgressão a regras, houve uma maior incidência de respostas heterônomas. Neste sentido, o raciocínio empregado nos dilemas de cola e de trapaça apoiava-se no respeito às regras por temer uma punição, enquanto que nos dilemas de distribuição (de doação e divisão) as crianças consideraram as situações particulares de cada personagem envolvido nos dilemas.

Esse resultado pode ser compreendido se considerarmos que, em situação de distribuição de bens, a partir dos 7 anos, a criança tem uma aversão a desigualdade (Malti, et al, 2016; Fehr, Bernhard & Rockenbach, 2008), preocupando-se mais com a manutenção das relações cooperativas e com os respeitos mútuos entre os envolvidos. Logo, raciocínios morais baseados nessa prerrogativa podem ser compreendidos como autônomos (Piaget, 1932/1994).

Já em se tratando do raciocínio moral acerca da transgressão de regras, há uma influência maior do egocentrismo que direciona a criança para o respeito unilateral, caracterizando-se assim como heterônomo (Gomes & Chakur, 2005). Ademais, as crianças têm adotado princípios heterônomos para explicar seu raciocínio moral sobre a trapaça, embora considerem esse tipo de comportamento como algo errado (Benetti, 2009).

Esse modo de raciocínio moral somado ao fato de que o ambiente escolar estimula a generosidade e a solidariedade a partir da partilha de bens (De Alencar, et al, 2018) e reprime a emissão de comportamento que infringem as regras (Gomes & Chakur, 2005), fazem com que a criança assuma padrões morais distintos conforme a situação analisada. Embora esse fato aparente uma incongruência na noção de justiça da criança (hora assumem um posicionamento heterônomo, hora autônomo), esse aspecto faz jus as características pouco lineares do desenvolvimento humano.

Mesmo considerando o fato de que, na perspectiva Piagetiana (1932/1994), a noção de justiça se desenvolverá a partir de etapas distintas (da heteronomia a autonomia), o raciocínio moral será pautado no amadurecimento cognitivo da criança, somado as reflexões advindas da interação do sujeito com o meio. Logo, as decisões acerca do que será justo em determinada situação será baseada na leitura que a criança fará de determinada situação, que poderá representar um pensamento autônomo em alguns contextos e uma reflexão heterônoma em outros. Neste sentido, além da faixa etária, é necessário verificar qual contexto está sendo analisado pela criança para que se compreenda seu nível de desenvolvimento moral.

No que se refere à noção de justiça, constatou-se nesse estudo que os sujeitos até 10 anos de idade optam mais pelo tipo expiatório, enquanto que os alunos mais velhos utilizam

igualmente tanto argumentos expiatórios quanto pedagógicos. Embora Piaget (1932/1994) tenha presumido que a sanção pró-reciprocidade é mais frequente entre as crianças mais velhas, um estudo realizado por Cunha, et al (2009) mostrou que os adolescentes dos anos 2000 já apresentavam uma predisposição maior a justiça expiatória, o que corrobora os achados do presente estudo.

Os meninos adotaram justificativas expiatórias em maior frequência do que as meninas, sendo este resultado compatível com os achados de Cunha et al (2009). A literatura tem demonstrado que o raciocínio moral de homens e mulheres são distintos qualitativamente, de modo que, as meninas apresentam uma tendência maior ao cuidado quando resolvem seus problemas na vida real. Já os meninos são mais objetivos e tendem a resolver seus conflitos com maior imparcialidade e obediência às regras (Pessotti, 2015).

Além de menos expiatórias, as meninas se autodeclararam mais empáticas do que os meninos. Esse resultado é interessante, pois, embora as proposições teóricas indiquem que essa diferença do nível de empatia em função do gênero seja uma questão cultural, alguns estudos têm encontrado sistematicamente esse mesmo padrão de resultados (Sampaio & Camino, 2017; Navarro Saldaña, Maluenda Albornoz & Varas Contreras, 2016; Cardozo, Dubini, Fantino & Ardiles, 2011; Sampaio, et al, 2011).

Nesta direção, os resultados do presente estudo, associados aos dados já presentes na literatura, indicam uma predisposição maior das meninas para a empatia, tendo em vista os arranjos socioculturais que relacionam esse gênero ao cuidado e a disposição para observar e se sensibilizar com o estado emocional do outro. Essa predisposição também tem sido influenciada pelo nível de desenvolvimento, de modo que, sujeitos mais velhos têm alcançado níveis maiores de empatia, conforme apontado por este e outros estudos (Bezerra, Santos & Fernandes, 2018; Sampaio & Camino, 2017; Formiga, 2013; Pinho, Fernandes & Falcone, 2011).

Em se tratando da relação entre as variáveis dependentes desse estudo, constatou-se que a relação entre o apego seguro e a dimensão comparação vantajosa e atribuição de culpa do desengajamento moral é mediada pela empatia. Neste sentido, é possível presumir a importância de aspectos afetivos para o desenvolvimento moral, uma vez que, aparentemente, mobilizar-se afetivamente pela situação do outro auxilia na manutenção dos padrões morais (Bussey, Quinn & Dobson, 2015).

No entanto, embora a literatura tenha demonstrado que o tipo de apego influencia nos níveis de empatia do sujeito (Williams, Brown, McKenna, Beovich & Etherington, 2017;

Panfile & Laible, 2012), percebeu-se no presente estudo que, na infância, essa relação ainda não está totalmente consolidada, já que a regressão demonstrou que o apego não afeta a empatia quando relacionado à medida de desengajamento moral. Deste modo, compreende-se que as crianças utilizam os aspectos afetivos para manter-se em seus padrões morais, porém, a empatia é um componente que se destaca nessa relação.

Sendo assim, o fato de o apego seguro e a empatia terem se relacionado com o baixo nível de desengajamento moral, demonstra a importância do componente afetivo para a moralidade. Ao desenvolverem um apego do tipo seguro, as crianças são mais propícias a mobilizarem-se afetivamente com a situação do outro (Williams, et al., 2017; Panfile & Laible, 2012) e isso, por sua vez, aparentemente as impedirá de justificarem suas ações pouco morais culpabilizando a vítima, ou utilizando mecanismos de desengajamento moral (Bussey, Quinn & Dobson, 2015), ou seja, uma maior predisposição ao cuidado com o outro pode levar as pessoas a serem mais moralmente engajadas.

Embora a relação entre a empatia, apego e desengajamento moral tenha ficado clara no presente estudo, esses aspectos afetivos se relacionaram significativamente com o comportamento moral apenas na tarefa do sorteio. Deste modo, quando o indivíduo adquire um bem sem empregar esforços para tal, a empatia e o apego seguro, aparentemente, impulsionam a criança a ser mais generosa, o que não ocorre quando o bem é proveniente de esforço pessoal.

Mesmo a literatura tendo demonstrado que crianças empáticas são mais generosas ao doarem bens (Sampaio & Camino, 2017), é importante ressaltar que as dimensões cognitivas da empatia possibilitam uma análise minuciosa sobre o contexto de distribuição. Neste sentido, ao tomar a perspectiva do outro, a criança será capaz de analisar profundamente o contexto de distribuição de bens e considerar as pistas situacionais disponíveis na situação para que sejam mais justas durante essa distribuição (Sampaio, Monte, Camino & Roazzi, 2008). Logo, em uma situação na qual a pista situacional disponível é ser sorteado ou não, os elementos afetivos serão acionados mais frequentemente durante uma distribuição de bens, do que quando a situação analisada já determine quem é o merecedor de um prêmio (tarefa do jogo).

Ainda em se tratando do comportamento moral propriamente dito, os resultados desse estudo indicou que as crianças que desengajam moralmente a partir da minimização do ato transgressor tendem a ser menos congruente entre o que dizem e o que fazem sobre trapaça. Esse resultado é coerente com a teoria que explica o desengajamento moral (Bandura, Azzi & Tognetta, 2015), tendo em vista que, dizer que a trapaça é algo errado e mesmo assim trapacear já é uma forma de se desprender de seus padrões morais para o autofavorecimento. Logo, a

incoerência entre o julgamento e o comportamento moral pode ser explicada pelo desengajamento moral.

Além disso, foi possível observar que os sujeitos que apresentam apego do tipo evitante são mais propensos à incongruência entre o dizem e o que fazem sobre trapaça, enquanto os sujeitos ansiosos tendem mais para a congruência. Esse dado é compreensível se considerarmos o fato de que pessoas evitantes preocupam-se menos com questões ligadas a injustiça enquanto sujeitos ansiosos são contrários a comportamentos de injustiça e maldade (Robinson, Joel & Plaks, 2015; Koleva, Selterman, Iyer, Ditto & Graham, 2014).

Por fim, dois resultados apresentados nesse estudo precisam ser melhores compreendidos em investigações futuras, devido a sua incoerência com a literatura. O primeiro, diz respeito à relação da empatia com o fator DM.F3 Minimização, com o apego do tipo Evitamento e com a variável incongruente. Embora não tenha sido um resultado esperado, Batson et al. (1995) já haviam apontado que a empatia em excesso pode impulsionar o sujeito a agir contra seus próprios princípios morais para beneficiar alguém, o que também pode ter ocorrido no presente estudo.

Por fim, o segundo resultado incoerente observado no presente estudo, foi que os sujeitos que apresentaram altos índices de desengajamento moral foram mais generosos ao distribuírem os bens no dilema de divisão. É possível compreender esse dado se considerarmos que esse dilema envolve uma situação na qual um dos personagens pouco contribuiu na realização de uma tarefa. Logo, doar mais bens para esse personagem de fato fere a regra moral de que quem trabalha mais deve receber mais por isso, o que induziria o sujeito a traçar um raciocínio compatível com o desengajamento moral.

Ademais, esse resultado indica ainda que os sujeitos que pontuam mais em desengajamento moral podem ser mais susceptíveis a desejabilidade social, buscando emitir comportamentos compatíveis com o que a sociedade espera. Logo, aparentemente, as crianças que desengajam moralmente tendem a ignorar uma regra da justiça baseada no esforço e representam uma falsa generosidade (neste caso, doar mais pontos) apenas para agir conforme a sociedade idealiza. No entanto, como não foram identificados estudos que relacionem o julgamento distributivo com o desengajamento moral na população infantil, faz-se necessário o desenvolvimento de investigações mais sistemáticas para que essa hipótese seja mais bem avaliada.

Diante do exposto, os resultados encontrados nesse estudo dão indícios de que além da empatia, o apego também influencia no raciocínio moral na população infantil, especialmente na capacidade do sujeito de desprender-se de seus padrões morais para justificar seus comportamentos pouco aceitos socialmente. Logo, corrobora-se a prerrogativa presente na literatura, e pontada por Hoffman (2000), de que o raciocínio moral é fortemente influenciado pelos aspectos afetivos.

REFERÊNCIAS

- Ainsworth, M. D. S., Blehar, M. C., Waters, E., & Wall, S. (1978). *Patterns of attachment: A psychological study of the strange situation*. Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Amorim, D. A., Sampaio, L. R., & Cabral, G. R. E. (2018). Altruism and empathy in situations involving unpredictable personal cost. *Ciencias Psicológicas*, 12(1), 7-15. <http://dx.doi.org/10.22235/cp.v12i1.1589>
- Anastácio, S., & Lima, L. N. (2015). A relação entre a vinculação ao pai e à mãe e a empatia no início da adolescência. *Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente*. Lisboa, 6(1), 109-123
- Araújo, E. P. D. (2016). *Agressão social entre estudantes através das redes sociais virtuais e sua relação com o desengajamento moral*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas- SP
- Bandura, A. (1986). Social foundations of thought and action: A social cognitive theory. *Englewood Cliffs*, NJ: Prentice-Hall.
- Bandura, A.; Barbaranelli, C.; Caprara, G. V. & Pastorelli, C. (1996). Mechanisms of moral disengagement in the exercise of moral agency. *Journal of personality and social psychology*, 71(2), 1996, p. 364
- Bandura, A.; Azzi, R. G. & Tognetta, T. (2015). *Desengajamento Moral: teoria e pesquisa a partir da teoria social cognitiva*. Campinas- SP: Mercado de Letras.
- Bao, Z., Zhang, W., Lai, X., Sun, W., & Wang, Y. (2015). Parental attachment and Chinese adolescents' delinquency: The mediating role of moral disengagement. *Journal of adolescence*, 44, 37-47.

- Batson, C. D., Thompson, E. R., Seuferling, G., Whitney, H., & Strongman, J. A. (1999). Moral hypocrisy: appearing moral to oneself without being so. *Journal of personality and Social Psychology*, 77(3), 525.
- Batson, CD, Klein, TR, Highberger, L., & Shaw, LL (1995). Imoralidade do altruísmo induzido pela empatia: quando a compaixão e a justiça entram em conflito. *Jornal da personalidade e psicologia social*, 68 (6), 1042.
- Benetti, A. A. C. F. (2009). *Vivências morais na escola: uma análise piagetiana sobre crianças de 5 a 6 anos em situações de jogos infantis*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia- UNESP. Presidente Prudente, São Paulo.
- Bezerra, D. S, Santos, F. O. P. dos, & Fernandes, S. C. S. (2018). Relações entre julgamento moral, racismo e empatia em crianças. *Cadernos de Pesquisa*, 48(170), 1130-1147. <https://dx.doi.org/10.1590/10.1590/198053145156>
- Bowlby, J. (2002). *Apego e perda: Apego*. V.1. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes.
- Brennan, K., Clark, C.L., & Shaver, P.R. (1998). *Self-report measurement of adult attachment: an integrative overview*. (46-76). In J.A. Simpson & P.R. Shaver (Eds.) *Attachment theory and close relationships*. New York, Guilford Press.
- Bryant, B. K. (1982). An index of empathy for children and adolescents. *Child Development*, 53, 413-425.
- Bussey, K., Quinn, C., & Dobson, J. (2015). The moderating role of empathic concern and perspective taking on the relationship between moral disengagement and aggression. *Merrill-Palmer Quarterly*, 61(1), 10-29.
- Cardozo, Griselda, Dubini, Patricia, Fantino, Ivana, & Ardiles, Romina. (2011). Life Skills in Adolescents: Factors Predictors of Empathy. *Psicología desde el Caribe*, 28, 107-132. Retrieved January 13, 2020, from http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0123-417X2011000200006&lng=en&tlng=en.
- Carlo, G., McGinley, M., Hayes, R., Batenhorst, C., & Wilkinson, J. (2007). Parenting styles or practises? Parenting, Sympathy and Prosocial Behaviors among adolescents. *The Journal of Genetic Psychology*, 168, 147-176

- Cunha, M. F. P. C. da, Valentin, A. S., Lisboa, D. C. S., Monteiro, E. C. M. & Xander, P. (2009). Indisciplina e senso de justiça em adolescentes do ensino médio. *Educar em Revista*, 35, 197-210. <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-40602009000300015>
- Davis, M. H. (1983). Measuring individual differences in empathy: evidence for a multidimensional approach. *Journal of Personality and Social Psychology*, 44, 113-136
- De Alencar, H. M., De Marchi, B. F., Couto, L. L. M., Romaneli, M. S., & de Lima, M. G. (2018). Educação em valores morais: práticas de profissionais no contexto escolar. *Revista de Ciências Humanas*, 52, 1-22.
- Fehr, E., Bernhard, H., & Rockenbach, B. (2008). Egalitarianism in young children. *Nature*, 454(7208), 1079.
- Formiga, N. S. (2013). Os jovens e o reconhecimento da empatia: análise descritiva da reatividade interpessoal em jovens de diferentes contextos sociais. *Revista De Psicologia*, 4(1), 75-82. Recuperado de <http://periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/792>
- Galvão, L. (2010). *Desenvolvimento moral e empatia: medidas, correlatos e intervenções educacionais*. Tese de Doutorado, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, Brasil.
- Galvão, L. (2010). *Desenvolvimento moral e empatia: medidas, correlatos e intervenções educacionais*. Tese de Doutorado, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, Brasil.
- Gini, G., Pozzoli, T., & Hymel, S. (2014). Moral disengagement among children and youth: A meta-analytic review of links to aggressive behavior. *Aggressive behavior*, 40(1), 56-68.
- Gomes, L. R., & Chakur, C. R. D. S. L. (2005). Crianças e adolescentes falam sobre a mentira: contribuições para o contexto escolar. *Ciências & Cognição*, 6, 33-43.
- Gusmão, E. E. S. (2009). *Estilos de apego e raciocínio moral em adolescentes*. 2009. 181 f. Tese de doutorado. Universidade de Pernambuco. Recife-PE.
- Hoffman, M. L. (2000). *Empathy and moral development: implications for caring and justice*. New York: Cambridge University Press.
- Kirst-Conceição, da C, A., & Martinelli, de C, S. (2014). Análises psicométricas iniciais de uma escala de empatia infantojuvenil (EEmpa-IJ). *Avaliação Psicológica*, 13(3).

- Koleva, S., Selterman, D., Iyer, R., Ditto, P., & Graham, J. (2014). The moral compass of insecurity: Anxious and avoidant attachment predict moral judgment. *Social Psychological and Personality Science*, 5(2), 185–194.
- Koller, S. H., Camino, C., & Ribeiro, J. (2002). Adaptação e validação de duas escalas de empatia para uso no Brasil. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 18(3), 43-53.
- Malti, T., Gummerum, M., Ongley, S., Chaparro, M., Nola, M., & Bae, N. Y. (2016). “Who is worthy of my generosity?” Recipient characteristics and the development of children’s sharing. *International Journal of Behavioral Development*, 40(1), 31-40.
- Mikulincer, M., Gillath, O., Halevy, V., Avihou, N., Avidan, S., & Eshkoli, N. (2001). Attachment theory and reactions to others' needs: Evidence that activation of the sense of attachment security promotes empathic responses. *Journal of personality and social psychology*, 81(6), 1205.
- Navarro Saldaña, G., Maluenda Albornoz, J., & Varas Contreras, M. (2016). Diferencias en empatía según sexo y área disciplinar en estudiantes universitarios chilenos de la provincia de Concepción, Chile. *Educación*, 25(49), 63-82.
- Otiz, M. J., Apodaka, P., Etxeberria, I., Ezeiza, A., Fuentes, M. J., & López, F. (1993). Algunos predictores de la conducta prosocial-altruista en la infancia: empatía, toma de perspectiva, apego, modelos parentales, disciplina familiar e imagen del ser humano. *Revista de Psicología Social*, 8(1), 83-98.
- Panfile, T. M., & Laible, D. J. (2012). Attachment security and child's empathy: The mediating role of emotion regulation. *Merrill-Palmer Quarterly (1982)*, 1-21.
- Péloquin, K., Lafontaine, M. F., & Brassard, A. (2011). A dyadic approach to the study of romantic attachment, dyadic empathy, and psychological partner aggression. *Journal of social and personal relationships*, 28(7), 915-942.
- Pessotti, A. M. (2015). *Desenvolvimento Moral e Trapaça: um estudo com crianças e adolescentes*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP) da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Vitória, Espírito Santo, Brasil.
- Piaget, J., (1932/1994). *O juízo moral na criança*. São Paulo: Summus (originalmente publicado em 1932).
- Pinho, Vanessa Dordron de, Fernandes, Conceição Santos, & Falcone, Eliane Mary de Oliveira. (2011). Influence of age and schooling degree on adults’ empathic experience. *Estudos e*

- Pesquisas em Psicologia*, 11(2), 456-471. Retrieved January 13, 2020, from http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812011000200006&lng=en&tlng=en.
- Roazzi, A. Vermigli, P. & Roazzi, M. (2009). *Validação do Escala das Relações Afetivas de Amizade (ERA)*: Uma medida para avaliar apego em crianças e adolescentes. Recife: PPG em Psicologia Cognitiva, UFPE.
- Robinson, J. S., Joel, S., & Plaks, J. E. (2015). Empathy for the group versus indifference toward the victim: Effects of anxious and avoidant attachment on moral judgment. *Journal of Experimental Social Psychology*, 56, 139-152.
- Sampaio, L. R., & Camino, C. (2017). Ajudar o próximo ou ser recompensado? Comportamento distributivo infantil em situações envolvendo mérito e altruísmo. *Psico*, 48(3), 186-194.
- Sampaio, L. R., Guimarães, P. R. B., dos Santos, C. P., Formiga, N. S., & Menezes, I. G. (2011). Estudos sobre a dimensinalidade da empatia: tradução e adaptação do Interpersonal Reactivity Index (IRI). *Psico*, 42(1), 67-76.
- Sampaio, L. R., Monte, F. D. C., Camino, C., & Roazzi, A. (2008). Justiça distributiva e empatia em adolescentes do nordeste brasileiro. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21(2), 275-282.
- Siqueira, M. A. D. (2005). *Julgamento moral: uma análise de resolução de dilemas morais por crianças e jovens adultos*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, Recife-Brasil.
- Stern, J. A., Borelli, J. L., & Smiley, P. A. (2015). Assessing parental empathy: A role for empathy in child attachment. *Attachment & human development*, 17(1), 1-22.
- Teymoori, A., & Shahrazad, W. (2012). Relationship between mother, father, and peer attachment and empathy with moral authority. *Ethics & Behavior*, 22(1), 16-29.
- Thompson, R. A., & Hoffman, M. L. (1980). *Empathy and the development of guilt in children*. *Developmental Psychology*, 16(2), 155–156. doi:10.1037/0012-1649.16.2.155
- Tognetta, L., Avilés, J. M., Rosário, P., & Alonso, N. (2015). Desengajamentos morais, autoeficácia e bullying: a trama da convivência|| Moral disengagement, self-efficacy and bullying: the framework of coexistence studies. *Revista De Estudios E Investigación En Psicología Y Educación*, 2(1), 30-34.

- Wei, M., Liao, K. Y. H., Ku, T. Y., & Shaffer, P. A. (2011). Attachment, self-compassion, empathy, and subjective well-being among college students and community adults. *Journal of Personality*, 79(1), 191-221.
- Williams, B., Brown, T., McKenna, L., Beovich, B., & Etherington, J. (2017). Attachment and empathy in Australian undergraduate paramedic, nursing and occupational therapy students: A cross-sectional study. *Collegian*, 24(6), 603-609.

8 CONCLUSÕES GERAIS

A presente tese apresentou dois artigos científicos que propiciaram maiores compreensões quanto aos aspectos teóricos e empíricos que explicam a influência dos elementos afetivos sobre a noção de justiça. Além de compreender o papel da empatia e do apego sobre o raciocínio moral, esse trabalho trouxe à tona a necessidade de se avaliar não apenas o julgamento, mas também o comportamento moral das crianças. Ademais, esse estudo contribuiu, por meio de dois artigos científicos, para a área da avaliação psicológica ao adaptar e testar instrumentos psicométricos que avaliam o apego e o desengajamento moral em crianças brasileiras.

Assim, considerando a complexidade dos construtos apego e desengajamento moral, presume-se que o uso de desenhos ilustrativos para cada item das escalas auxiliou na obtenção de índices psicométricos adequados, já que esses dispositivos tornavam as alternativas mais concretas. Nesta direção, dispor de instrumentos que utilizem estratégias que melhoram a compreensão da semântica dos itens, é algo importante para a avaliação psicológica já que a linguagem escrita nem sempre é bem compreendida pela criança. Lembrando que essa eficiência já havia sido apontada por Gomes (2015) quando o mesmo utilizou uma escala gráfica para avaliar valores morais em crianças.

A adaptação dos dois instrumentos foi importante tendo em vista que o Brasil ainda não dispunha de escalas psicométricas que avaliassem o desengajamento moral e o apego ansioso e evitante em crianças. Logo, ter instrumentos que auxiliem na avaliação desses dois construtos na infância possibilita que sejam precocemente traçadas estratégias que auxiliem as crianças a desprenderem-se menos de seus padrões morais, bem como, para que sejam proporcionadas relações afetivas estáveis que levem em consideração o tipo de apego desenvolvido na primeira infância.

Apenas após a consolidação desses dois instrumentos como medida do desengajamento moral e do apego, foi possível atingir o objetivo principal desta tese através dos dois últimos artigos. Neste sentido, o artigo III foi elaborado com o intuito de se verificar sistematicamente a congruência entre julgamento e comportamento moral, conforme previsto nos objetivos específicos.

Assim, os achados provenientes do artigo III sugeriram que a incongruência entre comportamento e julgamento moral ocorrerá independente das tarefas envolverem esforço

pessoal ou não, assim como da idade, pois no discurso, todos os sujeitos, independente da faixa etária, declaram-se mais generosos. Neste sentido, os resultados de estudos que avaliaram a noção de justiça em crianças através de medidas hipotéticas precisam ser revistos, uma vez que, embora consigam compreender o raciocínio moral das crianças, não são eficientes para identificar o comportamento moral propriamente dito, o que impossibilita uma compreensão mais ampla sobre o desenvolvimento moral.

É importante destacar que Piaget (1932/ 1994) já havia apontado que nem sempre o julgamento terá reflexo no comportamento moral. Porém, este estudo propôs uma metodologia em que foi possível comparar essas duas dimensões sistematicamente em crianças. Embora a presente tese não objetive diminuir a importância das medidas hipotéticas que avaliam a noção de justiça, é primordial destacar aqui que as medidas comportamentais minimizam limitações como a influência da deseabilidade social nas respostas, acesso aos padrões comportamentais adotados em situações não experimentais, dificuldades das crianças em compreender a semântica dos dilemas ou itens das escalas, dentre outras.

Já os resultados provenientes do artigo IV tornaram clara a prerrogativa de que a empatia exerce uma influência importante como variável mediadora da relação entre apego seguro e desengajamento moral (especificamente na dimensão Comparação Vantajosa e Atribuição de Culpa). A empatia e o apego do tipo evitante também foram importantes para a distribuição de bens em situações que não envolviam esforço pessoal, de modo que os sujeitos mais empáticos foram mais generosos do que as crianças com apego do tipo evitante.

Mesmo a presente tese tendo demonstrado que nem sempre a relação entre julgamento e comportamento moral ocorre de maneira congruente, a empatia e o apego foram variáveis importantes tanto nas medidas hipotéticas quanto nas medidas comportamentais. Neste sentido, mobilizar-se afetivamente pela situação do outro é primordial para que o sujeito adote padrões mais justos na distribuição de bens e para que justifiquem menos seus atos danosos atribuindo culpa ao outro ou relativizando as consequências de suas ações.

O fato de a congruência entre o comportamento e o julgamento moral de trapaça ter sofrido influência da dimensão Minimização do ato Transgressor da escala de desengajamento moral, indica que não relativizar as consequências de um ato danoso é importante para que a criança mantenha os mesmos princípios morais quando estiver em um contexto de trapaça, seja ele hipotético ou real. Percebe-se aqui que, assim como a empatia e o apego, o desengajamento moral também é uma variável relevante tanto para medidas hipotéticas como para as avaliações comportamentais do raciocínio moral.

Logo, avaliados em um mesmo estudo que tem a infância como população alvo, a empatia se mostrou uma variável importante na mediação entre o apego e o desengajamento moral, que por sua vez, é um componente importante para que o sujeito mantenha seus padrões morais em situações de trapaça. Isso demonstra a afetividade, representada pelos dois construtos supracitados, como um componente relevante para o desenvolvimento moral.

É importante salientar que as metodologias utilizadas na presente tese foram essenciais para uma avaliação da moralidade de maneira mais próxima do cotidiano das crianças. O uso de contextos públicos e privados, a seleção e confecção de dilemas com temáticas comuns ao dia a dia das crianças, a distribuição real de bens valorizados pelas crianças (cartelas de adesivos), o uso de desenhos como elemento representativo da semântica dos itens, foram algumas estratégias metodológicas que permitiram a superação de diversas questões apontadas pela literatura acadêmica sobre a moralidade.

Embora, de maneira geral, os resultados desse estudo tenham sido promissores, algumas conclusões precisam ser observadas com cautela, como por exemplo, a relação encontrada entre o desengajamento moral e a justiça distributiva. Por alguma razão, os sujeitos que desengajaram mais de seus padrões morais foram mais generosos ao doarem os pontos para um indivíduo que trabalhou pouco durante determinada tarefa.

Acredita-se que doar bens para um indivíduo que se esforçou pouco, sem motivo aparente, durante uma tarefa, por si só já indica desengajamento moral, já que essa ação fere o princípio moral de que quem trabalha mais deve receber mais. Esse resultado parece ter uma associação com o fato de que, na cultura brasileira, existe uma tendência ao favorecimento de pessoas próximas afetivamente através do “jeitinho brasileiro” (Resende & Porto, 2017; Duarte, 2006).

Logo, embora seja errado favorecer alguém que trabalhou menos, se esse alguém for meu amigo, tal favorecimento se torna aceitável, o que leva ao desengajamento moral. Como os dois personagens do dilema eram amigos de classe, é compreensível que as crianças do presente estudos não tenham optado por prejudicar um deles dando-lhe menos pontos, mesmo que para isso, tivessem que adotar padrões pouco morais na distribuição do bem.

Limitações da presente tese e indicações estudos futuros

Diante do exposto, compreende-se que os quatro artigos apresentados contribuíram para que os objetivos geral e específicos desta tese fossem alcançados, uma vez que, através da adaptação de medidas psicométricas, e dos demais métodos empregados nesse estudo, foi possível verificar a relação entre empatia, apego, desengajamento, julgamento e comportamento moral em crianças brasileiras. No entanto, os resultados apresentados aqui devem ser observados com cuidado para que não ultrapassem o poder de generalização que lhes cabem, considerando que esta investigação possui limitações, como por exemplo, a pouca variação no perfil sociodemográfico da amostra, a ausência de metodologias adequadas para verificar se de fato escalas com ilustrações são melhores compreendidas do que os instrumentos convencionais, dentre outros aspectos que já foram discutidos ao longo dos quatro artigos.

Outra limitação que merece destaque no estudo III, é que a incongruência entre julgamento e comportamento moral foi identificada na distribuição de bens e na trapaça, o que não ocorreu quando a variável avaliada foi a cola acadêmica. Embora esse dado não tenha sido esperado, atribui-se como explicação o fato de a internet não ser um bom elemento para avaliar a cola entre as crianças da faixa etária que compuseram esse estudo, o que limita a afirmação de que as crianças são congruentes quanto ao julgamento e o comportamento moral de cola. Logo, as relações entre as variáveis utilizadas nesse estudo devem ser consideradas de maneira cuidadosa em pesquisas futuras.

Faz-se necessário ainda, desenvolver estudos futuros que amplie as amostras dos artigos I e II, para que sejam realizadas análises subsequentes, como a Análise fatorial confirmatória, que indicarão a adequação da EDMC e da ERAC na população brasileira. Ademais, utilizar procedimentos que permitam comparar as propriedades psicométricas dessas escalas com e sem desenhos representativos dos itens é um aspecto importante a ser desenvolvido em estudos futuros. Também é relevante desenvolver investigações que verifiquem a relação entre as variáveis utilizadas na presente tese a partir de medidas longitudinais, para que sejam observadas as mudanças provenientes dessa relação ao longo de toda a infância.

Por fim, destaca-se que os achados descritos nesta tese são importantes para a área de estudos sobre desenvolvimento cognitivo, pois permitem que as compreensões acerca da moralidade sejam ampliadas. Ademais, eles possibilitam maiores reflexões sobre a relação entre os componentes afetivos e o comportamento moral que podem auxiliar na realização de estudos

futuros que objetivem criar estratégias que estimulem o apego seguro e a empatia na infância para que os sujeitos utilizem melhor seu raciocínio moral, seja a nível hipotético (julgamento), seja a nível comportamental.

REFERÊNCIAS

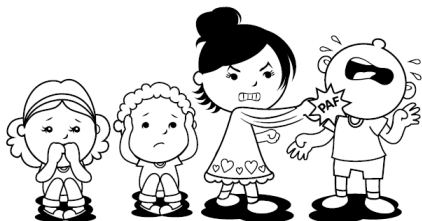
- Abreu, C. N. (2010). *Teoria do apego: fundamentos, pesquisas e implicações clínicas*. São Paulo: Casado Psicólogo.
- Ainsworth, M. D. S.; Blehar, M. C.; Waters, E.; Wall, S. *Patterns of attachment: A psychological study of the strange situation*. Hillsdale, NJ: Erlbaum. 1978.
- Anastácio, S. (2013). *Estudo da relação entre a empatia e a vinculação aos pais e aos pares na adolescência*. Dissertação de Mestrado em Psicologia da Educação, Desenvolvimento e Aconselhamento apresentada a Universidade de Coimbra - UNIV-FAC-AUTOR. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, 2013.
- Azzi, R. G. (2011). Desengajamento moral na perspectiva da teoria social cognitiva. *Psicologia Ciência e Profissão*, 31(2), p. 208-219.
- Bandura, A. (1986). *Social foundations of thought and action: A social cognitive theory*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.
- Bandura, A.; Barbaranelli, C.; Caprara, G. V. & pastorelli, C. (1996). *Mechanisms of moral disengagement in the exercise of moral agency*. *Journal of personality and social psychology*, 71(2), p. 364.
- Bandura, A; Azzi, R. G. & Tognetta, T. (2015). *Desengajamento Moral: teoria e pesquisa a partir da teoria social cognitiva*. Campinas- SP: Mercado de Letras.
- Bao, Z., Zhang, W., Lai, X., Sun, W., & Wang, Y. (2015). Parental attachment and Chinese adolescents' delinquency: The mediating role of moral disengagement. *Journal of adolescence*, 44, 37-47.
- Batson, C. D., Thompson, E. R., Seuferling, G., Whitney, H., & Strongman, J. A. (1999). Moral hypocrisy: appearing moral to oneself without being so. *Journal of personality and Social Psychology*, 77(3), 525.
- Bezerra, D. S., Santos, F. O. P. dos, & Fernandes, S. C. S. (2018). Relações entre julgamento moral, racismo e empatia em crianças. *Cadernos de Pesquisa*, 48(170), 1130-1147. <https://dx.doi.org/10.1590/10.1590/198053145156>
- Bowlby, J. (2002). *Apego e perda: Apego*. V.1. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes.

- Brenning, K., Soenens, B., Braet, C., & Bosmans, G. (2011). An adaptation of the experiences in close relationships scale-revised for use with children and adolescents. *Journal of Social and Personal Relationships*, 28(8), 1048-1072.
- Bussey, K., Quinn, C., & Dobson, J. (2015). The moderating role of empathic concern and perspective taking on the relationship between moral disengagement and aggression. *Merrill-Palmer Quarterly*, 61(1), 10-29.
- Davis, M. H. (1983). Measuring individual differences in empathy: evidence for a multidimensional approach. *Journal of Personality and Social Psychology*, 44, 113-136
- Duarte, F. (2006). A Double-Edged Sword: The 'Jeitinho' as an ambiguous concept in the brazilian imaginary. *International Journal of the Interdisciplinary Social Sciences*, 1(1). Recuperado de <http://iji.cgpublisher.com/product/pub.88/prod.24>
- Francischetto, V., & Soares, A. B. (2014). Habilidades sociais e estilos de apego em dependentes de substância psicoativa. *Psychologica*, 57(2), 35-52.
- Galvão, L. (2010). *Desenvolvimento moral e empatia: medidas, correlatos e intervenções educacionais*. Tese de Doutorado, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. Brasil.
- Gomes, Y. D. A. (2015). *Desenvolvimento de valores em crianças: estrutura, transmissão, personalidade e religiosidade*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Pernambuco, Recife. Brasil.
- Gusmão, E. E. S. (2009). *Estilos de apego e raciocínio moral em adolescentes*. 2009. 181 f. Tese de doutorado. Universidade de Pernambuco. Recife-PE. Brasil.
- Hoffman, M. L. (2000). *Empathy and moral development: implications for caring and justice*. New York: Cambridge University Press.
- Koleva, S., Selterman, D., Iyer, R., Ditto, P., & Graham, J. (2014). The moral compass of insecurity: Anxious and avoidant attachment predict moral judgment. *Social Psychological and Personality Science*, 5(2), 185–194.
- Oliveira, C. M. S. & Marques L. P. C. (2015). *John Bowlby*. Psicopatologia cognitivo-comportamental. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação. Coimbra.

- Panfile, T. M., & Laible, D. J. (2012). Attachment security and child's empathy: The mediating role of emotion regulation. *Merrill-Palmer Quarterly (1982)*, 1-21.
- Piaget, J. (1932/1994). *O juízo moral na criança*. São Paulo: Summus (originalmente publicado em 1932).
- Resende, M. M., & Porto, J. B. (2017). Escala de Identidade Moral: Evidências de Validade para o Contexto Brasileiro. *Psico-USF*, 22(1), 75-85. <https://dx.doi.org/10.1590/1413-82712017220107>
- Roazzi, A.; Vermigli, P. & Roazzi, M. (2009). *Validação do Escala das Relações Afetivas de Amizade (ERA): Uma medida para avaliar apego em crianças e adolescentes*. Recife: PPG em Psicologia Cognitiva, UFPE.
- Robinson, J. S.; Joel, S. & Plaks (2015), J. E. Empathy for the group versus indifference toward the victim: Effects of anxious and avoidant attachment on moral judgment. *Journal of Experimental Social Psychology*, 56, 139-152
- Sampaio, L. R., & Camino, C. (2017). Ajudar o próximo ou ser recompensado? Comportamento distributivo infantil em situações envolvendo mérito e altruísmo. *Psico*, 48(3), 186-194.
- Sampaio, L. R., Monte, F. D. C., Camino, C., & Roazzi, A. (2008). Justiça distributiva e empatia em adolescentes do nordeste brasileiro. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21(2), 275-282.
- Teymoori, A., & Shahrazad, W. (2012). Relationship between mother, father, and peer attachment and empathy with moral authority. *Ethics & Behavior*, 22(1), 16-29.
- Williams, B., Brown, T., McKenna, L., Beovich, B., & Etherington, J. (2017). Attachment and empathy in Australian undergraduate paramedic, nursing and occupational therapy students: A cross-sectional study. *Collegian*, 24(6), 603-609.
- You, S.; Lee, J.; Lee, Y. & kim, A. Y. (2015). Bullying among Korean adolescents: The role of empathy and attachment. *Psychology in the Schools*, 52(6), p. 594-606.

APÊNDICE A - Versão Feminina da Escala de Desengajamento Moral para crianças

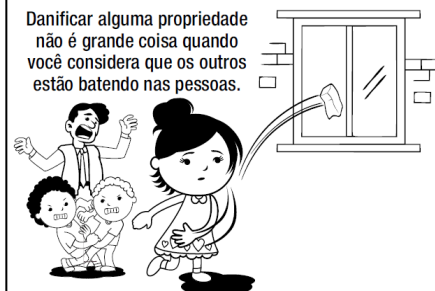
Não há problema em brigar para proteger seus amigos.



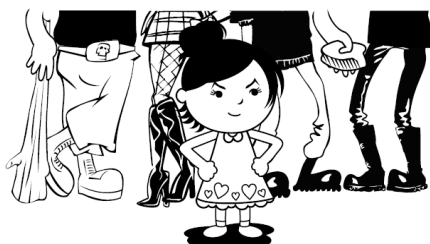
Dar um tapa e empurrar alguém é apenas uma maneira de brincar.



Danificar alguma propriedade não é grande coisa quando você considera que os outros estão batendo nas pessoas.



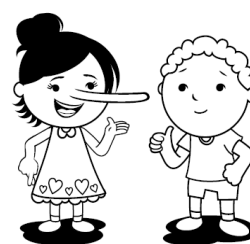
Uma criança em uma gangue não deve ser culpada pelo problema que a gangue causa.



Se as crianças estão vivendo em más condições, elas não podem ser culpadas por se comportarem de maneira agressiva.



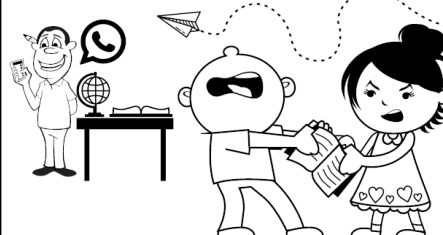
Não há problema em contar pequenas mentiras, porque elas não causam nenhum dano.



Algumas pessoas merecem ser tratadas como animais.



Se as crianças brigam e se comportam mal na escola, é culpa do professor.



Não há problema em bater em alguém que fala mal da sua família.



Bater em colegas que maltratam os outros é apenas dar-lhes "uma lição."



Roubar pouco dinheiro não é muito sério comparado com aqueles que roubam muito dinheiro.



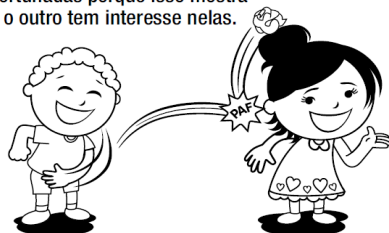
Uma criança que apenas sugere quebrar as regras não deve ser responsabilizada se outras crianças forem em frente e o fizerem.



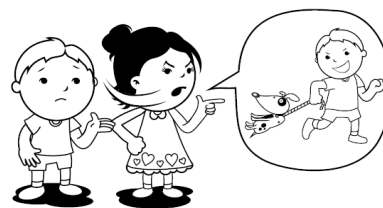
Se as crianças não são disciplinadas, elas não devem ser culpadas por se comportarem mal.



As crianças não se importam de serem importunadas porque isso mostra que o outro tem interesse nelas.



Não há problema em tratar mal alguém que se comportou de maneira muito errada



Se as pessoas são descuidadas onde deixam suas coisas, é sua culpa se elas forem roubadas.



Não há problema em lutar quando a honra do seu grupo é ameaçada.



Levar a bicicleta de alguém sem a sua permissão é apenas "pegar emprestado."



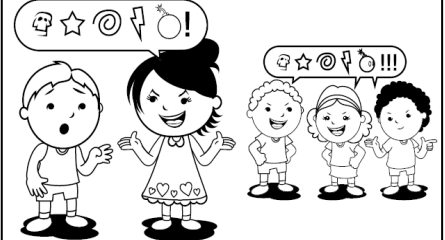
Não há problema em insultar um colega de classe porque espancá-lo é pior.



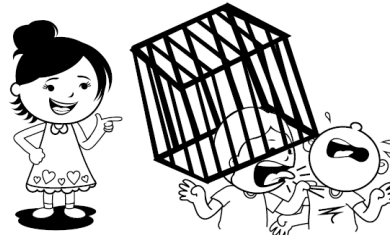
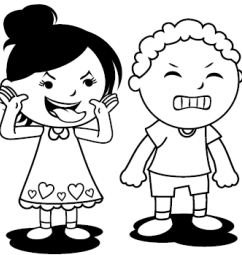
Se um grupo decide fazer algo prejudicial, é injusto culpar qualquer criança do grupo por isso.



As crianças não podem ser culpadas por usar palavrões quando todos os seus amigos fazem isso.

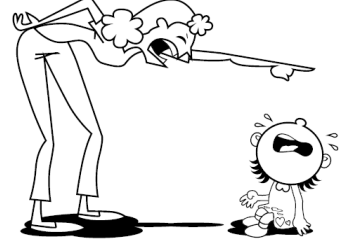


Provocar alguém não machuca realmente.



Alguém que maltrata os outros não merece ser tratado como um ser humano.

Crianças que são maltratadas geralmente fazem coisas para merecer isso.



Não há problema em mentir para manter seus amigos longe de problemas.



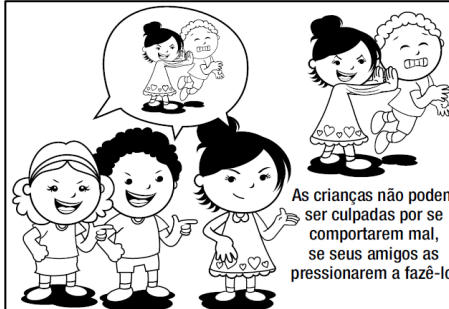
Não é uma coisa ruim usar drogas de vez em quando.



Comparado com as coisas ilegais que as pessoas fazem, tirar algumas coisas de uma loja sem pagar por elas não é muito sério.

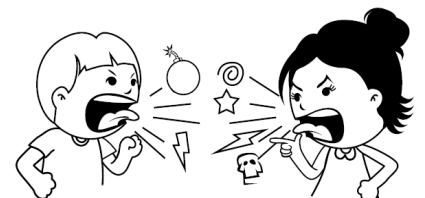


É injusto culpar uma criança que teve apenas uma pequena participação num dano causado por um grupo.

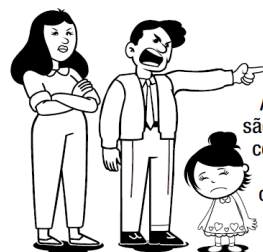


As crianças não podem ser culpadas por se comportarem mal, se seus amigos as pressionarem a fazê-lo.

Insultos entre crianças não fazem mal a ninguém.

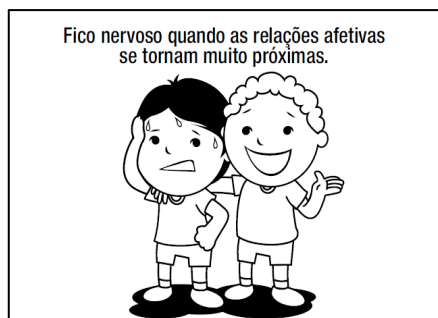
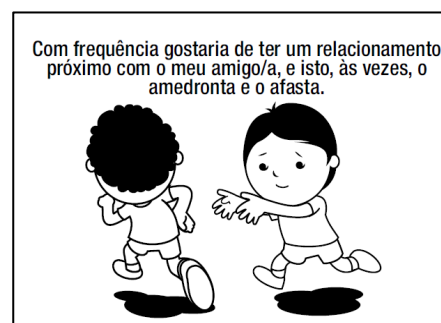
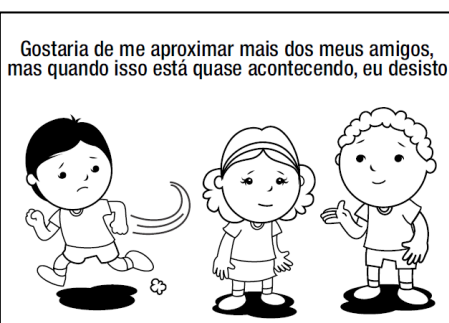
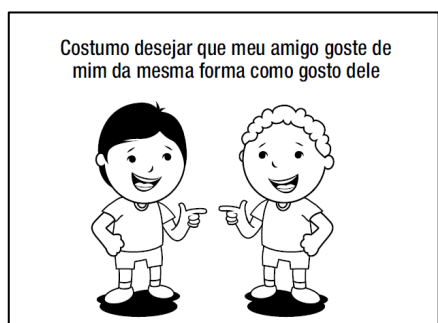
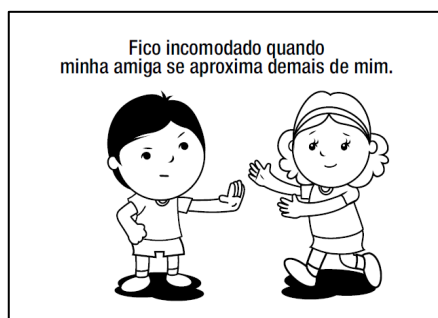
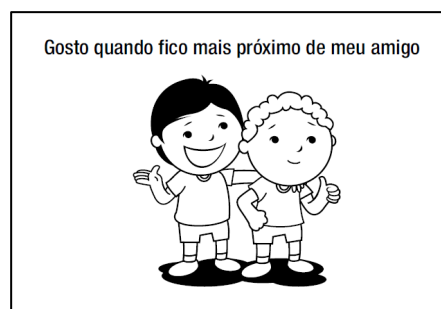


Algumas pessoas têm que ser tratadas brutalmente porque precisam de sentimentos que podem machucar.

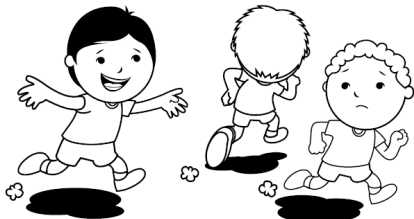


As crianças não são culpadas por se comportarem mal se seus pais cobram demais.

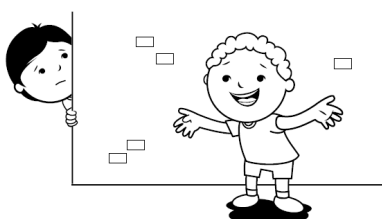
APÊNDICE B - Versão Masculina da Escala de Relações Afetivas de Amizade para Crianças



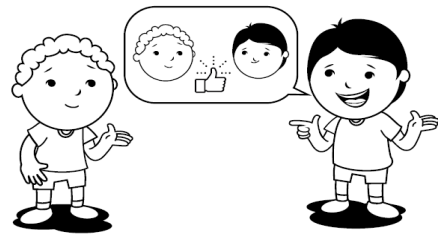
As vezes a minha vontade de ser próximo
amedronta e afasta as pessoas.



Procuro não me aproximar muito do meu amigo



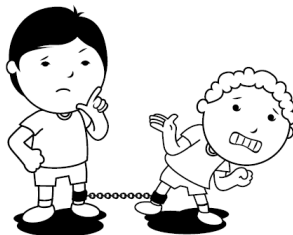
Preciso ter certeza que meu amigo me quer bem



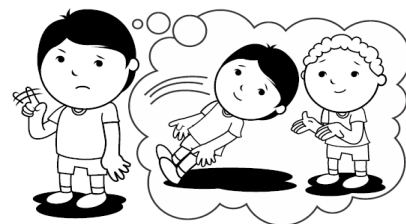
É fácil me tornar próximo de meu amigo.



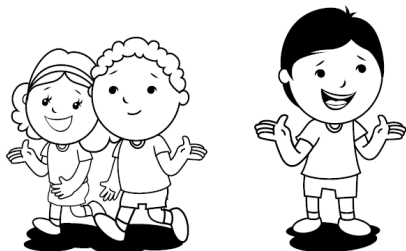
Às vezes penso que estou forçando meu amigo
a se dedicar e gostar mais de mim.



Não consigo confiar
completamente em meu amigo



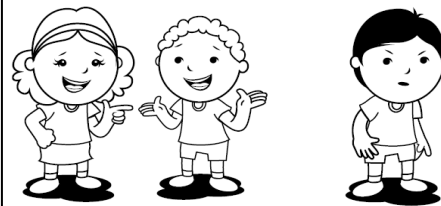
Não me preocupo muito em ser deixado/a sozinho/a



Prefiro não ser muito próximo de meu amigo



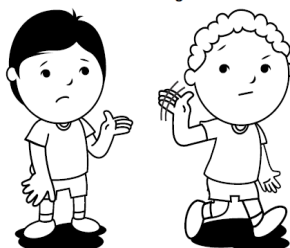
Fico chateado quando meu amigo não
demonstra interesse por mim



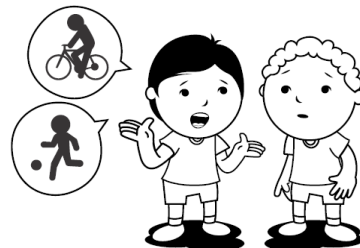
Conto quase tudo
ao meu amigo/a.



Acho que meu amigo não quer ser tão próximo de
mim como eu gostaria



Geralmente falo com o meu amigo/a sobre os meus
problemas e as minhas preocupações.



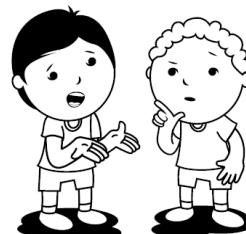
Costumo procurar minha amiga por muitas coisas, inclusive conforto e segurança.



Fico triste quando o minha amiga não está presente da forma que eu gostaria.



Não me importo em pedir conforto, conselho ou ajuda ao meu amigo/a.



Ajuda-me procurar o meu amigo/a nos momentos de necessidade



Fico triste quando meu amigo me critica



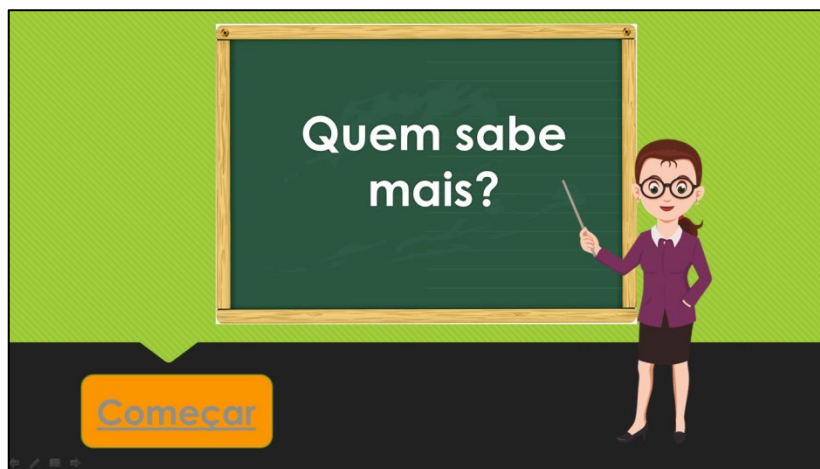
Fico à vontade em poder confiar no meu amigo.



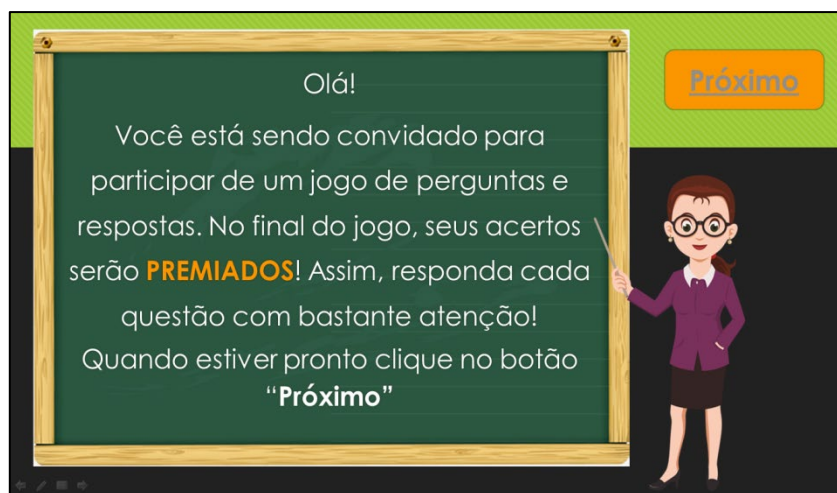
Fico triste quando meu amigo não me procura



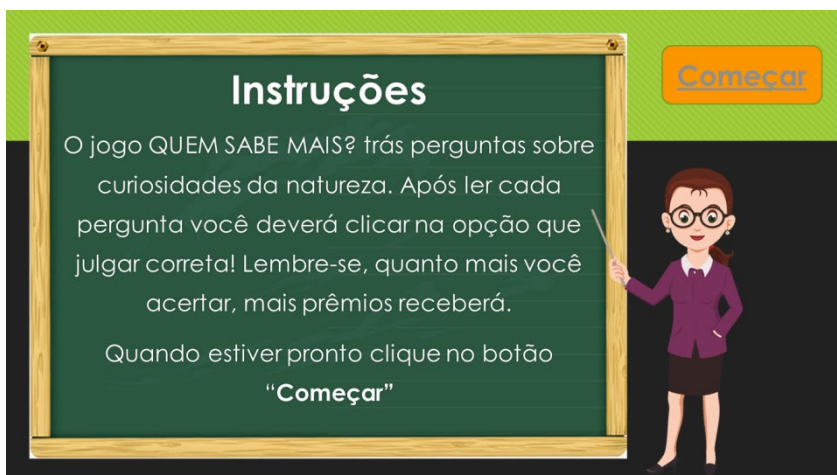
APÊNDICE C - Imagens da tela do jogo Quem Sabe Mais?



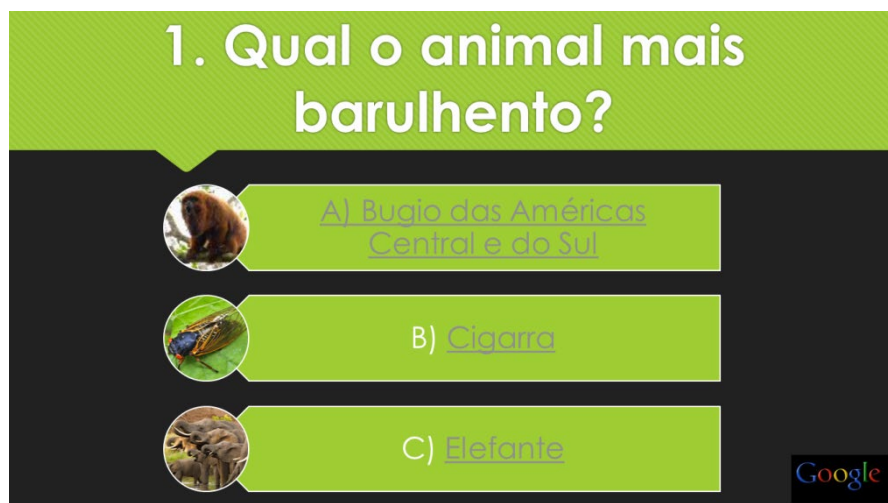
Tela Inicial



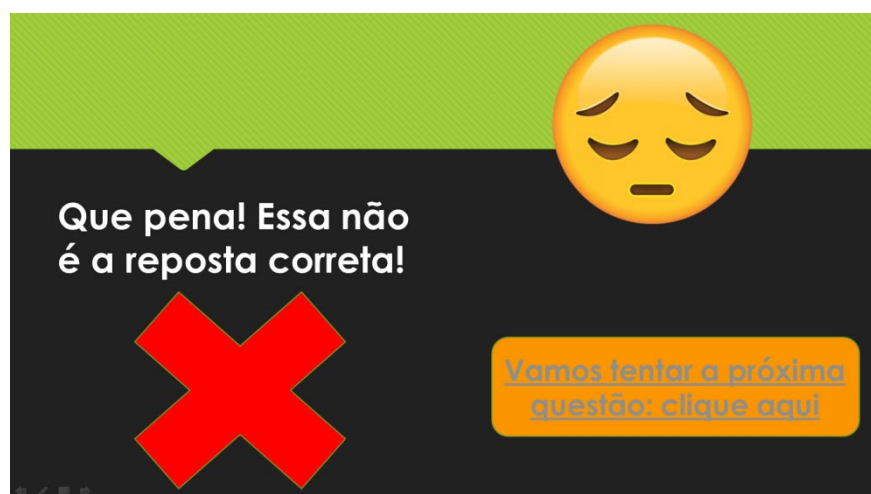
Primeira tela de instruções



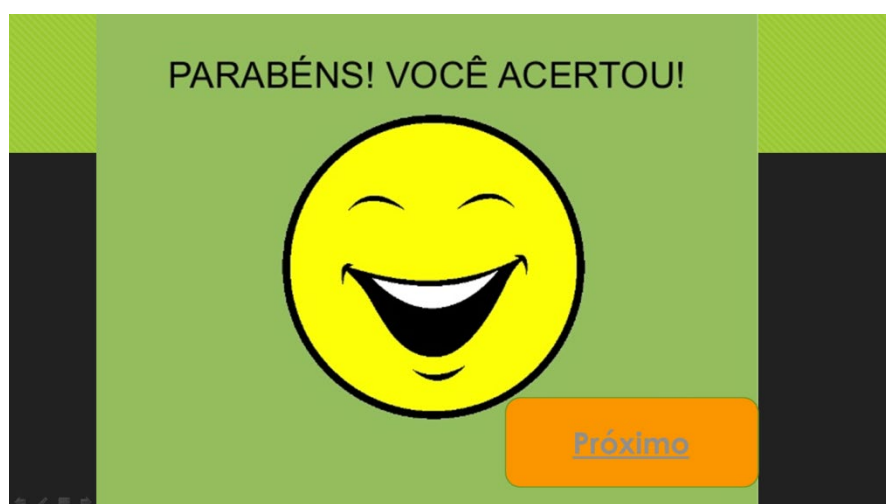
Segunda tela de instruções



Tela da primeira pergunta



Tela exibida quando a resposta selecionada estava errada



Tela exibida quando a resposta selecionada estava correta



Tela de finalização do jogo

APÊNDICE D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Solicitamos a sua autorização para convidar o (a) seu/sua filho (a)

_____, ou menor que está sob sua responsabilidade, para participar, como voluntário (a), da pesquisa: Influências da Empatia e do Apego sobre o comportamento e o julgamento moral de crianças. Esta pesquisa é da responsabilidade do (a) pesquisador (a) Maria Aline Rodrigues de Moura, residente na Rua 32, n 11 Parque Jatobá II, Petrolina-PE, CEP 56332-205, Telefone (87) 98819-3710 (disponível para ligações a cobrar), e-mail: aline.moura@upe.br. Esta pesquisa está sob a orientação de: Antonio Roazzi Telefone: (081) 2126 7331, e-mail roazzi@gmail.com.

O/a Senhor/a será esclarecido (a) sobre qualquer dúvida a respeito da participação dele/a na pesquisa. Apenas quando todos os esclarecimentos forem dados e o/a Senhor/a concordar que o (a) menor faça parte do estudo, pedimos que rubrique as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma via deste termo de consentimento lhe será entregue e a outra ficará com o pesquisador responsável. O/a Senhor/a estará livre para decidir que ele/a participe ou não desta pesquisa. Caso não aceite que ele/a participe, não haverá nenhum problema, pois desistir que seu filho/a participe é um direito seu. Caso não concorde, não haverá penalização para ele/a, bem como será possível retirar o consentimento em qualquer fase da pesquisa, também sem nenhuma penalidade.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Esta pesquisa possui dois objetivos que serão descritos a seguir, além de serem esclarecidos os procedimentos que ocorrerão com seu filho (a) ou menor que está sob sua responsabilidade, caso você e ele (a) concordem com a participação. Objetivo I: Adaptar para o contexto brasileiro os seguintes questionários: Escala de Relações de Amizade (ERA), Teste de Ansiedade na Separação (SAT) e o Questionário de Mecanismos de Desengajamento Moral. Esses três questionários são formados por frases afirmativas e desenhos que representam essas frases. Para responde-los, a criança precisará apenas dizer se concorda ou não com cada uma das frases dos questionários. O pesquisador responsável por esse estudo anotará em um papel o quanto ele concorda ou não com as frases dos questionários. O primeiro e o segundo questionário avaliará o tipo de Apego que ele desenvolveu ao longo da vida, enquanto o terceiro avaliará o quanto ele consegue justificar seus comportamentos que são pouco aceitos pela sociedade.

Já o objetivo II será investigar se o nível de empatia e o estilo de apego influenciam no julgamento e comportamento moral de crianças. Nesta etapa, seu filho (a) ou menor que está sob sua responsabilidade, responderá a outro questionário identificado como Escala de Empatia para crianças, que possui características de preenchimento semelhantes aos outros

questionários descritos anteriormente, bem como, indicará o quanto ele se preocupa com as pessoas que estão próximas a ele. Um questionário com perguntas pessoais como sexo, idade, série, também será respondido por ele. Além disso, ele dirá o que pensa sobre algumas situações que podem ocorrer no ambiente escolar, como colar na prova, agredir alguém, roubar algo. Por fim ele ainda terá que decidir se irá dividir ou não alguns adesivos que ele irá receber do pesquisador responsável por esse estudo.

Os procedimentos do estudo I e II ocorrerão em dois dias diferentes da semana, na própria escola. A participação do aluno nesse estudo terá uma duração de mais ou menos 40 minutos em cada um dos dias em que estaremos juntos. Deste modo, a coleta de dados dessa pesquisa ocorrerá de novembro a dezembro de 2018, bem como, de fevereiro a outubro de 2019. O pesquisador responsável pela pesquisa avisará com antecedência a criança e a seu responsável legal os dias e os horários em que a coleta de dados ocorrerá.

Destaca-se que os únicos riscos que seu filho (a) ou menor que está sob sua responsabilidade pode correr ao aceitar participar desta pesquisa seriam apresentar uma falta de interesse e de vontade para responder as afirmações dos questionários utilizados, bem como, a possibilidade de ele ficar envergonhado com a presença do pesquisador. Caso ele não se sinta bem ele estará livre para desistir de participar do procedimento de coleta. Neste caso, o pesquisador responsável se colocará à disposição para auxiliá-lo da melhor forma e/ou informar ao participante e a seu responsável legal quais órgãos governamentais podem auxiliar com algum atendimento psicológico, caso seja necessário.

Considerando que essa pesquisa objetiva apenas observar os níveis de empatia, tipos de apego e desenvolvimento moral das crianças, não serão garantidos benefícios relacionados a algum tipo de atendimento psicológico para as crianças ou seus responsáveis. No entanto, seu filho (a) ou menor que está sob sua responsabilidade, contribuirá para que ocorra um maior entendimento quanto a importância da afetividade sobre o desenvolvimento moral, podendo este dado, auxiliar na construção de estratégias que promovam um desenvolvimento completo da criança. Destaca-se ainda que como benefício da participação na pesquisa, tanto seu filho (a) ou menor que está sob sua responsabilidade como você receberão os resultados da participação dele, bem como, um manual que auxilie na interpretação correta do resultado. Caso o participante e seu responsável legal tenham dificuldade para compreender os resultados, ou desejem receber algum tipo de informação extra, poderão entrar em contato com o pesquisador através das informações disponibilizadas neste documento. Entende-se que esse tipo de retorno é importante, uma vez que, a partir de seus resultados, os estudantes poderão repensar e refletir sobre seus comportamentos no ambiente escolar.

As informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a participação do/a voluntário (a). Os dados coletados nesta pesquisa através das entrevistas e observações, ficarão armazenados no computador pessoal, sob a responsabilidade da pesquisadora Maria Aline Rodrigues de Moura, bem como de seu Orientador Antonio Roazzi, no endereço acima informado, pelo período de mínimo 5 anos, após o término da pesquisa.

O (a) senhor (a) não pagará nada e nem receberá nenhum pagamento para ele/ela participar desta pesquisa, pois deve ser de forma voluntária, mas fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação dele/a na pesquisa, conforme decisão judicial ou extra-judicial. Se houver necessidade, as despesas para a participação serão assumidas pelos pesquisadores (ressarcimento com transporte e alimentação). Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFPE no endereço: **(Avenida da Engenharia s/n – Prédio do CCS - 1º Andar, sala 4 - Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600, Tel.: (81) 2126.8588 – e-mail: cepccs@ufpe.br).**

Assinatura do pesquisador (a)

CONSENTIMENTO DO RESPONSÁVEL PARA A PARTICIPAÇÃO DO/A VOLUNTÁRIO

Eu, _____, CPF _____, abaixo assinado, responsável por _____, autorizo a sua participação no estudo Influências da Empatia e do Apego sobre o comportamento e o julgamento moral de crianças, como voluntário(a). Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo (a) pesquisador (a) sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes da participação dele (a). Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade para mim ou para o (a) menor em questão.

Local e data _____

Assinatura do (da) responsável: _____

Impressão
Digital

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite do voluntário em participar. 02 testemunhas (não ligadas à equipe de pesquisadores):

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura:

APÊNDICE E – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos você _____, após autorização dos seus pais [ou dos responsáveis legais] para participar como voluntário (a) da pesquisa: Influências da Empatia e do Apego sobre o comportamento e o julgamento moral de crianças. Esta pesquisa é da responsabilidade do (a) pesquisador (a) Maria Aline Rodrigues de Moura, residente na Rua 32, n 11 Parque Jatobá II, Petrolina-PE, CEP 56332-205, Telefone (87) 98819-3710 (disponível para ligações a cobrar), e-mail: aline.moura@upe.br. Esta pesquisa está sob a orientação de: Antonio Roazzi Telefone: (081) 2126 7331, e-mail roazzi@gmail.com.

Você será esclarecido (a) sobre qualquer dúvida com a responsável por esta pesquisa. Apenas quando todos os esclarecimentos forem dados e você concorde com a realização do estudo, pedimos que rubrique as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma via deste termo lhe será entregue para que seus pais ou responsável possam guardá-la e a outra ficará com o pesquisador responsável. Você estará livre para decidir participar ou recusar-se. Caso não aceite participar, não haverá nenhum problema, desistir é um direito seu. Para participar deste estudo, um responsável por você deverá autorizar e assinar um Termo de Consentimento, podendo retirar esse consentimento ou interromper a sua participação em qualquer fase da pesquisa, sem nenhum prejuízo.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Esta pesquisa possui dois objetivos que serão descritos a seguir, além de serem esclarecidos os procedimentos que ocorrerão com você, caso seu responsável legal e você concordem com a participação. Objetivo I: Adaptar para o contexto brasileiro os seguintes questionários: Escala de Relações de Amizade (ERA), Teste de Ansiedade na Separação (SAT) e o Questionário de Mecanismos de Desengajamento Moral. Esses três questionários são formados por frases afirmativas e desenhos que representam essas frases. Para responde-los, você precisará apenas dizer se concorda ou não com cada uma das frases dos questionários. O pesquisador responsável por esse estudo anotará em um papel o quanto você concorda ou não com as frases dos questionários. O primeiro e o segundo questionário avaliará o tipo de Apego que você desenvolveu ao longo da vida, enquanto o terceiro avaliará o quanto você consegue justificar seus comportamentos que são pouco aceitos pela sociedade.

Já o objetivo II será investigar se o nível de empatia e o estilo de apego influenciam no julgamento e comportamento moral de crianças. Nesta etapa, você, responderá a outro questionário, identificado como Escala de Empatia para crianças, que indicará o quanto você se preocupa com as pessoas que estão próximas a você. Esse questionário possui características de preenchimento semelhantes aos outros questionários descritos anteriormente. Um questionário com perguntas pessoais como sexo, idade, série, também será respondido por você. Além disso, você dirá o que pensa sobre algumas situações que podem

ocorrer no ambiente escolar, como colar na prova, agredir alguém, roubar algo. Por fim você ainda terá que decidir se irá dividir ou não alguns adesivos que irá receber do pesquisador responsável por esse estudo.

Os procedimentos do estudo I e II ocorrerão em dois dias diferentes da semana, em um horário contrário ao que você estuda, na sua escola. Sua participação nesse estudo terá uma duração de mais ou menos 40 minutos em cada um dos dias que estaremos juntos. Deste modo, a coleta de dados dessa pesquisa ocorrerá de novembro a dezembro de 2018, bem como, de fevereiro a abril de 2019. O pesquisador responsável pela pesquisa avisará com antecedência a você e a seu responsável legal os dias e os horários que irá participar da coleta de dados.

Destaca-se que os únicos riscos que você pode correr ao aceitar participar desta pesquisa seriam apresentar uma falta de interesse e vontade para responder as afirmações dos questionários utilizados, bem como, a possibilidade de você ficar envergonhado com a presença do pesquisador. Caso você não se sinta bem, você estará livre para desistir de participar do procedimento de coleta. Neste caso, o pesquisador responsável se colocará à disposição para auxiliá-lo da melhor forma e/ou informar a você e a seu responsável legal quais órgãos governamentais podem auxiliar com algum atendimento psicológico ou médico, caso seja necessário.

Considerando que a essa pesquisa objetiva apenas observar os níveis de empatia, tipos de apego e desenvolvimento moral das crianças, não serão garantidos benefícios relacionados a algum tipo de atendimento psicológico para as crianças ou seus responsáveis. No entanto, você contribuirá para que ocorra um maior entendimento quanto a importância da afetividade sobre o desenvolvimento moral, podendo este dado, auxiliar na construção de estratégias que promovam um desenvolvimento completo das crianças.

Destaca-se ainda que como benefício da participação na pesquisa, tanto seu responsável legal como você receberão os resultados de sua participação nesta pesquisa, bem como um manual que auxilie na interpretação correta do resultado. Caso vocês tenham dificuldade para compreender os resultados, ou desejem receber algum tipo de informação extra, poderão entrar em contato com o pesquisador através das informações disponibilizadas neste documento. Entende-se que esse tipo de retorno é importante, uma vez que, a partir de seus resultados, os estudantes poderão repensar e refletir sobre seus comportamentos no ambiente escolar.

As informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa através das entrevistas e observações, ficarão armazenados no computador pessoal, sob a responsabilidade da pesquisadora Maria Aline Rodrigues de Moura, bem como de seu Orientador Antonio Roazzi, no endereço acima informado, pelo período de mínimo 5 anos, após o término da pesquisa.

Nem você e nem seus pais, ou responsáveis legais, pagarão nada para você participar desta pesquisa, também não receberão nenhum pagamento para a sua participação, pois é voluntária. Se houver necessidade, as despesas (deslocamento e alimentação) para a sua

participação e de seus pais serão assumidas ou ressarcidas pelos pesquisadores. Fica também garantida indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da sua participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extra-judicial.

Este documento passou pela aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFPE que está no endereço: **(Avenida da Engenharia s/n – 1º Andar, sala 4 - Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600, Tel.: (81) 2126.8588 – e-mail: cepccs@ufpe.br).**

Assinatura do pesquisador (a)

**ASSENTIMENTO DO(DA) MENOR DE IDADE EM PARTICIPAR COMO
VOLUNTÁRIO(A)**

Eu, _____, portador (a) do documento de Identidade _____ (se já tiver documento), abaixo assinado, concordo em participar do estudo Influências da Empatia e do Apego sobre o comportamento e o julgamento moral de crianças, como voluntário (a). Fui informado (a) e esclarecido (a) pelo (a) pesquisador (a) sobre a pesquisa, o que vai ser feito, assim como os possíveis riscos e benefícios que podem acontecer com a minha participação. Foi-me garantido que posso desistir de participar a qualquer momento, sem que eu ou meus pais precise pagar nada.

Local e data _____

Assinatura do (da) menor: _____

Presenciamos a solicitação de assentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite do/a voluntário/a em participar. 02 testemunhas (não ligadas à equipe de pesquisadores):

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura:

**ANEXO A - Escala de empatia para crianças e adolescentes (AECA, Bryant, 1982) e
questionário sóciodemográfico**

Dados Pessoais:

I. Sexo: Feminino () Masculino () **II. Série:** _____

III. Idade: _____ **IV. Tipo de escola:** Pública () Privada ()

Escute cada afirmação, cuidadosamente, depois indique a opção que melhor te representar, sendo elas: **Discordo totalmente (1); nem concordo nem discordo (2); Concordo totalmente (3)**

1. Fico triste de ver uma menina que não encontra alguém com quem brincar.
2. Pessoas que beijam e abraçam em público são tolas.
3. Meninos que choram porque estão felizes são tolos.
4. Eu realmente gosto de ver pessoas abrindo presentes, mesmo quando eu não ganho um presente para mim.
5. Ver um menino que está chorando me faz sentir vontade de chorar.
6. Eu fico aborrecido quando vejo uma menina sendo machucada.
7. Mesmo quando eu não sei por que alguém está rindo, eu também começo a rir.
8. Às vezes, eu choro quando assisto TV.
9. Meninas que choram porque estão felizes são tolas.
10. É difícil, para mim, ver o porquê de outra pessoa ficar aborrecida.
11. Eu fico chateado quando eu vejo um animal sendo ferido.
12. Fico triste de ver um menino que não encontra alguém com quem brincar.
13. Algumas canções me deixam tão tristes que eu sinto vontade de chorar.
14. Eu fico aborrecido quando eu vejo um menino sendo machucado.
15. Adultos às vezes choram, mesmo quando eles não têm motivos para estarem tristes.
16. É bobagem tratar cachorros e gatos como se eles tivessem sentimentos humanos.
17. Eu fico furioso(a) quando eu vejo um colega de aula fingindo que precisa de ajuda da professora todo o tempo.
18. Crianças que não têm amigos, provavelmente não querem ter.
19. Ver uma menina que está chorando me faz sentir vontade de chorar.

20. Eu acho engraçado quando alguma pessoa chora durante um filme triste ou quando está lendo um livro triste.
21. Eu sou capaz de comer sozinho todos os meus biscoitos, mesmo quando eu vejo que alguém está olhando para mim e querendo um.
22. Eu não me sinto aborrecido quando um colega está sendo punido pela professora por não obedecer as regras da escola.